Idéias e questões

O impacto do novo

Apresentando uma comunicação ao IV Encontro Regional de História de São Paulo, realizado em 1978, o historiador Kazumi Munakata afirmava que o “acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano não foi a indicação do general Figueiredo para a Presidência da República e a conseqüente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional de Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista, que, iniciado em meio à região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e estendendo-se até os dias de hoje”.¹ No momento em que escrevo, 9 anos depois, quando o general Figueiredo já exerceu seu mandato e voltou para casa, quando a transição política do regime militar para um civil já parece

1. K. Munakata, “O lugar do movimento operário” in *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, ANPUH-UNESP, Araraquara, 1980, p. 61.

ter cumprido suas etapas decisivas com o governo da “Aliança Democrática”, quando nada mais resta da “Frente Nacional de Redemocratização”, e quando a movimentação operária não apenas forçou alterações de fato nas esferas da política salarial, da liberdade sindical, do direito de greve, como fundamentalmente provocou o nascimento de novos atores no cenário político, a afirmação feita por Kazumi, atrevida em seu tempo, corre até o risco de parecer banal. Mas é preciso que nos situemos naquele momento para poder avaliar a dimensão da ousadia. Basta aliás acompanhar seu empenho ao polemizar sobre o lugar atribuído ao movimento operário nas representações dominantes. Na forma mais visível, nos meios de comunicação de massa, as greves eram noticiadas nas seções de economia e referidas separadamente aos diferentes setores da produção em que ocorriam.

É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. Mas, por sua vez, este novo sistema político está condicionado por significativas alterações no conjunto da sociedade civil. Entre as rupturas, que marcam todas as transições, uma das mais impressionantes nesta que estamos tratando é certamente a que cruza a história do movimento operário, ou das “classes populares”, ou dos “setores dominados” (e esta própria hesitação na nomenclatura, presente nas interpretações sobre esses fatos, já indica uma novidade na forma como eles apareceram que se acomodava mal às denominações já feitas). Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto, era difícil de ser imediatamente captado.

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de

sua representação.² Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real. Absorver o impacto dessa novidade teria mesmo de demandar tempo. Minha pesquisa e minha reflexão sobre esses acontecimentos fazem parte de um movimento intelectual que vem procurando compreender seu significado.

Para começar a identificar minha questão, me permito retomar um desses momentos em que os novos atores começavam a ocupar os espaços públicos.

Era a manhã ensolarada do dia 1.º de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por 8 mil policiais armados, com ordens de impedir qualquer concentração. Já desde as primeiras horas daquele dia as vias de acesso estavam bloqueadas por comandos policiais que vistoriavam ônibus, caminhões e automóveis que se dirigiam à cidade metalúrgica. Pela manhã, enquanto um helicóptero sobrevoava os locais previstos para as manifestações, carros de assalto e brucutus exibiam a disposição repressiva das forças da ordem. É que aquele Dia do Trabalhador ocorria quando uma greve dos metalúrgicos da região alcançava já um mês de duração e levava o chefe do Serviço Nacional de Informações a prometer que “dobraria” a “república de São Bernardo”. O que poderia ter permanecido um dissídio salarial tornara-se um enfrentamento político que polarizava a sociedade. Movidos pela solidariedade à greve formaram-se comitês de apoio em fábricas e bairros da Grande São Paulo. Pastoris da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso. A resposta viera pronta: os

2. Ver M. C. Paoli, E. Sader e V. Telles, “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico” in *Revista Brasileira de História*, n.º 6, 1984.

sindicatos promotores da greve foram postos sob intervenção e 12 de seus dirigentes, presos; membros da Comissão de Justiça e Paz e pessoas da oposição haviam sido seqüestrados por agentes dos serviços de segurança.

Alguns minutos depois das 9 horas, o bispo D. Claudio Humes iniciava a missa para 3 mil pessoas que lotavam a igreja da Matriz, num clima de tensão, sem saber o que se passaria em seguida quando da programada passeata proibida. Nas ruas ao redor, pequenos grupos ficavam dando voltas, trocando sinais, escondendo as bandeirolas trazidas. De repente, correu o rumor de que a polícia militar iniciara a dispersão de manifestantes que estavam em frente à igreja. Alguns reagiram a pedradas. Dois operários foram levados feridos para dentro da Matriz. Entre os parlamentares presentes, o senador Teotônio Vilella procurava convencer o coronel Braga, chefe da operação militar, a liberar a praça, enquanto este insistia em só permitir o acesso a um megafone se fosse para avisar o cancelamento da manifestação. Até que — eram 10h30 — o coronel recebeu ordens de Brasília para evitar enfrentamentos de alcance imprevisível e permitir a concentração. A notícia correu rapidamente, e os pequenos grupos foram se juntando, e só então seus participantes se deram conta de que constituíam uma multidão impressionante, calculada em 120 mil pessoas, a maior até então desde a implantação do regime militar.³

O maravilhoso espanto com a dimensão visível daqueles pequenos grupos, agora reunidos, consolidou uma imagem evocada cada vez que os que o viveram falam sobre os movimentos sociais da década passada. Nas narrativas das pastorais da Igreja aparecem uma pluralidade de pequenos grupos comunitários que se unem numa "caminhada". Não é por acaso que a canção de Vandrê, aliás entoada naquela manhã de maio logo na saída da praça da Matriz e até chegarem ao Estádio de Vila Euclides, foi incorporada como peça obrigatória nos ritos dos tempos de

3. Cf. *Veja* de 7/5/1980; *IstoÉ* de 7/5/1980; *Movimento* de 5 a 11/5/1980; *Em Tempo* de 1 a 14/5/1980 e observação (naturalmente participante...) do autor.

resistência.⁴ Nessa representação a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública. O que acontecera na manhã do 1.º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol.

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborada por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos. A partir de abordagens e interesses diversos, o que as diferentes interpretações mostravam era o fato de o conflito fabril ter extravasado o contexto sindical e, exprimindo uma

4. A canção, no caso, tinha por título "Pra não dizer que não falei de flores", mas ficou conhecida como "Caminhando". De autoria de Geraldo Vandré, foi por ele apresentada no Festival da Canção do Rio de Janeiro em 1967 e imediatamente tornou-se um dos hinos da contestação daqueles anos. Seu refrão diz:

"Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

E é acompanhado das seguintes estrofes:

"Pelos campos a fome em grandes plantações,
Pelas ruas marchando indecisos cordões,
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão,
E acreditam nas flores vencendo o canhão.
Há soldados armados, amados ou não,
Quase todos perdidos, de armas na mão,
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição,
De morrer pela pátria e viver sem razão.
Nas escolas, nas ruas, campos, construções,
Somos todos soldados, armados ou não,
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Somos todos iguais, braços dados ou não.
Os amores na mente, as flores no chão,
A certeza na frente, a história na mão,
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Aprendendo e ensinando uma nova lição".

A música foi proibida pelo regime militar e, desde o começo dos anos 70, adotada pelos grupos comunitários como expressão de resistência.

disposição coletiva de auto-afirmação, aberto um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores.⁵

Duas imagens

Quanto a mim, iniciei meu estudo interrogando-me sobre o significado e o alcance das mudanças observadas no comportamento das classes populares na vida política do país e particularmente em São Paulo.

Parti do que me pareciam como algumas evidências: as votações recolhidas pelo MDB nas eleições a partir de 1974, a extensão e as características de movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado "Movimento do Custo de Vida", o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base, as greves a partir de 1978, a formação do Partido dos Trabalhadores seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente.⁶

Esses acontecimentos todos produziam um flagrante contraste com uma imagem bem estabelecida sobre os trabalhadores. Para ilustrá-la, tomo simplesmente algumas referências recolhidas

5. Veja-se K. Munakata, *op. cit.*; J. A. Moisés, "Qual é a estratégia do novo sindicalismo?" in *Alternativas populares da democracia*, Vozes, 1982; J. Humphrey, "Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista" in *Estudos Cebrap*, n.º 23, 1979; R. Antunes (coord.), "Por um novo sindicalismo" in *Cadernos de Debate*, n.º 7, Brasiliense, 1980; P. Sandroni e E. Sader, "Lutas operárias e tática da burguesia: 1978/80" in *Cadernos PUC*, n.º 7, Cortez, 1981; A. Maroni, *A estratégia da recusa*, Brasiliense, 1982; M. A. Garcia, "São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário" in *Desvios*, n.º 1, 1982.

6. Para os significados das eleições, ver: B. Lamounier e F. H. Cardoso (coords.), *Os partidos e as eleições no Brasil*, Paz e Terra, 1978; e B. Lamounier (org.), *Voto de desconfiança*, Vozes, 1980. Os demais aspectos serão tratados neste texto.

sem maior esforço. A começar com palavras deixadas pelo superintendente geral da Fiat no Brasil no começo dos anos 70:

"A disciplina, a dedicação ao trabalho, o entusiasmo dos trabalhadores brasileiros contrastam profundamente com as agitações e convulsões que afligem atualmente todos os países desenvolvidos da área capitalista..."⁷

Esse quadro idílico teria se dado devido à integração dos operários à ordem social. Em troca da sua dedicação ao trabalho, os operários estariam desfrutando as benesses do bem-estar. É como aparece numa reportagem publicada em vários números do *Jornal do Brasil* em 1976 e citada por J. F. Rainho:

"...mais preocupado com o conforto em sua casa própria, substituindo pelo televisor as peças de caráter libertário e propagandista que ele próprio (sic) organizava no começo do século, o operário brasileiro de hoje incorporou-se à sociedade de consumo e já não pensa como os pioneiros italianos, em geral anarquistas que trabalhavam nas fábricas até 1930 e se orgulhavam de seu papel na história".⁸

A ligeireza das generalizações nem merece comentários. O que interessa é que essa representação de passividade e conformismo se assenta numa tradição bem estabelecida no pensamento político brasileiro, com a montagem histórica de um paradigma que define os parâmetros através dos quais foram representados os trabalhadores.⁹ Desde Oliveira Vianna, a heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado por parte dos trabalhadores, expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos, seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasi-

7. Citado nas "Resoluções do 1.º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo", 1974.

8. J. Nêumanne Pinto e M. Ines Caravaggi, "O perfil do operário brasileiro de hoje" in *Jornal do Brasil*, janeiro 1976, cit. por J. F. Rainho in *Os peões do Grande ABC*, Vozes, 1980, p. 13, o "sic" é meu.

9. Cf. Paoli, Sader e Telles, *op. cit.*, e também M. Celia Paoli e E. Sader, "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro" in R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica*, Paz e Terra, 1986.

leira, do seu Estado e sua industrialização. Os resultados de experiências históricas foram vistos como atributos determinados pela própria estrutura social. E aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de ação autônoma.

As derrotas sofridas pelo movimento operário em 1964 e 1968 tiveram um primeiro efeito de reforçar a imagem de impotência. Por algum tempo o trabalho de F. Weffort sobre as greves de Osasco e Contagem — onde dizia que “o movimento operário não pode ser visto apenas como dependente da história da sociedade mas também como sujeito de sua própria história”¹⁰ — permaneceu tão sufocado quanto os agentes daqueles movimentos. Afinal, a consolidação do regime militar no início da década se fazia sobre a pulverização e o silêncio dos movimentos sociais. Nas interpretações e narrativas desse momento quase nada encontramos a respeito das práticas dos trabalhadores. E numa sociedade impulsionada pelos ritmos da acumulação de capitais, os discursos dominantes passam a ser os dos economistas, nos quais os trabalhadores só aparecem como fatores da produção. Como último exemplo sobre o sumiço dos operários nos discursos desse momento, lembro um alentado volume intitulado *A indústria automobilística e a 2.ª Revolução Industrial no Brasil*, escrito pelo empresário Ramiz Gattás, que consegue falar de tudo que envolveu essa gesta — as origens do ramo, o papel dos diferentes governos, as vicissitudes da política cambial, debates públicos com “círculos antiindustriais”, a fundação da ANFAVEA, discussões na FIESP, divergências com os agricultores, sem precisar gastar nenhuma das suas 500 páginas para referir-se aos trabalhadores.

E no entanto mudanças decisivas ocorreram no curso da década, mas através de progressivos deslocamentos de sentido tão sutis que demandaram tempo para mostrarem-se em sua inteireza. Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações. Manifestações incapazes de incidir eficazmente

10. F. Weffort, “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco — 1968” in *Cadernos Cebrap*, n.º 5, 1972, p. 10.

sobre a institucionalidade estatal — antes interpretadas como sinal de imaturidade política — começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade. Creio que estas mudanças constituem um efeito retardado e mais profundo das derrotas dos anos 60. Elas expressam uma crise dos referenciais políticos e analíticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade em nosso país. É no quadro dessa crise que intelectuais (acadêmicos ou militantes) deixam de ver o Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais e começam a enfatizar uma polarização — às vezes até maniqueísta — entre sociedade civil e Estado. Recorro mais uma vez a Weffort:

“A decepção, mais ou mais generalizada, com o Estado abre caminho, depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil. Mas nem por isso terá sido, em primeiro lugar, uma descoberta intelectual. Na verdade, a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado começa com os fatos mais simples da vida dos perseguidos. Nos momentos mais difíceis, eles tinham de se valer dos que se encontravam à sua volta. Não havia partidos aos quais se pudesse recorrer, nem tribunais nos quais se pudesse confiar. Na hora difícil, o primeiro recurso era à família, depois aos amigos, em alguns casos também aos companheiros de trabalho. Se havia alguma chance de defesa havia que procurar um advogado corajoso, em geral um jovem recém-formado que havia feito política na Faculdade. De que estamos falando aqui senão da sociedade civil, embora ainda no estado molecular das relações interpessoais? A única instituição que restava com força bastante para acolher os perseguidos era a Igreja Católica”.¹¹

E é da experiência tensa do “terror de Estado” que Weffort deriva a elaboração da sociedade civil e a alteração do próprio modo de abordar as questões políticas:

“Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la (...) É evidente que, quando falo aqui de ‘invenção’ ou de ‘engrandecimento’, não como estas palavras no

11. F. Weffort, *Por que democracia?*, Brasiliense, 1984, p. 93.

sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade".¹²

Estávamos nesses momentos de crise nos quais se alteram as próprias questões e os ângulos desde os quais a sociedade se interroga. Nisso consiste a "invenção" de que fala Weffort, assinalando o campo das experiências vividas, de onde brotam as especulações teóricas. Foi da experiência do fechamento do Estado que ele deixou de ser visto como o parâmetro no qual se media a relevância de cada manifestação social.¹³ Começam a surgir interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal. Como disse Weffort, esse não é um movimento puramente intelectual. As idéias aqui correspondem — isto é, tanto manifestam quanto produzem — à emergência de novos padrões de práticas coletivas. Essa nova valorização da "sociedade civil" expressava uma alteração de posições e significados na sociedade, que se mostravam tanto nas categorias de pensamento quanto nas orientações das ações sociais.

Se formos examinar as idéias formuladas sobre as práticas e as condições de existência dos trabalhadores, perceberemos uma significativa diferença entre as representações elaboradas no início da década de 70 e as feitas ao findar da década. Na primeira metade dos anos 70 as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente. Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais,¹⁴ atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas refe-

12. *Idem, ibidem*, p. 95.

13. Veja-se a tese de mestrado de Vera Silva Telles, *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes*, USP, 1984.

14. Veja-se E. Bacha, *Os mitos de uma década*, Paz e Terra, 1976; M. Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Zahar, 1974; P. Singer, "O 'Milagre Brasileiro': causas e consequências" in *Cadernos Cebrap*, 1972; F. Oliveira, "A economia brasileira: crítica à razão dualista" in *Estudos Cebrap*, n.º 2, 1972.

rências culturais na metrópole,¹⁵ despolitizadas pela ação de um Estado que esvazia ou reprime os mecanismos de representação,¹⁶ alienadas e massificadas pelos meios de comunicação.¹⁷ Até mesmo suas estratégias de sobrevivência apareciam funcionais à reprodução capitalista: a autoconstrução, mecanismo pelo qual a população mais pobre resolveu seu problema habitacional, barateava os custos da reprodução da força de trabalho, permitindo um rebaixamento dos salários reais;¹⁸ o aprendizado profissional, através do qual famílias de trabalhadores projetaram uma ascensão social ou simplesmente protegeram-se num mercado de trabalho altamente competitivo, ao tornar-se um processo maciço, terminou diminuindo os salários reais dos operários qualificados.¹⁹ Essas observações, feitas no campo das ciências sociais — sobre as práticas sociais dos trabalhadores, determinadas ou subsumidas pela lógica do capital e de seu Estado —, correspondem aos registros deixados em depoimentos de operários e de militantes.

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o "novo sindicalismo", que se pretendeu independente do Estado e dos partidos;²⁰ eram os "novos movimentos de bairro", que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado;²¹ era o surgimento de uma "nova sociabilidade" em asso-

15. Veja-se M. Berlinck, *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*, Vozes, 1977; L. M. Rodrigues, *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*, Brasiliense, 1974; C. Menezes, *A mudança*, Imago, 1976.

16. Veja-se F. H. Cardoso, *O modelo político brasileiro*, Difel, 1977.

17. Veja-se S. Chucid, *Televisão e consciência de classe*, Vozes, 1977, e M. Sodrê, *O monopólio da fala*, Vozes, 1981.

18. Veja-se F. Oliveira, *op. cit.*

19. Veja-se O. Romanelli, *História da educação no Brasil 1930/1973*, Vozes, 1978; V. Paiva, "Estado, sociedade e educação no Brasil" in *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 22, 1980.

20. Veja-se a nota 5.

21. Veja-se V. Telles, "Movimentos populares nos anos 70: formas de organização e expressão", relatório à Fapesp, 1981; S. C. Bava, "Movimentos reivindicativos urbanos na Grande São Paulo: um estudo de

ciações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva;²² eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada.²³ De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.²⁴

Isso tudo exige maior discussão. Mas para os objetivos deste capítulo — onde estou procurando expor as circunstâncias e as características da configuração do meu tema de estudo — essa descrição já basta para entender por que, em meio à pesquisa, eu me dei conta de que a formulação primeira — de que eu estava diante de uma passagem de padrões de legitimação da ordem para outros, de contestação — era incapaz de dar conta do fenômeno. Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também — e sobretudo — com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de

caso”, relatório à Fapesp, 1980; P. Singer e V. C. Brant, *São Paulo: o povo em movimento*, Vozes, 1980; T. Evers, “Movimentos de bairro em São Paulo: o caso do ‘Movimento do Custo de Vida’” in *Alternativas populares da democracia*, Vozes, 1982.

22. Veja-se Singer e Brant, *op. cit.*; C. Boff, “A influência política das comunidades eclesiais de base” in *Religião e Sociedade*, n.º 4, 1979; C. Perani, “CEBs: alguns questionamentos” in *Cadernos do CEAS*, n.º 56, 1978; frei Betto, *O que são comunidades eclesiais de base*, Brasiliense, 1981.

23. Veja-se M. Celia Paoli, “Mulheres: o lugar, a imagem, o movimento” in *Perspectivas antropológicas da mulher*, 4, 1985.

24. Veja-se M. Celia Paoli, “Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros” in *Comunicação*, n.º 7, do Museu Nacional UFRJ, 1982.

expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945.²⁵ A pesquisa teria de dar conta da natureza dessa nova configuração.

De estruturas a experiências

Quando elaborei na sua primeira forma o projeto desta pesquisa, eu manifestava uma insatisfação com o que me aparecia como modos dominantes de caracterização dos processos de reprodução social. Para uma vertente, a reprodução social parecia assegurada pela coerção do Estado militar. Para outra, pelos automatismos econômicos da acumulação capitalista. Para outra ainda, pela alienação ideológica produzida nas classes dominadas. Em todos esses casos, as ações das classes sociais aparecem como simples atualizações de estruturas dadas. E daí, simplesmente passivas ante os mecanismos de reiteração da ordem, as alterações desta também teriam de ser explicadas por alterações daqueles mecanismos estruturais. Nesse registro, a própria idéia da constituição de sujeitos coletivos desempenhando algum papel criador nos processos históricos não fazia muito sentido.

Na caracterização de uma crise da sociologia clássica, feita por Alain Touraine num livro com o sugestivo título de *Le retour de l'acteur*, reconhecemos uma problemática similar. Segundo Touraine, a sociologia se constituiu como um modelo de análise da vida social no qual o sistema social aparece levado por um movimento que vai da tradição à modernidade, da fé à razão, da reprodução à produção, da comunidade à sociedade. Tal modelo teria entrado em crise em decorrência de acontecimentos históricos que destruíram a crença nessa evolução que

25. Para uma exposição do tipo libertário, veja-se A. Simão, *Sindicato e Estado*, Dominus, 1976; B. Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, Difel, 1976; F. Foot Hardman, *Nem pátria, nem patrão*, Brasiliense, 1983. Para o tipo populista, veja-se L. M. Rodrigues, *Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*, Difel, 1966; F. Weffort, *Sindicato e política*, tese de livre-docência, USP, 1975.

harmonizaria ordem e progresso. Sem pretender expor toda a linha de raciocínio do autor, aponto a importância que ele coloca na relação entre ator — ou sujeito — e sistema:

"O aspecto mais importante da sociologia clássica está em que, criando grandes conjuntos históricos portadores de sentido neles mesmos, ela reduzia a análise da ação social à pesquisa da posição do ator no sistema. A sociologia da ação recusa essa explicação do ator pelo sistema. Ela vê, pelo contrário, em toda situação, o resultado de relações entre os atores, definidos por suas orientações culturais como por seus conflitos sociais".²⁶

Pois quando observamos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, nós nos damos conta de que eles dificilmente podem ser explicados pela exposição das "condições dadas", decorrentes do sistema social: os padrões da acumulação capitalista, o desenvolvimento urbano (ou sua crise), a forma do Estado. Das condições do chamado "milagre brasileiro", com suas fatias de superexploração para tantos e vantagens para outros, não se consegue deduzir nem as mudanças no comportamento sindical, nem as motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram, nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes na ação das classes sociais.

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características "estruturais", só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. Tomemos por exemplo os clubes de mães, que se generalizam pela Grande São Paulo no correr dos anos 70. Eles podem ser vistos e "explicados" como expressão das contradições geradas pelo capitalismo "nas condições brasileiras", como resposta popular às carências sociais ditadas pelos padrões de desenvolvimento vigentes, pela ausência de canais institucionais de manifestação. São, assim, reduzidos ao campo geral das "lutas de um setor da classe operária

26. A. Touraine, *Le retour de l'acteur*, Fayard, Paris, p. 35.

para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho". O único problema consiste em que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chamam a atenção se nos debruçamos para examinar o fenômeno em sua originalidade. No caso, os padrões comunitários, uma particular formulação das noções de justiça e direito, a aversão pelo que é considerado política, por exemplo, aparecem como simples "traços conjunturais" de um processo genérico sempre o mesmo.

A impossibilidade de apreensão da natureza dos novos movimentos sociais através de uma análise centrada nas chamadas determinações estruturais ficou evidente após o estudo pioneiro de Maria Herminia T. Almeida sobre o novo sindicalismo.²⁷ Ela detectou que havia algo novo acontecendo no sindicalismo, particularmente no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo. Voltou-se para a análise da estrutura produtiva das indústrias e para a análise da organização sindical moldada pela CLT. Verificou que as transformações ocorridas na base produtiva não foram acompanhadas por uma adequação na legislação sindical e provocavam uma crise no sindicalismo. Nas indústrias modernas, de onde surgem novas temáticas, surge também um novo sindicalismo. Mas então, após referir-se brevemente aos pontos programáticos dessa nova corrente sindical, extrai uma conclusão sobre sua orientação ideológica:

"Em resumo, pareceria que a ideologia dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao 'sindicalismo de negócios' (...) norte-americano: combativo, 'apolítico', solidamente implantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados".²⁸

A força de tal orientação viria do fato de estar aí um

"projeto organizatório e político-sindical mais afinado com os interesses do setor 'moderno' dos assalariados fabris..."²⁹

27. M. Herminia Almeida, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas" in *Debate e Crítica*, n.º 6, 1975.

28. *Op. cit.*, p. 73.

29. *Op. cit.*, p. 71.

A trajetória do sindicalismo metalúrgico de São Bernardo refutaria esse prognóstico de Maria Herminia Almeida,³⁰ mostrando-se muito diferente do pragmatismo “apolítico” do sindicalismo de negócios norte-americano. Mas o que nos interessa agora é buscar os pontos na sua elaboração que a levaram de uma tão cuidadosa análise das relações entre estrutura industrial e legislação sindical para uma tão deficiente caracterização das orientações dos agentes sociais aí implicados.

E creio que o problema central está no modo como ela usa a noção de “interesses”. Quando ela diz que o projeto daquela corrente sindicalista correspondia aos “interesses” do setor moderno dos assalariados fabris, poupando-se de qualquer análise específica sobre os valores assumidos por tais agentes, era como se aqueles interesses decorressem naturalmente das características das indústrias onde estavam empregados. Mas, então, seriam inexplicáveis as diversidades de orientações entre correntes sindicais assentadas em setores industriais com estrutura produtiva similar.

Também nos primeiros estudos sobre os movimentos sociais urbanos predominavam as explicações das características de combatividade e autonomia com que emergiam pelos novos padrões da acumulação capitalista no país. Obrigado a intervir diretamente na produção, o Estado perderia toda sua ambigüidade e deixaria cair suas máscaras. Um Estado incapaz de assegurar as condições necessárias para a própria reprodução da força de trabalho aparecia como alvo — logo entendido como inimigo — dos movimentos sociais com que os trabalhadores buscariam defender esses interesses negados.³¹

30. Mas caberia dizer que mesmo antes disso J. Humphrey elaborava uma caracterização do sindicalismo de São Bernardo que pareceria confirmada por seu desdobramento. Ver J. Humphrey, *op. cit.*

31. Veja-se, por exemplo, F. Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, Paz e Terra, 1977, à p. 103: “A ‘débacle’ do populismo não é outra coisa senão a dissolução da ambigüidade do Estado, determinada pelo movimento de centralização do capital. O Estado é agora produtor de mais-valia e segue-se a isto que o seu caráter repressor e opressor não pode mais ser mascarado”. Uma aplicação dessa tese mais particularmente para a

Tal tipo de interpretação já se defrontou com as dificuldades expostas pelo próprio curso do processo político no país. Com a constituição do regime civil da “Nova República”, o Estado continua desempenhando um papel decisivo na própria acumulação capitalista, mas dificilmente se poderia dizer que ele está despido de toda ambigüidade e de toda máscara. Mas, afinal, quem fala em ambigüidades e máscaras está obrigado a falar nos processos de atribuição de significado e no mundo simbólico que definem fatos sociais nesses termos. Mais uma vez, ao fazer as características políticas derivarem diretamente de fatores econômicos, o analista opera uma naturalização destes, perdendo a dimensão daquilo que os antropólogos chamaram de “enorme plasticidade do organismo humano”: ou seja, a grande gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação dada.³² Ou poderíamos, para ficar entre os sociólogos, nos remeter aos estudos de Max Weber sobre os tipos de dominação legítima, onde precisamente a legitimidade da dominação (ou suas ambigüidades, ou suas máscaras. . .) não é dada por si mesma, mas pelo sentido que faz para os agentes sociais implicados.³³ Ou, finalmente, no campo do marxismo, poderíamos nos remeter aos estudos de Gramsci sobre os mecanismos da hegemonia, pela qual uma classe dominante obtém o consentimento dos dominados.³⁴

O fato é que, pretendendo explicar movimentos sociais por determinações estruturais, os analistas chegam a impasses insolúveis.

análise dos movimentos sociais urbanos encontra-se em J. Alvaro Moisés, “Contradições urbanas, Estado e movimentos sociais” in *Revista de Cultura e Política*, n.º 1, 1979. Esse tipo de explicação predominou nos estudos pioneiros sobre movimentos sociais urbanos no Brasil.

32. Mais particularmente a pesquisa etnológica se sobrepôs às idéias acerca de demandas e necessidades enquanto dados naturais que receberiam respostas culturais. Desde, pelo menos, Marcel Mauss, o conjunto das instituições sociais configura uma totalidade que já pertence ao domínio da cultura.

33. M. Weber, *Economia y sociedad*, FCE, México, 1944. Veja-se, nessa linha, a articulação operada por M. Lucia Montes em “O poder e a cultura: novos temas, velhas reflexões”, *mimeo*, 1981.

34. Ver A. Gramsci, *Literatura e vida nacional*, Civilização Brasileira, 1968.

Fatores: (econômico, simbólico, social, político)

crítica

M.S. repro... Força de Trabalho

Um deles apareceu para aqueles que, querendo falar da "autonomia" dos movimentos sociais, apontavam-na como decorrente de determinações da estrutura política e econômica. Tais movimentos seriam autônomos porque, buscando as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho, encontravam um Estado que se antepunha inflexivelmente a tais interesses. Ainda que tal explicação pudesse dar conta da realidade empírica observada (o que é duvidoso), a noção mesma de autonomia aí veiculada fica bastante mutilada. Seria uma autonomia diante do Estado (mas então melhor teria sido dizer "antagonismo"), mas nenhuma autonomia haveria no sentido de um papel criativo na história.

Outro está nessa idéia de "condições necessárias à reprodução da força de trabalho" e que necessariamente não seriam satisfeitas devido aos padrões da acumulação capitalista. Segundo Marx, em cuja obra se inspiram os formuladores dessa explicação para as contradições urbanas, as condições necessárias à reprodução da força de trabalho são definidas historicamente, correspondendo a um nível instituído socialmente (pelas lutas de classe, pela cultura).³⁵ Assim, como são necessidades sociais se são necessariamente não satisfeitas? Onde estão instituídas enquanto necessidades? O paradoxo já foi apontado por Edison Nunes em sugestiva comunicação a respeito dos estudos sobre movimentos reivindicativos urbanos.³⁶

Uma conclusão extraída da observação desses impasses é que não se pode deduzir orientações e comportamentos de "condições objetivas dadas". Tais deduções pressupõem uma noção de "necessidades objetivas" que moveriam os atores sem as mediações simbólicas que as instituem enquanto necessidades sociais. Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo,

35. Veja-se o item "Compra e venda da força de trabalho" in K. Marx *El capital*, vol. I, cap IV, FCE, México, 1946, p. 124.

36. E. Nunes, "Carências urbanas e reivindicações populares", mimeo, CEDEC, 1985.

aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade de amigos de bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal.

Fui levado, por isso, ao estudo dos processos de atribuição de significados, pelos quais uma ausência é definida como *carência* e como *necessidade*, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos *interesses* de uma coletividade. Refiz, assim, o percurso das ciências sociais e me dei conta de que sua crise se expressa na perda de poder explicativo dos modelos globais que a sustentaram, mas não implica a irrelevância das contribuições de seus autores para o conhecimento da vida social, mesmo no que ela apresenta de mais atual.³⁷

Para a questão que neste momento está colocada — da mediação entre estruturas dadas e ações sociais desenvolvidas —, exponho os pontos que me servem de referência no estudo feito.

Com relação à elaboração cultural das necessidades, é certo que os diferentes movimentos sociais aqui tratados, encontrando-se numa mesma sociedade, partilham de uma mesma definição daquilo que é necessário — dos alimentos que saciam a fome, do tipo de vestimenta que os abriga e os expõe, do significado da casa, dos meios de transporte, do lazer etc. É certo que, constituindo-se no campo genérico das chamadas classes trabalhadoras, tais movimentos se inscrevem num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de reprodução. Isso é compartilhado pelos clubes de mães do Grajaú, pelos movimentos dos favelados de Itaquera, pelos membros do sindicato dos metalúrgicos de Osasco. Ainda assim, o modo como o fazem (que tipo de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância relativa atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam, depende de uma constelação de significados que orientam suas ações.

objetivo
10
quero
objetivo
tudo

Depende, em primeiro lugar, do significado daquilo que define um determinado grupo enquanto grupo, quer dizer, sua

37. A. Touraine, *op. cit.*

identidade. Não se trata de alguma suposta identidade essencial, inerente ao grupo e preexistente às suas práticas, mas sim da identidade derivada da posição que assume. Tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam. Quem são os sujeitos em questão? São membros de um sindicato? Militantes de um partido? Participantes de uma comunidade de base?

Depende, em seguida, do modo como se articulam objetivos "práticos" a valores que dão sentido à existência do grupo em questão. Podem lutar por melhorias para um bairro sem querer imiscuir-se nos conflitos políticos por respeito à ordem vigente. Podem lutar por tais melhorias através de uma mobilização política que imaginam contribuir para a transformação da sociedade. Podem lutar pela defesa de melhores condições de trabalho como afirmação de uma dignidade coletiva. E daí por diante.

Depende finalmente — e talvez sobretudo — das experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seu inimigos, o mundo que o envolve.

Estava assim em condições de repensar as relações entre as condições de existência postas para os trabalhadores e as características dos movimentos sociais. E recorro ao modo como E. P. Thompson concebe a constituição histórica das classes sociais:

"As classes acontecem à medida que os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro do 'conjunto de relações sociais' com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais".³⁸

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que

38. E. P. Thompson, "¿Lucha de clases sin clases?" in *Tradicion, revuelta y conciencia de clase*, Anagrama, p. 38.

implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela "estrutura já dada" é também produzida pelas interações e lutas de classe.)

E aqui finalmente retomo a questão da passagem de uma forma a outra de configuração social dos trabalhadores. Como pensar a mudança ocorrida? Se as mudanças não podem ser pensadas como se fossem resultado da ação imperiosa de uma realidade independente das vontades dos atores sociais, elas teriam então sua fonte nestas vontades? Com efeito, uma revalorização dos sujeitos sociais, pensados como "senhores de suas ações", constituiu um movimento intelectual de oposição ao "objetivismo" preexistente.³⁹ Mas seguir essa trajetória seria manter uma falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas. Ora, os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade. Se considerarmos que a chamada "realidade objetiva" não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, temos também de considerar os homens não como soberanos indeter-minados, mas como produtos sociais.

Quando Castoriadis, cuja *Instituição imaginária da sociedade* constituiu um guia básico neste percurso intelectual, falou de autonomia e de indeterminação, não pretendia ignorar o peso do mundo objetivado. Pelo contrário, disse mesmo que a sociedade se encontra presa

"entre as coerções do real e do racional, sempre inserida em uma continuidade histórica e por consequência co-determinada pelo que já se encontrava aí, trabalhando sempre com um simbolismo já dado e cuja manipulação não é livre..."

39. Ver R. Cardoso, "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico" in Sorj e Almeida (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*, Brasiliense, 1983. Também: Paoli, Teles, Sader, *op. cit.*; e L. A. Machado da Silva e A. C. Ribeiro, "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?", Anpocs, 1984.

Mas o que sustentou é que, ainda assim, o “fazer histórico”

“estabelece e se dá outra coisa que não o que simplesmente é, e que há nele *significações* que não são nem reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animidade, nem elaboração estritamente racional dos dados”.⁴⁰

O indeterminado não cobre, portanto, todo o fazer histórico, mas constitui uma dimensão deste, através da qual uma capacidade criadora da imaginação produz novos significados. Essa capacidade, que Castoriadis chama de “imaginário radical”, se efetiva na história sob a forma de um “imaginado” (ou “imaginário efetivo”). São os sistemas de significações que estão na base dos simbolismos de cada sociedade, das suas instituições e dos fins aos quais ela subordina sua funcionalidade.

Com essas referências procurei pensar as alterações nas práticas coletivas de trabalhadores, como reelaboração do imaginário constituído, através de novas experiências, onde se produzem alterações de falas e deslocamentos de significados. Por aí surgem práticas instituintes.

Do caráter de classe às configurações sociais

As referências empíricas dos estudos sobre os movimentos sociais são as mais diversas: uma categoria sindical de trabalhadores, uma comunidade de base ou o conjunto das comunidades, favelados de uma determinada favela ou de uma vila, moradores de um loteamento clandestino que se organizam, mulheres de clubes de mães, o “movimento popular” pensado como um conjunto de movimentos etc. Logo se colocou a questão de se elucidar a relação entre tais agrupamentos, empiricamente dados, e a conceituação das classes sociais. Se os estudos concretos desvendaram formas originais de práticas coletivas, frequentemente encobertas por uma simplificada explicação através das

40. C. Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, Paz e Terra, 1982, pp. 176-7.

“classes sociais”, por outro lado os conceitos que permitiriam fundamentar tais estudos ficaram por ser feitos.

Colocada a questão, ela foi frequentemente respondida com um esforço estéril para inserir as novas realidades nos velhos esquemas. Assim, por exemplo, M. Gloria Gohn, preocupada com a imprecisão nos estudos existentes, atribuiu a confusão à

“não especificação da natureza dos movimentos sociais urbanos e, por outro (lado), no não reconhecimento de que todo movimento social tem sempre um caráter de classe, que está inscrito em sua própria lógica”.⁴¹

E considerando que por aí deteria a chave da compreensão desses movimentos, ela conclui:

“Conforme a classe social temos uma forma de manifestação das contradições sociais e elas se expressam através de diferentes formas de lutas que irão caracterizar movimentos sociais distintos”.⁴²

Segundo tal concepção, movimentos sociais são derivados de diferentes classes sociais previamente configuradas. Seriam como manifestações de uma essência.

Eu não considero que se deva abandonar a conceituação marxista da existência “objetivamente dada” das classes sociais, sob a condição de que nos entendamos bem a respeito do significado dessa objetividade. Se pensarmos a realidade objetiva como o resultado das *ações sociais que se objetivaram* — que é, portanto, concomitantemente exterior aos atores sociais e fruto reiterado de suas práticas institucionalizadas⁴³ —, poderemos pensar a existência objetiva da divisão de classes na sociedade capitalista como uma “realidade virtual”, uma condição vivida e continuamente reelaborada. “Classe social” desse modo designa uma *condição* que é comum a um conjunto de indivíduos. Mas ela é alterada pelo modo mesmo como *é vivida*. Francisco

41. M. Gloria Gohn, *A força da periferia*, Vozes, 1985, p. 46.

42. *Idem*, *ibidem*, p. 49.

43. Ver P. Berger e T. Luckmann, *A construção social da realidade*, Vozes, 1978.

de Oliveira, estudando a constituição das classes e identidades de classe em Salvador através da relação entre as esferas da produção e da reprodução, observa que para tal pesquisa

"faz-se necessário ater-se em primeiro lugar à objetividade da divisão social do trabalho (...) Mas a reprodução não é simplesmente o eterno retorno da produção, que no caso transformaria os resultados em reposição dos pressupostos. A reprodução é o movimento no qual e pelo qual a objetividade se representa".⁴⁴

A reprodução implica representações simbólicas pelas quais os agentes se reconhecem, identificam os demais e a si mesmos. Esse processo incide necessariamente sobre as condições dadas na esfera da produção.

A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente.

Tomemos a célebre passagem do *Dezoito Brumário*, em que Marx discute a realidade de classe dos camponeses parcelários da França para explicar sua forma passiva de representação através de Luís Bonaparte:

"Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...) Não podem representar-se, têm que ser representados".⁴⁵

44. F. Oliveira, *O elo perdido*, Brasiliense, 1987, p. 12.

45. K. Marx, col. *Os pensadores*, Abril, p. 403.

Estão aí presentes duas noções de classe: numa primeira, "objetivamente dada", a classe é definida pelas condições de existência; na segunda ela depende da elaboração "subjéctiva", da organização dos sujeitos implicados. Não se trata de escolher entre as duas noções, mas de articulá-las enquanto dois momentos indissolúveis. A distinção entre os dois momentos tende a passar desapercibida ou a não ser problematizada quando a representação subjéctiva aparece mais próxima à produção objectiva, como nos casos em que um movimento operário aparece como representação da classe operária. No caso dos novos movimentos sociais eles se dão no solo da condição proletária, mas esta é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem.⁴⁶

É verdade que na tradição marxista aquela dualidade se articulou de um modo bem particular: a realidade objectiva criando uma "classe em si" e a tomada de consciência dessa realidade criando a "classe para si".⁴⁷ Tal concepção foi nitidamente expressada por dois marxistas franceses no curso dos debates políticos do pós-68, ao assumirem a defesa das posições leninistas:

"Lenin distingue cuidadosamente o sujeito teórico-histórico da revolução (o proletariado como classe, que deriva do modo de produção) e seu sujeito político-prático (a vanguarda que deriva da formação social) que representa não já o proletariado 'em si', dominado econômica, política e ideologicamente, mas o proletariado 'para si', consciente do lugar que ocupa no processo de produção..."⁴⁸

Mas não é obrigatório que a distinção entre esses dois níveis assumia essa forma. T. Negri, por exemplo, articula uma "composição técnica da classe operária", que corresponderia à

46. Veja-se as sugestões de F. Oliveira, *O elo perdido*, op. cit., pp. 116-7.

47. Esta formulação já aparece em K. Marx, *Miséria da filosofia*. Veja-se a p. 209 da Ed. Costes.

48. D. Bensaid e A. Nair, "A proposito del problema de organizacion: Lenin y Rosa Luxembourg" in *Teoria marxista del partido político II*, Pasado y Presente, 1969, p. 14.

composição orgânica do capital, com uma "composição política", que corresponderia à sua cultura e tradição de luta.⁴⁹

A discussão sobre as condições postas pela divisão capitalista de trabalho social em nosso país tem certamente sua importância para a compreensão dos movimentos sociais. Mas na verdade as maiores interrogações começam a partir daí! O que desafiou a inteligência dos que se interessaram pelo fenômeno foi a emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, uma outra identidade social, nova forma de representação coletiva. Por isso, se nossa pesquisa procurou captar os elementos que conformaram a condição proletária em São Paulo, ela se deteve particularmente no estudo dos movimentos sociais que reelaboraram essa experiência.

A identificação dos sujeitos

Tanto tenho usado a noção de sujeito para nomear os movimentos sociais que já não posso me furtar a uma discussão sobre o significado de tal conceito. Poucas noções são tão ambíguas, carregadas de sutilezas e mal-entendidos como essa. Se num enunciado ela pressupõe a soberania do ator, num outro pressupõe sua sujeição. Em suma, da filosofia à lingüística, passando pela psicanálise, pisamos num terreno minado, palco das mais acesas polêmicas. Não se trata aqui, evidentemente, de trilhar toda a história polêmica do conceito, o que nos levaria pelo menos até Descartes.⁵⁰ Mas estou obrigado a elucidar as significações implicadas nos termos usados nesta exposição.

Um primeiro motivo para o uso dessa noção consiste no fato de que os agentes dos movimentos sociais aqui tratados

49. T. Negri, *Del obrero-masa al obrero-social*, Anagrama, Barcelona, 1980. Na mesma linha, ver S. Bologna, "A composição de classe e a teoria do partido na origem do movimento dos conselhos de trabalhadores" in *Processo de trabalho e estratégias de classe*, Zahar, 1982.

50. Pude compreender melhor algo sobre o tema sobretudo graças ao estudo das anotações de um curso de Marilena Chauí sobre "A morte da consciência na filosofia contemporânea".

Sujeito
expressam uma insistente preocupação na elaboração das identidades coletivas, como forma do exercício de suas autonomias. Neste momento, portanto, o termo aparece mais como objeto de análise do que como instrumento conceitual. Assim, na famosa assembléia do Movimento do Custo de Vida, realizada a 20 de junho de 1976, dom Mauro Morelli, bispo da região sul, proclamava que "nós devemos ser sujeitos da nossa própria história".⁵¹

E foi provavelmente a partir das falas que emergem dos movimentos que muitos autores assumiram o termo e procuraram elaborá-lo teoricamente. Tomemos uma rápida amostragem:

J. A. Moisés, tratando das lutas dos metalúrgicos de São Bernardo:

"... talvez seja o caso de admitir a existência de uma estratégia subjacente a esses movimentos que apontam, precisamente, na direção da constituição de um novo sujeito coletivo. É a luta pela cidadania que dá conteúdo ao movimento sindical que, para se afirmar, acaba entrando na política".⁵²

J. C. Petrini, ao descrever o desenvolvimento de uma comunidade de base:

"Teve início assim o lento processo de agregação popular (...) que constituiu aquelas pessoas como um *sujeito popular*, com uma identidade própria, progressivamente conquistada, com a consciência de ter uma história semelhante, problemas e esperanças comuns, os mesmos valores, e também um destino comum".⁵³

L. Boff, caracterizando o processo de constituição das comunidades eclesiais de base, diz que:

"... a massa, mediante as associações, se transforma num *povo* que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elabora uma consciência de sua situação de marginalização, constrói um projeto de seu futuro e inaugura práticas de mobilização para mudar a realidade circundante..."

51. Cf. *Cadernos do CEAS*, n.º 45, 1976.

52. J. A. Moisés, "Qual é a estratégia...", *op. cit.*, p. 36, grifos meus.

53. J. C. Petrini, *CEBs: um novo sujeito popular*, Paz e Terra, 1984, p. 89.

E na página seguinte, nomeando o mesmo processo:

"...se constrói sob a participação de todos, com a presença forte do povo organizado, *novo sujeito histórico* emergente na sociedade e na Igreja".⁵⁴

S. Caccia Bava, referindo-se a uma pluralidade de práticas dos trabalhadores que constituíram diversos movimentos sociais:

"A articulação destes novos espaços públicos, a troca de experiências e a criação de novos valores entre os trabalhadores através destes processos de mobilização colocam como possibilidade histórica a expressão independente e autônoma dos trabalhadores e sua constituição enquanto *sujeito político*".⁵⁵

Helôisa Martins refere-se ao programa de trabalho do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação):

"...voltado para a reconstrução das lutas operárias na região do ABC, com o objetivo de colaborar na construção de um *novo sujeito político histórico*..."⁵⁶

E Tilman Evers, discutindo o significado nos novos movimentos sociais:

"...o que pode ser de relevância prática para os movimentos sociais atuais são os primeiros e tímidos passos no sentido de tornarem-se *sujeitos de sua própria história*".⁵⁷

Encontramos variações no uso do conceito: em alguns casos ele está referido à capacidade de expressão no plano da política e em outros não. Variações na sua relação com os fatos empíricos que nomeia: desde agrupamentos bem delimitados até o

54. L. Boff, *E a Igreja se fez povo*, Vozes, 1986, pp. 58-9. O primeiro grifo é dele, o segundo é meu.

55. S. Caccia Bava, *Práticas cotidianas e movimentos sociais*, dissertação de mestrado, USP, 1983, p. 9, grifos meus.

56. H. Martins, *Igreja e movimento operário no ABC — 1954-1975*, tese de doutoramento, USP, 1987, p. 15, grifos meus.

57. T. Evers, "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais" in *Novos Estudos*, Cebrap, abril 1984, p. 18, grifos meus.

"povo" enquanto categoria histórica. Mas um traço comum é o fato de a noção de "sujeito" vir associada a um *projeto*, a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas. E outro traço comum, vinculado a este, é a conotação com a idéia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências.

A rigor a constituição de um coletivo qualquer enquanto sujeito não implica sua autonomia. Temos vários exemplos de sujeitos coletivos constituídos através de identidades que lhes foram atribuídas. Podemos pensar desse modo a identidade dos trabalhadores formada pelo getulismo. Aquele vasto movimento social constituiu-se certamente num ator social com incidência no cenário político, e, no entanto, os padrões através dos quais ele se representava expressaram sua subordinação a um projeto que lhe era exterior.⁵⁸

Mas, se não há correlação necessária entre autonomia e sujeito, o fato é que a autonomia presente nos movimentos corroe algumas das características que constituem a noção de sujeito. De um lado a pluralidade dos movimentos, sem a necessária constituição de um "centro estruturante", conspira contra a idéia de um "sujeito histórico" capaz de ordenar a diversidade e atribuir racionalidade aos dados. De outro, a extrema mutabilidade dos movimentos, no sentido de que seus componentes estão constantemente se transferindo de uma forma a outra de manifestação, conspira contra a sedimentação de identidades coletivas.

A noção de sujeito já havia sido alvo de uma artilharia pesada no interior da filosofia, pelas suas conotações racionalistas. F. Guattari, que prefere o termo "agenciamento coletivo de enunciação" — porque refere mais diretamente a expressão subjetiva aos processos singulares de constituição coletiva —, num texto escrito com T. Negri, relaciona as novas formas de

58. Ver Oliveira, Velloso e Gomes, *Estado Novo: ideologia e poder*, Zahar, 1982.

produção de subjetividade com as mudanças ocorridas nos modos de produção. Simplificando muito: à medida que as modalidades da produção capitalística invadem todos os poros da sociedade, provocam também uma inédita politização no social e, com isso, um descentramento do político.⁵⁹

E. Laclau também estuda os novos movimentos sociais a partir de uma crítica à noção clássica de sujeito. Considera que as transformações do capitalismo no século XX debilitaram o vínculo entre as experiências dos trabalhadores no local da produção e as vividas em outras esferas, que se multiplicaram e ganharam mais importância. Em decorrência, o agente social não possui mais unidade e homogeneidade, sendo dependente de várias “posições de sujeito”, através das quais ele é constituído em diversas instâncias. Procurando capitar a peculiaridade dos novos movimentos sociais, diz que sua característica central

“é que um conjunto de posições de sujeito (a nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual) tornaram-se pontos de conflito e mobilização política. A proliferação destas novas formas de luta resulta de uma crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partimos da noção de sujeito como um agente descentralizado, destotalizado”.⁶⁰

O uso da noção exige, pois, certos cuidados. Se a mantenho é porque as ambigüidades que ela carrega impregnam também noções sucedâneas, indicando talvez a existência de problemas mais fundos no pensamento constituído. As noções de *ator* e de *agente*, que até aqui utilizei indiferenciadamente, são portadoras de uma tradição sociológica que justamente definia o primado do sistema social. O ator social, como aquele que representa um papel, designava o portador de papéis definidos no nível

59. Ver F. Guattari e S. Rolnik, *Micropolítica — cartografias do desejo*, Vozes, 1986. E F. Guattari e T. Negri, *Les nouveaux espaces de liberté*, D. Bedou, Paris, 1985.

60. E. Laclau, “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 2, 1986, p. 43.

da estrutura social. O que acontece é que, a partir do momento em que surgiram movimentos de contestação às concepções sistêmicas, vários termos foram reconotados. Touraine retomou a noção de ator, já pensado como um elemento dotado de autonomia. Nada impediria o mesmo com a noção de agente. O fato é que no Brasil, a partir dos discursos presentes nas comunidades de base, foi a noção de sujeito que emergiu com esse novo sentido. Preferi por isso trabalhá-la, usando-a no sentido que a elabora Castoriadis, quando ela pode denotar tanto a autonomia como a heteronomia.

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.

Se a existência de sujeitos não tem como correlação necessária o exercício da autonomia, esta é impensável sem aqueles. Já não se trata da idéia de algum sujeito histórico privilegiado — por exemplo, o proletariado de uma tradição marxista do modo como foi finalmente sacralizado na *História e consciência de classe*, de Luckacs — que esteja no centro dos acontecimentos antes de qualquer acontecimento, graças ao seu lugar na estrutura; um sujeito de cuja posição se pudesse captar o sentido de toda sociedade e de toda história. Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias.

Ao finalizar estas reflexões que servem de referência para a relação entre sujeito e autonomia, permito-me mais uma (e longa) citação. Nessa questão não posso deixar de recorrer a Castoriadis, que opõe autonomia à alienação a partir da “*démarche*” da psicanálise. A frase de Freud que ele toma como premissa é “Onde era o Id, será o Ego”. Não se trata de que

o Consciente possa absorver e esgotar o Inconsciente, mas de que ele se torne a "instância de decisão". Se, com Lacan, "o inconsciente é o discurso do Outro", a autonomia é o processo pelo qual meu discurso toma o lugar desse discurso estranho que está em mim e me domina. O "discurso Meu" não pode ser a eliminação do "discurso do Outro", que brota constantemente nas pulsões inconscientes de cada um. Assim (mas simplificando e empobrecendo a exposição de Castoriadis) a máxima de Freud não é tomada como idéia reguladora com referência a um estado impossível, concluído, mas a uma situação ativa de uma pessoa que não cessa de retomar suas fantasias sem deixar-se dominar por elas. O que é, pois, o sujeito enquanto lugar da autonomia?

"Não é o sujeito-atividade pura, sem entrave nem inércia, esse fogo-fátuo dos filósofos subjetivistas, esta flama independente de qualquer suporte, liame e alimento. Esta atividade do sujeito que 'trabalha sobre si mesmo' encontra como seu objeto a multidão de conteúdos (o discurso do Outro) com a qual ela nunca terminou de se haver; e sem esse objeto ela simplesmente não é. O sujeito é também atividade, mas a atividade é atividade sobre alguma coisa, do contrário ela não é nada. Ela é pois co-determinada por aquilo que ela se dá como objeto."⁶¹

Há, pois, uma inerência recíproca de sujeito e objeto na própria constituição do sujeito. Nessa concepção, sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado.

Os discursos que constituem sujeitos

Diz Hannah Arendt que

"o ato humano primordial deve conter a resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: 'quem és?'"⁶²

61. C. Castoriadis, *op. cit.*, p. 127.

62. H. Arendt, *A condição humana*, Forense, 1981, p. 191.

O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito. //11
Assim, do discurso dependeria a atribuição de sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o de estabelecimento das identidades.

A identidade se revela no discurso? Mais do que isso, se nos voltarmos para a Psicanálise, ela se constitui nessa operação. Dela aprendemos que as pulsões do inconsciente só podem ser reconhecidas ao serem nomeadas e, portanto, inscritas na linguagem. Mas, assim como a palavra que nomeia o desejo não é o próprio desejo, a identidade expressada no discurso do sujeito não é igual ao inconsciente mudo que o impeliu para a fala.

Como insistem os lingüistas, a linguagem não é um mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independentemente dela. A linguagem faz parte das instituições culturais com que nos encontramos ao sermos socializados. É na verdade a primeira delas e que dá o molde primordial através do qual daremos forma a qualquer de nossos impulsos. Ela é condição tanto no sentido de que nos "condiciona", nos inscreve num sistema já dado, quanto no sentido de que constitui um meio para alcançarmos outras realidades, ainda não dadas.

Num texto belíssimo sobre a fenomenologia da linguagem, Merleau-Ponty fala de uma significação desta que

"executa a mediação entre minha intenção ainda muda e as palavras, de tal sorte que minhas palavras surpreendem a mim mesmo e me ensinam meu pensamento".⁶³

Desse modo, ao exprimir algo o sujeito não apenas comunica algo aos outros mas também para si mesmo.

"Se a palavra quer encarnar uma intenção significativa, que é apenas *um certo vazio*, não é somente para recriar em outrem a mesma falta, a mesma privação, mas ainda para saber *de que* há falta e privação. Como chega a isto? A intenção significativa se dá um corpo e conhece-se a si mesma buscando um equivalente no

63. M. Merleau-Ponty, col. *Os pensadores*, Abril, p. 133.

sistema das significações disponíveis, que representam a língua que falo e o conjunto dos escritos e da cultura de que sou herdeiro. Para a intenção significativa, voto mudo, trata-se de realizar um certo arranjo dos instrumentos já significantes ou das significações já falantes (instrumentos morfológicos, sintáticos, léxicos, gêneros literários, tipos de narrativa, modos de apresentação do acontecimento, etc.) suscitando no ouvinte o pressentimento de uma significação outra e nova, e, inversamente, promovendo naquele que fala ou escreve a ancoragem da significação inédita nas significações já disponíveis."64

Recorrendo à linguagem, enquanto estrutura dada, para poder expressar-se, o sujeito se inscreve na tradição de toda sua cultura. Mas, nesse mesmo ato de expressar-se, operando um novo arranjo das significações instituídas, ele suscita novos significados.

Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui. Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade. Mas essas demandas de reprodução material e de reconhecimento simbólico encontram-se, antes dos discursos, apenas em estado de existência *virtual*. Existem sem forma nem atualidade. E é claro que, quando nos referimos a essa existência virtual antes dos discursos, trata-se apenas de uma situação lógica, já que tais demandas jamais existem nesse estado mudo; em cada situação concreta se encontram materializadas de um modo particular. É através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas. É através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestidos, de feijão com arroz ou carne-de-sol, de escola para os filhos ou televisão. É através dos discursos que a de-

64. *Idem, ibidem*, pp. 134-5.

manda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política.

Quando nos referimos a um "discurso" estamos pensando no uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público (ou, no limite, a uma segunda pessoa). Os diversos discursos que lemos ou escutamos numa sociedade num dado período — falas do Lula, sermões de dom Paulo, discursos presidenciais — podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem, nessa sociedade e nesse tempo, um modo — e suas variações — de nomear seus problemas, objetivos, valores. Embora se expressem, através dos discursos, os antagonismos e mecanismos de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros. É Foucault quem discute as relações intrincadas entre discurso e poder:

"É precisamente no discurso que se articulam o poder e o saber. E por essa razão mesma, é necessário conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente: não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso acolhido e o discurso excluído ou entre o discurso dominante e o discurso dominado; mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem atuar em estratégias diversas. É essa distribuição que é preciso restituir, com o que ela comporta de coisas ditas e coisas escondidas, de enunciações requeridas e das proibidas; com o que ela supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se acha colocado; com o que ela comporta também de deslocamentos e de re-utilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos".65

Aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõem o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência. Não quer dizer que todos os discursos

65. M. Foucault, *La volonté de savoir*, Gallimard, Paris, 1976, p. 133.

sejam iguais e nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva. Mas, tendo de *interpelar* um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e por seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade.

Num sugestivo texto no qual expõe algumas premissas para uma pesquisa sobre as origens do peronismo, Oscar Landi lança mão da noção de “sistemas de interpelações”, que estruturam as diversas formações discursivas, dando-lhes determinadas características políticas. Trata-se de um “sistema” porque o fundamental é o modo de combinação entre as várias interpelações, que designam para os agentes sociais seus lugares em cada uma das esferas da sociedade. É a partir dessas referências que ele pensa a emergência de uma nova hegemonia, que implica

“a realização exitosa de um sistema de interpelações pelo qual os indivíduos ou grupos sociais se reconheçam a si mesmos como partes de um ‘nós’ que os inclui.

Este processo não consiste na conquista da adesão de diferentes setores sociais e ideologias paradigmáticas de classe, mas em desarticular as formações discursivas adversárias, desprender suas interpelações e articulá-las à matriz doutrinária própria, ainda que seja de maneira temporária e conflitiva”.⁶⁶

Assim, em nosso caso, na emergência dos novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um outro período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais.

66. O. Landi, “Lenguajes, identidades colectivas y actores políticos”, mimeo, 1979, pp. 10-1.

Sobre as experiências da condição proletária em São Paulo

Virgínia chegou em São Paulo em 1953, às vésperas do surto industrial dos “tempos de Juscelino” e da formação das novas periferias. Tinha 7 anos ao chegar, acompanhando os pais, a avó e 9 irmãos, quando eles acharam que a roça não dava mais. “A gente veio com a cara e a coragem.” O pai veio primeiro e alugou um quarto de 4 por 4 na Vila Guilhermina (bairro da Vila Matilde, na zona leste) onde se alojaram os 13. Ao chegar, “foi a maior dificuldade pra arrumar emprego, primeiro porque a gente não tinha profissão”. Isto é, as habilidades que tinham no trabalho da lavoura de nada lhes serviam na cidade. Foram todos buscar trabalho em diferentes fábricas. O pai foi ser “ajudante geral”. E os irmãos, “já com 12, 13 ou 15 anos, já partiam pra fábrica, trabalhar pra ajudar. Então daí foi que a gente começou a se integrar mais assim na cidade. Então eles arrumaram um servicinho, ganhavam aquela mixaria, que eram de menor, e meu pai também trabalhando, minha mãe trabalhando, trabalhava todo mundo”. O trabalho os dispersa e, no dizer dela, os integra na cidade. O trabalho dispersa os membros da família em diferentes empregos, mas não anula o lugar da família como núcleo de referência básico: o trabalho de cada um é visto como forma de “ajudar” a família, em que todos se apóiam.

Movimentos sociais

Em 1980 foi publicado o livro *São Paulo: o povo em movimento*.¹ Sua enorme importância não advém apenas do fato de conter estudos pertinentes sobre o tema dos movimentos sociais. Sua primeira importância reside no fato de encará-los como modalidades da "emergência das classes populares em São Paulo". É dessa ótica que procurei pesquisar os movimentos sociais aqui.

Uma primeira particularidade que os autores daquele livro apontam nos movimentos sociais dos anos 70 é o seu caráter fragmentado. Só que tal fragmentação não foi vista como sinal de insignificância ou inviabilidade. Recusando os modelos apriorísticos para definir a realidade, eles se perguntaram sobre o significado dessa realidade, do modo como ela se apresentava.

A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifesta-

1. P. Singer e V. C. Brant, *São Paulo: o povo em movimento*, Vozes, 1980.

Te
Jaine

ADRIANO SÁ LERES
2008

IN: SADER, EDER. QUANDO NOVOS PERSONAGENS
ENTRAM EM CENA: EXPERIÊNCIAS, FALAS E LUTAS
DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO (1970-1980)

ções sociais. Nesse aspecto a diversidade em si mesma não constitui uma novidade. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma "superior" e "sintetizadora".

Uma comparação com os padrões existentes no período 1945-64 certamente ajudaria bastante na compreensão do problema. Também nesse período a heterogeneidade social provocava a emergência de diversas formas de manifestação social: de operários industriais, de posseiros, de assalariados agrícolas, de consumidores contra a carestia, de grupos mobilizados pelo tema do nacionalismo etc. No entanto, a diversidade tendia a inscrever-se em registros unificadores, que ordenavam os diferentes movimentos atribuindo-lhes lugares diferentes. Eles ganhavam sentido através do discurso estatal, segundo a versão dominante, getulista. Ou, então, na contrapartida comunista, através da unificação operada pelo partido.

Na década de 70 a diversidade se reproduzia enquanto tal apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos. Quando acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento; com as matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontraram; muitas vezes até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro. A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão.

Sua história nessa década transcorre fora do reconhecimento estatal. O "novo sindicalismo", do modo como se expressou em São Bernardo, constituiu uma notável exceção no sentido de ter-se desenvolvido no interior da institucionalidade dada. Ainda assim, se o seu lugar institucional era reconhecido como

ANOS 70
FORMAS
SINGULARES

HETEROG.

PLURALIDADE
FORMAS
DE
EXPRESSION

legítimo pelo discurso dominante, o mesmo não se dava com a manifestação autônoma de reivindicação de novos direitos, que por aí buscava se expressar. Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência.

Encarei, assim, esses movimentos sociais como modalidades particulares de elaboração das experiências vividas pelos trabalhadores. A isso me referi quando falei de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Procurei com esta pesquisa contribuir para a compreensão desse fenômeno. Para isso escolhi a história de movimento que se articularam em torno de 4 organizações diversas: a dos clubes de mães, a do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a da oposição metalúrgica de São Paulo, a das comissões de saúde da zona leste.

Clubes de mães da periferia sul

Na história dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, os clubes de mães ocupam um lugar de destaque, e entre estes ressaltam particularmente os da periferia sul. Lá, entre as margens da represa de Guarapiranga e a estrada do M'Boi-Mirim, a igreja de Vila Remo parecia um centro irradiador de organizações populares.

Mas como começaram os clubes de mães? Quando nos falamos sobre isso, suas participantes nos transmitem uma referência aparentemente contraditória. Ao mesmo tempo que falam da existência de clubes de mães anteriores a essa década, elas não titubeiam em datar o começo da "sua história" no início dos anos 70 e, às vezes, mais concretamente, em 1972, na igreja de Vila Remo.

Seja pelos seus testemunhos, seja por outros registros, ficamos sabendo da existência de clubes de mães e formas simi-

lares de organização de donas de casa desde, pelo menos, o findar dos anos 50, patrocinadas às vezes pela prefeitura, às vezes por associações benevolentes, ligadas à Igreja ou a entidades como o Lions Club. Nessas associações, algumas mulheres, previamente capacitadas, ensinavam outras, pobres e necessitadas, a bordar, costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir instruções de higiene e saúde.

Mas então a que se referem quando falam de um começo datado do início dos anos 70?

Irma, uma das iniciadoras, que morava em Santa Margarida, bairro vizinho a Vila Remo, diz que entre 1971 e 1972 algumas mulheres "resolveram criar um clube de mães que elas mesmas dirigissem".² Conceição, outra das principais e primeiras animadoras, conta que mudou para Figueira Grande em 1972, e nesse mesmo ano participou do início dos clubes de mães da região. E diz que começaram com 3 clubes, de 3 bairros próximos — Santa Margarida, Santa Teresa e Figueira Grande —, aos quais logo se juntaria o de Vila Remo.³ Mas ao falarem do começo dessa história, em 1972, há um acontecimento que é reiteradamente citado, como se fosse um desses "mitos fundadores": era um bazar de fim de ano, quando as moradoras resolvem dispensar o trabalho das senhoras que faziam o trabalho benevolente e assumir elas mesmas a organização das suas atividades. Vejamos, pois, a descrição desse acontecimento pela boca de uma de suas participantes.

Odete estava em Vila Remo, e penso que seu testemunho é particularmente valioso porque, além de estar lá, ela se refere a esse acontecimento como um momento de despertar de sua consciência.

Ela diz: primeiro, que começou a participar "aí por 70", mas observa que

"naquele tempo a gente não tinha ainda os clubes que só surgiram da própria base, a gente tinha mulheres que vinham de fora para dar aí para a gente uma aula de bordado, de culinária, de higiene, de educação..."

Ela sabe que essas mulheres eram do Lions Club e que tinham chegado dizendo ao padre que queriam "fazer o bem, alguma coisa pelos outros". Lembra que elas vinham uma vez por semana, traziam tecidos, traziam lã, traziam tudo que elas podiam imaginar e ainda traziam pessoas para cuidar das crianças enquanto elas se reuniam. Os trabalhos artesanais feitos nessas aulas eram depois vendidos em lojinhas especializadas, em lugares e esquemas que elas desconheciam. A ação de benevolência estabelecia uma tal distância entre assistentes e assistidas que estas mantinham um misto de gratidão e suspeita acerca da motivação das primeiras.

"E então depois elas vendiam e eu não sei a que fins elas vendiam, se era para comprar novos materiais para trabalhar com outros grupos ou se também elas embolsavam, eu não sei dizer."

Lembra também das orientações que recebiam,

"que se nós não tivéssemos pasta de dente para escovar os dentes, escovasse com bicarbonato, se nós não pudéssemos ter desodorante, que usasse limão, que também saía o cheiro".

Ao recordar isso, ela já não consegue deixar de adicionar que "se fosse nos tempos de hoje, eu ia contestar", e diz que lhes diria que não terem pasta de dente ou desodorante era sinal de quanto a "sociedade é injusta", mas naquele tempo "nós era passivo, a gente não tinha consciência formada, a gente só estava recebendo o que elas vinham dar".

E é então que ela conta o dia da mudança:

"Foi um dia, um fim de ano, elas fizeram uma festinha, trouxeram muita coisa (...) arrumaram assim uma mesa muito bonita (...) tiraram muitas fotos: nós expondo os trabalhos, a gente com as crianças, a mesa, a gente comendo. E o padre Egídio muito de fora, percebendo as coisas e vendo como tudo estava acontecendo. Então nesse dia o padre Egídio achou assim muito ruim a posição delas não se misturarem com a gente assim. Nem retratos com a gente elas tiraram, elas só tiraram da gente".

Aí ela conta que o padre chegou para as benévolas e disse-lhes que não precisariam mais voltar, porque as mulheres da

2. Depoimento dado ao autor.

3. Depoimento dado ao autor.

própria vila tinham capacidade de fazer tudo aquilo por elas mesmas. As pobres senhoras ricas ficaram naturalmente desvaloradas, sem entender onde estavam suas faltas. Mas o interessante a anotar é que mesmo entre as mulheres da vila nem todas entenderam o gesto do padre, "para umas pessoas foi bom e para outras foi péssimo". A decisão tinha sido iniciativa dele.

Terminando o bazar, o padre chamou algumas delas e disse-lhes que elas deveriam se reunir e ver se elas poderiam, elas mesmas, decidir se não tinham condições de fazer alguma coisa. E é então que elas começaram a se reunir "por elas mesmas". Ela lembra que "o pessoal de Santa Margarida já tinha clube", que "era por elas mesmas".⁴ E integram-se numa coordenação de Figueira Grande.

Penso que existem três aspectos desse relato que estão indicando os fatores que lhes permitiam falar de um "novo começo" na história dos clubes de mães:

1. a "organização por elas mesmas";
2. a constituição de uma coordenação de clubes de mães;
3. a valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo.

Mas cada um desses aspectos merece agora um exame à parte.

A "organização por elas mesmas"

A imagem dos clubes de mães enquanto organizações surgidas da própria base aparece sistematicamente como um traço peculiar dessa forma de associação nos anos 70.

Essa característica de auto-organização exige uma certa qualificação. Vemos pelo próprio relato feito como foi decisivo

4. Depoimento colhido pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN — Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP para a Rede Mulher.

o papel do padre na determinação de um "novo começo" naquele clube de mães de Vila Remo. Foi o padre que, sem antes nem falar com elas, tomou a iniciativa de dispensar as senhoras benévolas e propor-lhes que elas mesmas se organizassem.

E aliás essa iniciativa do padre de Vila Remo correspondia a uma orientação geral de agentes pastorais da Igreja Católica. Desde o início dos anos 70 uma comissão conciliava coordenava atividades de evangelização entre a população mais pobre da zona sul, englobando cerca de 80 paróquias, em que a catequese tradicional já se vinculava aos temas da libertação e ao estímulo à participação coletiva. Padres, freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência humana, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoral da sociabilidade capitalista. Vinculavam assim o cristianismo à idéia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva. Nesse sentido, a expansão dos clubes de mães é inseparável da expansão das comunidades de base no mesmo período.

E é interessante observar como num outro bairro — na Cidade Ademar —, em região vizinha de implantação anterior, o estudo de Anna Luisa Souto registrou um movimento similar. Lá havia um clube de mães desde 1967, com assessoria da prefeitura e da Caritas (associação ligada à arquidiocese), onde se treinavam mulheres para que pudesse ensinar às demais. Havia uma oficina ligada aos vicentinos, onde se costurava para os pobres. O clube contava, ademais, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que, entre outras coisas, distribuía leite para as famílias necessitadas. Pelas palavras de uma participante, o clube de mães surgiu primeiro com um grupo de mulheres que se reuniam para aprender trabalhos manuais. Essa atividade se desenvolvia, segundo o padre, dentro de uma linha assistencialista, paternalista: as reuniões tinham então como objetivo máximo a confecção de roupas para os pobres. Até que, por volta de 1970, as

"mulheres perceberam que não adianta trabalhar dentro deste esquema, sem dar promoção. A mulher precisa se desenvolver. A partir daí houve uma mudança de qualidade".⁵

A constatação de um papel decisivo dos agentes pastorais na constituição das novas formas de organização relativiza a idéia de que estas foram criadas a partir da iniciativa das próprias mulheres, a partir das simples motivações brotadas no cotidiano delas. Em boa medida foram agentes pastorais que propuseram novos padrões para clubes de mães (fundados no objetivo de desenvolver a participação ativa de seus membros, de valorizar a noção da pessoa, de estimular a solidariedade grupal), que forneceram as referências culturais para isso (a leitura do Evangelho como parâmetro para julgar as injustiças da realidade cotidiana do grupo), que lhes ajudaram a passar das relações informais para a formalização de objetivos e meios necessários ao seu desenvolvimento, que lhes abriram um espaço social onde a mobilização social podia se dar relativamente protegida contra a repressão política, evitando as prevenções contra os políticos e as resistências dos maridos.

Mas nada disso nega o fato de que efetivamente tratava-se de uma "organização pela base" e "por elas mesmas". Quer dizer que tanto a possibilidade daqueles objetivos se realizarem quanto sua forma concreta dependiam do modo pelo qual cada grupo de mães da periferia assumisse sua participação, seu sentimento de solidariedade, sua noção de direitos, e desenvolvesse (ou não) práticas coletivas que dessem consequência a tudo isso. A história dos clubes de mães mostraria como efetivamente os propósitos genéricos dos agentes pastorais se materializaram (e se transformaram) no curso do desenvolvimento das práticas sociais.

Detenhamo-nos um pouco nos impulsos que levaram donas de casa da periferia para os clubes de mães, para em seguida examinar a prática interna destes e seus defeitos.

Começemos de novo por um depoimento:

5. Anna L. S. Souto, "Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à Igreja" in *Ciências Sociais Hoje*, n.º 2, ANPOCS, 1983, p. 81.

"Eu costurava muito pra fora e não tinha tempo pra nada. Quando ia à missa aos domingos, o padre tinha a mania de apontar o dedo e perguntar: 'Você!, o que você faz durante a semana?' Aquele 'você' caía sempre em cima de mim e minha consciência doía muito. Um dia soube de um grupo de mulheres que se reunia e decidi ir de qualquer jeito. Cheguei lá e as mulheres estavam tricotando e fazendo crochê e eu pensei: 'Isto aí eu não quero. Eu já estou cheia de costurar!' Depois veio a reflexão e eu achei interessante porque cada uma falava alguma coisa sobre o Evangelho. Era a primeira vez que eu discutia o Evangelho com pessoas comuns. Antes era sempre na igreja, onde só o padre falava. No final da reunião, a irmã pediu para alguém assumir a reunião da semana seguinte e eu me ofereci. Só que depois disso acabei assumindo de vez".⁶

Ao sentir-se denunciada pelo padre, ela expunha um complexo de culpa que omitia sua "dupla jornada de trabalho" (costurava para fora e não tinha tempo para nada). Mas, interpelada por essa fala que desconhecia suas condições, ela acabou encontrando um espaço para falar delas. Encantada por poder discutir o Evangelho "com pessoas comuns", pôde começar a refletir sobre os problemas de seu cotidiano doméstico, já de outra ótica.

Se formos examinar as motivações que levam donas de casa aos clubes de mães, encontramos, grosso modo, três ordens de razões.

Em primeiro lugar, para muitas traou-se simplesmente de achar um lugar onde se encontravam com outras donas de casa, podendo conversar, comentar a novela, os filhos, o caminhão de lixo que não passou, o vizinho que andou bebendo, o namoro da filha, o vestido que preterde fazer. Trata-se da *extensão do mundo feminino*, tal como constituído no espaço familiar. As distâncias da cidade grande, as separações da família extensa, o esvaziamento da vida doméstica pelas jornadas de trabalho tornam o cotidiano da casa às vezes solitário. O clube de mães aparece aí como uma extensão das relações de vizinhança.

6. Depoimento colhido pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN.

Em segundo lugar, foi a busca de uma alternativa a uma rotina opressiva. "Eu queria sair um pouco da rotina da casa . . ."

Ou, então:

"Antigamente a minha vida era chorar, ficar nervosa, irritada com um mundo de coisas. Porque há um certo tempo na vida da gente que parece que a gente se anula. Fica muito naquela vida rotineira, é só criar filhos. Depois, às vezes, o casamento da gente não está muito seguro e a gente pensa que está. Isso aí deu um pane na minha cabeça. Eu estava precisando mesmo sair de casa para ver o mundo lá fora. Durante o crescimento das minhas meninas eu só criei filho. Aquela vidinha chata. O marido chegando tarde, dizendo que eram horas extras, né? E você ficando dentro de casa, se anulando. Então, de repente, tem que descobrir quem é você e quem é o mundo. Eu acho que partiu disso aí".⁷

É o cotidiano da mulher vivido como anulação, sufocamento; é a vida privada como provação. E a busca de um alargamento das experiências, do mundo.

Em terceiro lugar, temos as razões de ordem instrumental: o simples interesse num curso de gestantes, ou de crochê, ou outra atividade qualquer promovida por um clube e que atrai moradoras do bairro, que, a partir daí, permanecem mais ou menos vinculadas.

Essas motivações — que não são evidentemente exclusivas mutuamente, mas, pelo contrário, aparecem freqüentemente mescladas — produzem novas situações através do funcionamento interno dos clubes de mães.

Ainda que a dinâmica interna de cada um fosse diferente, podemos constatar algumas regularidades.

Em termos de freqüência das reuniões, a maioria se reunia semanalmente, embora fosse também significativo o número de clubes que se encontravam quinzenalmente e até mensalmente. Isso sem falar dos encontros informais em função das atividades programadas nas reuniões regulares.

7. *Idem.*

As reuniões costumavam ser divididas em "dois tempos". Na primeira metade, as mulheres faziam trabalhos manuais e costuravam. Os trabalhos manuais consistiam, em geral, em costura, bordado, tricô, crochê, mas também poderiam ser outras formas de artesanato. Em geral a matéria-prima era comprada de modo cooperativo e também a venda — boa parte das vezes através de bazares organizados por elas. Essa atividade servia também como aprendizado para as novatas. Enquanto faziam esses trabalhos, elas falavam de suas vidas, seus problemas, sonhos, ou, muito concretamente, trocavam receitas ou sugestões para suas compras ou atividades domésticas. Para várias delas, com o tempo, essa parte de trabalhos manuais perdia o interesse, e em diversos clubes ela era reduzida ao mínimo. Mas em geral essas atividades eram mantidas, seja porque constituíam o modo pelo qual as novatas poderiam se incorporar mais facilmente, seja porque conformavam uma rotina que mantinha a sociabilidade entre elas. A importância dessa parte está no fato de retomar atividades habituais, tradicionalmente vinculadas aos papéis femininos, e dar-lhes um caráter coletivo, além de valorizar o trabalho feminino.

Na segunda parte havia uma reflexão coletiva, que em geral partia da leitura de um trecho do Evangelho, que seria confrontado com a realidade vivida de cada uma delas. Essa experiência de uma "releitura" das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à justiça e aos valores mais profundos da existência, produzia uma atitude crítica de dimensões insuspeitadas. Nessa ótica, problemas que antes eram pensados como naturais e privados — a rotina doméstica, repetitiva e sem sentido; a obrigatoriedade de ficar em casa para cuidar dos filhos; a dependência diante do marido — passam a ser encarados como problemas sociais, que são compartilhados por tantas outras e que podem ser alterados por novas práticas sociais. É da discussão de temas surgidos nesta parte das reuniões que se organizariam ações "para ora", de reivindicações ante os poderes públicos (escola, creche, ponto de ônibus, posto de saúde etc.), além de atividades comunitárias para resolver problemas coletivos (mutirões para limpeza, para levantar centros comunitários, para cuidar de crianças etc.).

E é de notar que os problemas que motivam as ações coletivas são aqueles relacionados com "tarefas" atribuídas à mulher na divisão do trabalho instituída socialmente.

Com essa dinâmica, os clubes de mães constituem-se em espaços sociais em que as motivações de seus membros tornam-se pontos de partida para um redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica (na medida em que repensam seus papéis de "donas de casa") quanto de aspectos da vida política (na medida em que passam a pensar as carências de suas condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados). Voltarei a isso.

A coordenação dos clubes de mães

A coordenação dos clubes de mães surgiu da iniciativa de mulheres ligadas à Pastoral, interessadas em projetar essas organizações para além do seu particularismo de origem, sem sufocar os mecanismos de relações primárias e fluidas que lhes davam coesão e vitalidade.

Ela não surgiu como coordenação para toda a cidade e nem mesmo para o conjunto da zona sul. Ela era apenas, no início, uma coordenação dos clubes que a ela se vinculavam, situados na região da Estrada do M'Boi-Mirim. Reunia os clubes de Santa Margarida, Santa Teresa, Figueira Grande. Logo depois o de Vila Remo, Jardim Nakamura. E, assim, um bairro após outro, vão constituindo seus clubes e incorporando-se (sem falar de clubes já existentes antes da coordenação).

A coordenação reunia uma representante de cada clube, embora pudesse ir mais de uma. Havia o empenho prioritário de ir fazendo com que cada uma das participantes fosse "se desenvolvendo" naquela prática de fazer avaliações, relatos, discussões, de assimilar outras experiências. Por isso mesmo, ainda que um pequeno núcleo de iniciadoras estivesse quase sempre presente, era muito alta a rotatividade das representantes. Essa fluidez da coordenação, funcional para a constituição de uma identidade comum entre elas, para a capacitação de cada uma num espírito igualitário, entrava constantemente

em choque com exigências de racionalização das atividades, ao crescer o movimento.

A coordenação reunia-se mensalmente, com o objetivo de trocar experiências de cada clube, avaliar o trabalho feito e programar sua extensão. Não constituía, pois, alguma sorte de direção, que determinasse as tarefas de cada clube. Mas, ao oferecer propostas e meios para atividades que correspondiam a expectativas dos membros dos clubes, ela se mantinha como referência central. Quer dizer, ao propor campanhas, ou cursos, ou bazares, e ao prever os meios para isso (freqüentemente com a ajuda de agentes pastorais ou de médicos, estudantes, professores, dependendo da atividade), a coordenação oferecia os meios para o reforço da coesão interna de cada clube. E, além disso, seu próprio caráter aberto e a proximidade entre ela e as participantes de cada clube permitiam que estas a vissem como genuína projeção sua.

Uma das preocupações principais que envolviam a coordenação no seu início era a extensão dos clubes, vista como forma de mais mulheres "despertarem para a luta". Localizavam conhecidas em bairros vizinhos — ou indicações de mulheres que teriam disposição para essa organização, feitas, em geral, por agentes pastorais — e iam fazer "uma visita" na casa dessas pessoas. Falavam então dos objetivos dos clubes de mães — a organização das mulheres, no quadro da organização do povo para lutar por seus direitos; a necessidade de valorizar a condição da mulher, através da participação em atividades coletivas etc. — e procuravam ver quais eram os problemas concretos mais sentidos, as preocupações e motivações daquelas com quem falavam. E, a partir daí, solicitavam que ela(s) convidasse(m) outras amigas para formar mais um clube. A rede das igrejas constituía uma base natural de apoio para esse trabalho — não só enquanto base material, mas também como fonte de legitimação (absolutamente necessária, ante a desconfiança e o medo que elas tinham dos "políticos manipuladores", ou dos "subversivos perigosos").

Refletindo sobre o êxito então alcançado no sentido de um engajamento de um número crescente de mulheres, Irma Passoni referiu-se ao método de trabalho, que consistia na jun-

ção de: a) grandes encontros de reflexão; b) atividades de lazer conjunto; c) as lutas do dia-a-dia.

Os encontros eram programados pela coordenação, realizando-se a cada 2 ou 3 meses, e consistiam na reflexão sobre temas de fundo que expressavam os objetivos fundamentais do movimento — o valor da mulher, sua participação como cidadã, a importância de cada uma lutar por seus direitos —, vinculados a uma interpretação do cristianismo à luz dos textos de Medellín e da teologia da libertação. Esse era o espaço onde os valores básicos eram explicitados e expostos à discussão coletiva, sendo assim reafirmados e referidos às atividades particulares de cada grupo.

As festas, quermesses, passeios juntos, também programados pela coordenação, por um clube ou por vários, cumpriam uma função menos explícita, mas de efeitos profundos. Ao realizarem juntas essas atividades de lazer, onde levavam filhos e maridos, constituíam entre si um espaço de identificação vinculado a esses momentos de diversão que normalmente congregavam as famílias. Aí teciam-se profundas identidades comunitárias.

As “lutas do dia-a-dia” eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar por seus direitos. Elas brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo.

Na Figueira Grande, a primeira mobilização se deu em torno da coleta de lixo, que não havia. Assumido aquilo como um problema, decidiram-se a ir à prefeitura reclamar, até que se estabeleceu a coleta. No Jardim Alfredo, onde a escola funcionava num barracão de madeira que estava quase caindo, foram reivindicar a renovação da instalação. Também no Alto Riviera — onde Irma Passoni era professora —, resolveram fazer uma assembléia e chamar o prefeito para discutir a questão da precariedade da educação.

Na Vila Remo, o primeiro problema coletivo detectado e assumido pelo clube local foi a extensão de casos de verminose. Foram contatadas pessoas do SOF (Serviço de Orientação à Família) para organizarem um curso de enfermagem. Anos de-

pois, uma das donas de casa que assistiu a esse curso lembra que foi aí que “aprendeu uma porção de coisas”. Diz que

“fomos descobrindo a causa das verminoses, que era muito lixo, nós não tínhamos asfalto, não tínhamos água — era tudo de poço —, o pessoal não usava cloro...”

Ao mesmo tempo que se transmitiam às mulheres noções de higiene que elas mesmas poderiam adotar, se transmitiam também informações sobre a precariedade dos serviços públicos necessários à preservação da saúde da população. O curso foi um sucesso, tendo começado com 60 pessoas, em 1973, e concluído, em 1974, com 80 participantes. Depois das aulas semanais, a coordenação se reunia para balanço, porque o curso, dado em Vila Remo, era assistido por mulheres de toda a região.

Assim foram se estendendo os clubes, pelas regiões de Cupecê, Cidade Ademar, Cidade Dutra, com o conseqüente crescimento da coordenação. Conceição Perez fala de 28 clubes, outras avaliavam em 30 a 40. Aí começam a ter, além da coordenação, a instância das subcoordenações, aglutinando bairros mais próximos.

O número de clubes não fala suficientemente sobre sua importância nesses bairros. Esta vinha da existência desses núcleos de mulheres que conheciam (ou começavam a conhecer) os labirintos da administração pública e se mostravam capazes de batalhar até conseguir as pequenas melhorias nesses bairros onde faltava de tudo; que se reuniam e abriam um novo horizonte para a existência pública das donas de casas. Assim, um clube de 15 mulheres aparecia como referência para várias centenas ou até milhares de donas de casa, que a ele acorriam num ou noutro momento.

De um modo geral, podemos dizer que foi com a coordenação que os diversos clubes de mães passaram a ter uma história comum, partilhando as diversas experiências e encarando-as como parte de um mesmo movimento. De um lado, isso implicava a formulação de objetivos que iam além da atividade local. É verdade que as diversas atividades vinculadas às pastorais já se apresentavam para seus animadores como “partes de uma mesma caminhada”. Mas o que surge de novo com a coordenação

nação é uma unidade específica para os clubes de mães, no interior da referência mais genérica ao "povo" ou aos "trabalhadores". De outro lado, com a coordenação, os clubes constituem uma referência geral de onde poderiam avaliar o conjunto do trabalho feito e programar sua continuidade. Ficava evidenciado, na própria prática, que — mais além das reivindicações de momento e mais além das atividades artesanais — havia o objetivo próprio do aprofundamento da organização e da mobilização das donas de casa da periferia.

O Movimento do Custo de Vida

Na história dos clubes de mães, o Movimento do Custo de Vida surge como se fosse um desdobramento natural. Quer dizer que, a partir do momento em que a liderança dos clubes de mães assume o Movimento do Custo de Vida, este torna-se a forma concreta de unificação e politização das atividades de base daquelas organizações. Por isso mesmo também o Movimento do Custo de Vida é impensável sem a referência aos clubes de mães, que lhe deram a vertebração básica.⁸

Considera-se como o início do movimento uma carta enviada pelo clube de mães do Jardim Nakamura às autoridades, solicitando medidas contra a elevação do custo de vida. Surgiu aparentemente com a mesma lógica dos outros temas de reivindicação local. Ao procurarem levantar as questões que mais as afligiam, concluíram que o principal era a elevação do custo de vida. E dirigem-se às autoridades com o mesmo espírito que as animava quando iam reclamar de um problema como a falta da coleta de lixo: um misto de desconfiança ante as razões dos governantes e de reconhecimento dos seus poderes. A carta tem certa ressonância, e muitos pensam que efetivamente seu tema

8. Para a análise do Movimento do Custo de Vida, consulte, basicamente, documentos do próprio Movimento. Consulte, além disso, o artigo de T. Evres, "Os movimentos sociais urbanos: o caso do Movimento do Custo de Vida" in *Alternativas populares da democracia*, op. cit.; a coleção da *Revista do CEAS* e dos jornais *Em-Tempo e Movimento*.

poderia ser o eixo para uma mobilização mais geral. No entanto, aqueles eram anos em que o obstáculo primeiro era ainda uma repressão arbitrária, que sempre poderia sufocar no nascedouro qualquer movimentação das classes populares. Foi o que aconteceu. Em 1974 ocorreram várias prisões de militantes operários na periferia sul. Em setembro desse ano é preso Aurélio Peres, membro da Pastoral Operária e marido de Conceição, uma das figuras centrais dos clubes de mães. A repressão não visava propriamente os clubes de mães, mas sim ativistas fabris, de um lado, e militantes de organizações de esquerda, de outro. Mas, dadas as ligações entre os setores atingidos e as outras formas de organização popular, estas também se viam afetadas. Leve-se em conta que, nos clubes de mães, a maioria não apenas temia a repressão policial como ainda olhava com desconfiança pessoas que tivessem "problemas com a polícia".

Em 1975 o Movimento do Custo de Vida toma novo impulso quando os clubes de mães da zona sul organizam uma pesquisa, que as próprias mulheres realizam, sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias de trabalhadores. Participantes dos clubes de mães (ao lado de membros de comunidades de base e de associações de bairro) percorrem cerca de 2 mil casas de vários bairros da periferia, explicando suas preocupações com o custo de vida e a necessidade de fazer ver às autoridades qual era a situação dos lares operários. Levavam um questionário, onde se perguntava quantas pessoas moravam na casa, quantas trabalhavam, quanto dinheiro entrava por mês, quanto a família gastava em alimentação.

A experiência dessa pesquisa ficou fortemente marcada nas militantes dos clubes de mães que a realizaram:

"Foi a etapa que a gente saiu dos grupos fechados, da igreja, de clubes de mães, pra praça pública. Porque a etapa da gente conversar com a gente mesmo, que a gente conhecia, era fácil. Agora, a etapa de você ir pra rua e conversar com quem você nunca tinha visto e dizer 'olha, você quer discutir isso?', foi um salto, assim, violento, sabe, pras pessoas".

constatou uma delas.⁹

9. Depoimento dado ao autor.

Dizer "praça pública" foi certamente força de expressão. Mas ela queria indicar os abismos da passagem dos encontros "entre elas", protegidos pela comunidade de valores que assegurava o entendimento, para a fala aos desconhecidos, aos moradores anônimos, cujas linguagens, referências, expectativas eram uma interrogação. É na violência desse salto que ela identifica o momento da "saída pra fora", da ampliação das atividades. Uma outra fala ao assimilar um desencontro de palavras:

"A gente ia falar de alguma coisa, a pessoa não sabia o que nós estava falando, eles falavam outra língua".¹⁰

Depois de ser introduzida no vocabulário intelectual das organizações populares, ela, que era tão próxima das suas vizinhas, já tinha dificuldades para se fazer entender.

Com a ajuda de agentes pastorais e estudantes, elas reuniram e elaboraram todas as informações coletadas. Compararam os preços com os do ano anterior; compararam os preços com os salários; compararam o consumo real com a quantidade mínima de alimentos estipulada por lei. E formularam uma carta abaixo-assinada, onde se dirigiam ao presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governador, prefeito, vereadores, outras autoridades e povo em geral. Apresentando-se como "mães de família em desespero" e invocando o Ano Internacional da Mulher, identificavam-se de um modo compatível com a ordem estabelecida. Expondo os resultados da pesquisa, diziam que o salário apertado, o custo de vida em alta, as horas extras dos chefes de família, o emprego prematuro das crianças em biscates nas ruas "está prejudicando nossas famílias", e as mães, precisando trabalhar também, não encontram creches onde deixar os filhos menores. Por isso pedem às autoridades que controlem o custo de vida, aumentem os salários, forneçam escolas e creches. O tom respeitoso e a posição de mães preocupadas com as suas famílias, além de corresponderem às atitudes dominantes entre as classes populares, eram a forma possível de questionar as autoridades. Redigida a carta, as mu-

lheres se puseram de novo nas ruas para coletar assinaturas que as apoiassem. Reuniram 16.500 assinaturas. Retomavam, assim, a metodologia já costumeira dos trabalhos de base daquele tempo. Os abaixo-assinados constituíam um modo de compromisso dos moradores com uma dada reivindicação sem a exigência de saírem de suas casas. Desse modo, com as visitas nas casas em torno de preocupações cotidianas, a pesquisa e o abaixo-assinado, o Movimento do Custo de Vida representa uma continuidade das mobilizações anteriores feitas à base dos grupos comunitários. Mas, além da diferença já anotada, de exigir uma relação com pessoas desconhecidas, este movimento introduzia outra inovação: seus objetivos se apresentavam como comuns ao conjunto das famílias de trabalhadores, ultrapassando, assim, o âmbito das vizinhanças locais, e se dirigiam ao governo federal. A partir da invocação de valores familiares (são "mães em desespero" preocupadas com suas famílias) e da mobilização dos aderentes através das conversas de casa em casa, o movimento vai tecendo uma ligação entre o mundo do cotidiano e o da política.

Essa função exercida pelo Movimento do Custo de Vida corresponde também à sua própria constituição organizativa. Seus grupos de base são os grupos de base dos movimentos previamente existentes — dos clubes de mães, principalmente, mas também de associações de bairro, grupos de jovens, comunidades de base, grupos de educação popular, de moradores de loteamentos clandestinos etc. —, constituindo-se apenas numa ordenação particular desses elementos, em função dos seus objetivos particulares. Mas, evidentemente, pela sua proposta, que se dirigia a um público o mais amplo possível, ele será também um fator de expansão dos próprios grupos de base. Assim, se os clubes de mães estiveram na origem do MCV, também é verdade que o crescimento deste é responsável pela criação de muitos outros clubes de mães.

Em 1976 é realizada uma segunda pesquisa envolvendo cerca de 70 clubes de mães e uma segunda carta abaixo-assinada, com 18.500 assinaturas. E isso foi feito em meio a variadas formas de agitação do problema. Além das visitas nos bairros, as mulheres passam as cartas para que seus maridos as levem às

10. Depoimento colhido pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN.

fábricas para colher assinaturas. Em bancos, escritórios, lojas, escolas, o abaixo-assinado vai correndo. Num documento interno do MCV desse momento, temos registrado o significado do abaixo-assinado para seus promotores: colher muitas assinaturas (era o objetivo explícito); unir mais as pessoas; difundir o MCV e a situação de vida do povo; conversar com "pessoas novas, dando oportunidade para elas dizerem o que pensar"; integrar mais pessoas no trabalho; refletir ("conscientização") sobre as idéias expressadas pelas pessoas ouvidas.

Ao cabo de uma minuciosa preparação, no dia 20 de junho desse ano de 1976 realiza-se uma assembléia, no Colégio Santa Maria, em Santo Amaro, com mais de 4 mil presentes, constituindo-se; para a época, num extraordinário êxito.

E depois? Que continuidade dar a isso? A essa altura já estava bem evidente a diferença profunda entre o Movimento do Custo de Vida e os demais movimentos que os clubes de mães haviam impulsionado. Quando lutavam por água, creche, coleta do lixo, linha de ônibus, o destino do movimento estava ligado aos progressos na obtenção da reivindicação. Embora o objetivo primeiro da liderança fosse a organização popular em si mesma, ele só era atingido à medida que a população concernida pela reivindicação sentisse a viabilidade concreta do seu atendimento. Os movimentos cresciam em cima das conquistas obtidas — por menores que fossem. O Movimento do Custo de Vida havia crescido estimulado pelas pequenas vitórias dos outros movimentos (e também, possivelmente, pelo impacto público da dimensão do protesto social expressado nas eleições de 1974) e pela capacidade de organização pela base já existente, além da importância dada pela população à reivindicação levantada. Mas ele não mostrara nenhum progresso notável na sensibilização das autoridades. Televisão, rádio e jornais noticiaram o abaixo-assinado e a assembléia; alguns poucos deputados ("autênticos" do MDB) e religiosos deram cobertura e legitimidade aos fatos. Mas nenhuma autoridade dignou-se a responder ao convite ou a dar sinal de vida.

As lideranças do movimento tinham consciência dos impasses. Em julho de 1977 elaboraram proposta de nova forma de ação, que se materializaria num "dia de luta contra o custo de vida".

Mais importante que a proposta (que, na forma em que foi prevista, não se realizou) é a avaliação que fizeram da situação.

"A sugestão de um dia de luta contra o custo de vida nasce da verificação das dificuldades que são colocadas às formas de lutas tradicionais: assembléias, comissões, idas às autoridades, etc. Todas essas formas, embora tenham dado seus frutos, hoje se mostram esgotadas. Mais. Um momento político que atravessamos não é propício a este tipo de manifestação. As autoridades não se mostram o mínimo sensíveis às reivindicações do povo, os políticos de oposição estão com medo do AI-5 e não querem participar de manifestações populares. Por outro lado, uma assembléia que não contasse com o apoio e presença de autoridades estaria condenada ao fracasso, porque seria o povo falando para si mesmo. Não teria repercussão.

Dificuldades de outro caráter se colocam para estas manifestações — dificuldades ao nível da participação do povo. É muito difícil destocar o povo do seu rotineiro normal, fazer que o povo vá a uma manifestação, em outro lugar que não aquele onde ele vive. Para que estas pessoas se disponham ir até essas manifestações é preciso que já tenham certa consciência e disponibilidade de luta. Em outras palavras: essas formas de lutas não são tão populares."

Aí estão expressadas as principais características que envolvem as manifestações populares nesse período. I. quando falam que "uma assembléia que não contasse com o apoio e presença de autoridades estaria condenada ao fracasso", expõem o nó da questão, de uma forma que parece paradoxal.

Afinal, como esperar apoio de autoridades para manifestações que as questionam? É que os movimentos tomavam corpo no próprio espaço de legitimação das autoridades. Quer dizer: os moradores da periferia reconheciam nos governantes a autoridade legitimamente constituída, embora essa legitimação se fundasse no pressuposto de que elas estavam lá para prover as condições de existência da sociedade. Quando os grupos de moradores se mobilizavam para reivindicar a linha de ônibus, o posto de saúde, a rede de luz etc., eles precisavam se encontrar com as autoridades responsáveis em cada caso. Não quer dizer que permanecessem passivos e submissos ante os discursos destas. Pelo contrário, foi no confronto com elas que esses movimentos forjaram uma visão política contestadora.

Mas esse processo implica a existência de diversas percepções no interior de um movimento. Grosso modo: aqueles que já haviam elaborado uma experiência de confronto com as autoridades e que agiam no sentido de aumentar a organização popular para dobrar os interesses dominantes; e aqueles que tinham apenas a experiência do poder estabelecido e que esperavam sensibilizar os governantes para suas aflições. Ora, no caso das reivindicações locais — água, luz, creche, ônibus etc. —, as próprias autoridades não poderiam se furtar totalmente em responder às demandas, receber os manifestantes, ceder às reivindicações ou justificar as recusas. Era o preço da sua própria legitimidade, além do que as reivindicações não implicavam mudanças radicais das diretrizes políticas.

No caso do custo de vida, as autoridades implicadas eram nada menos que os mandantes máximos do país, e as reivindicações implicavam alterações radicais nas diretrizes econômicas. O encontro com as autoridades, necessário para a politização — e para a própria continuidade do movimento —, exigia uma capacidade muito maior deste de impor-se publicamente.

Buscando acumular mais forças para obrigarem as autoridades a aceitar o MCV como interlocutor reconhecido, as suas lideranças foram reforçando a organização interna do movimento, tendo em vista uma multiplicidade de atividades de mobilização da população em torno da questão. Chegou-se a uma complexa organização, que ia desde os grupos de base, passava por minicoordenações nos bairros, coordenações nas regiões até a coordenação da Grande São Paulo. Nesta estavam representantes das regiões, que se distribuíam entre os encarregados da comissão de finanças, os encarregados da comissão de redação (propaganda em geral) e a "Mesa", para os temas mais gerais. As propostas deveriam circular por todos os grupos para ser aprovadas. O que mais resultou, no início, dessa organização foi a multiplicação de atividades de "educação popular" em torno do tema do custo de vida. Reuniões entre vizinhos onde se discutiam os significativos e as causas e os interesses envolvidos no caso e, em seguida, o que se poderia fazer para alterar a situação; peças de teatro, sessões de música, discussão de cartilhas explicativas, de temas específicos como a questão agrá-

ria e a dívida externa: isso pode ser visto como uma retomada das atividades de educação popular agora concentradas num tema.

Mas, se ao impulsionar o Movimento do Custo de Vida as lideranças dos clubes de mães deram passos na politização dos problemas que afetavam o cotidiano popular, elas também revelaram os profundos problemas implicados nessa politização. Enquanto uma parcela das participantes entrava na lógica do enfrentamento político — que exigia maior organização, eficácia, impessoalidade e um ritmo que incidisse sobre o tempo próprio das lutas políticas —, a dinâmica comunitária dos grupos de base implicava uma outra lógica — fundada na disposição interna de seus membros, suas relações de confiança pessoal.

Fazendo uma avaliação retrospectiva do movimento, uma das suas iniciadoras relaciona o processo de maior organização com um processo de distanciamento entre a direção e as bases. Essa constatação parece ser ponto pacífico para as diferentes tendências, sendo objeto de divergência apenas a questão de saber se houve manipulação ou não, já que esse processo se deu em meio a uma intensificação de lutas internas — sobretudo entre os partidários do PC do B e os da Igreja. Mas o interessante é verificar o modo como ela identifica os problemas de encaminhamento. Começa considerando que os passos dados foram "muito grandes pro pessoal poder acompanhar". Diz que a questão do controle do custo de vida implicava temas muito difíceis, e que eles não tiveram a paciência e o cuidado de traduzir tudo aquilo do modo como faziam anteriormente. Mas, enquanto vai falando isso e rememorando, introduz outros elementos que apontam outros fatores:

"A gente foi começando a acelerar outras coisas. Historicamente acho que era isso mesmo que ia acontecer. Começou a acelerar aí a questão da abertura política. Então a sociedade como um todo já começou a ter uma maturidade pra uma retomada (...) Nós erramos, eu acho que houve o erro, houve esse apressamento de um grupo assumir a direção, achar que tinha que lançar no Brasil inteiro. (...) Mas eu acho que não foi só essa causa. Foi todo um momento que as coisas foram se dando mais amplamente".¹¹

11. Depoimento dado ao autor.

A distância não era provocada apenas pelo modo de encaminhamento formulado pelas lideranças. Ela anuncia o fato de o movimento se ver projetado num cenário político que lhe impunha um outro ritmo. Esse era o seu problema.

Dia 12 de março de 1978, no Colégio Arquidiocesano, em Vila Mariana, uma assembléia de 5 mil pessoas lança nova campanha, visando a coleta de 1 milhão de assinaturas reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salários acima do custo de vida e um abono de emergência. A campanha mobiliza, além dos clubes de mães, comunidades de base e associações de bairros, grupos de oposições sindicais, estudantes, parlamentares, militantes do MDB e de grupos de esquerda, criando uma intensa agitação sobre o tema. Esse momento de enorme vitalidade revelou seus dilemas sob a forma de grandes polêmicas entre seus ativistas. Tratava-se basicamente de uma campanha de esclarecimento popular, de criação de consciência e de opinião pública sobre o tema; ou visava-se principalmente o êxito de uma mobilização que obrigasse o governo a reconhecer o movimento? Dito assim, parece não haver contradição entre os dois objetivos, mas na prática o primeiro objetivo implicava um ritmo mais lento e uma preocupação maior com o esclarecimento de cada grupo de pessoas, enquanto o segundo estava mais preocupado com a eficácia no enfrentamento do desafio do milhão de assinaturas e das concentrações públicas que incidissem sobre os políticos. Não faltaram discussões sobre isso.

Para desencanto dos educadores, o movimento encaminhou-se para a obtenção a qualquer custo das assinaturas. E a verdade é que os "próprios acontecimentos se aceleravam". Afinal, nesse meio tempo, já tinha-se deflagrado a grande onda grevista, estava em curso o processo eleitoral, e a agitação política no país tendia a politizar as questões. No dia 27 de agosto, cerca de 20 mil pessoas se reúnem na Sé e levam os abaixo-assinados, com o nome de 1.250.000 pessoas. Foi o auge do movimento. O governo não o reconheceu, não recebeu seus portadores e pretendeu desqualificar as assinaturas. O Movimento entrou numa fase de discussão e reorganização, mas o

que restou foram apenas estruturas organizativas. A intensa mobilização popular após 78 não mais passou por suas vias.

A politização na luta contra as injustiças

Procuremos acompanhar a forma particular de politização que se opera no movimento dos clubes de mães.

Uma das militantes dizia que as mulheres se mobilizavam e discutiam tudo, menos aquilo que consideravam "política":

"Política eu não discuto; uai, você discutindo o preço do feijão então é política; política eu não discuto, vamos fazer só o custo de vida, sabe? Aquela coisa assim de medo, né?"

Ela diz que, no meio das atividades do Movimento do Custo de Vida, acabavam discutindo tudo, embora tivesse de ser uma "coisa concreta", um "resultado imediato". Se formos acompanhar o raciocínio das pessoas que rechaçavam a política, encontraremos um outro elemento além do medo da repressão política (de resto, muito real). Trata-se da recusa das *mediações* políticas incompreensíveis. É por isso que a militante fala da importância das "coisas concretas". Não se trata simplesmente de pragmatismo, dificilmente compreensível em grupos tão carregados de referências éticas. As "coisas concretas" referem-se aqui aos objetivos compreensíveis a todos e se contrapõem às razões políticas que elas conheceram manipuladas por agentes que elas haviam passado a desconfiar. Os discursos políticos instituídos tinham se tornado opacos para elas. As polêmicas e enfrentamentos entre os agentes políticos eram vistos como disputas de "interesses", sempre escusos em sua ótica da política.

De uma experiência coletiva emergia uma nova idéia de política. Essa nova idéia não lhes veio já elaborada, e as elaborações até então instituídas não lhes serviam. A palavra "política" vinha carregada de conotações que elas rechaçavam. A nova idéia da política estava sendo criada (e a criação desse novo discurso era também a criação de novos sujeitos coletivos).

O rechaço à política não era, pois, uma volta ao cotidiano privado. Através das práticas estimuladas nos clubes de mães,

houve todo um redimensionamento das esferas da vida privada e do cotidiano. Procurando resumir o que fizeram observou uma delas que

"a idéia era fazer com que as mulheres tomassem consciência de seus direitos. Aliás, nosso objetivo sempre foi esse: estar junto com as mulheres pra que tomassem consciência de seus direitos".¹²

A consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a "revolução" de expectativas produzida por essas mulheres esteve na busca de uma valorização da sua dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideraram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contra-posto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas.

Nesse sentido, como já vimos, a politização tocou — e alterou — as próprias estruturas comunitárias de seu cotidiano, a começar pela família.

"Me sinto mais importante porque assumi um papel diferente. Deixei de ser aquela mulher que só cuidava de casa, dos filhos e costurava para fora para ganhar o pão." (Elza)

"Imagina se há 10 anos atrás a gente conseguia levar um homem pra ficar fazendo o serviço, enquanto a gente ia num encontro de dia inteiro pra discutir os nossos problemas! Nem passava isso pelas nossas cabeças, né?" (Rute)

"Eu também briguei muito. Mas sempre fui discutindo com o meu marido o porquê de tudo isso e uma hora ele reconheceu que não adiantava brigar." (Francisca)

"A mulher que é, assim, responsável pela casa fica meio tonta, não sabe como fazer. Então sempre me pergunto: por que os homens não resolvem assumir um pouco o serviço de casa?" (Neusa)

12. Depoimento colhido pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN.

Estas falas, que retiro dos depoimentos transcritos pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN e pela Rede Mulher, são já hoje comuns quando mulheres de clubes de mães se põem a falar das mudanças ocorridas em suas vidas. Passando a ter uma vida ativa fora do lar, elas não mais se satisfazem com os papéis subalternos e passivos a que estavam destinadas. Ingressando na "vida ativa", essas mulheres não podiam mais suportar a carga do serviço doméstico, onde eram, até então, apenas provedoras das condições para que seus maridos pudessem se desincumbir de suas atividades fora do lar. Alteram-se as relações na casa.

Isto quer dizer que, se bem que os clubes de mães fossem como extensões dos seus espaços domésticos — uma "grande família" —, eles implicam uma contestação dos padrões familiares vigentes.

Por outro lado, na afirmação de uma dignidade que é encontrada na luta por seus direitos, as participantes dos clubes de mães se confrontam com as autoridades públicas, e esse encontro é fonte de politização. Nas idas à prefeitura e nas discussões com os responsáveis sobre os serviços públicos que elas reivindicavam, elas vão dessacralizando a razão estatal, vão percebendo os jogos de interesse privados por trás das pretensões públicas, vão aprendendo as relações de forças que presidem as decisões administrativas e o uso que podem fazer da força de pressão que podem ter.

Isto se dá na medida em que há um *confronto* com as autoridades, e não uma demanda clientelista. E esse confronto se produz porque os grupos comunitários, através dos quais elas se mobilizam, se identificam como mundos de fraternidade, de famílias de trabalhadores oprimidos, sedentários de justiça. Os valores da igualdade e da solidariedade, que cimentam as relações desse universo comunitário, são contrapostos à racionalidade impessoal que funda o mundo da injustiça presidido pelos governantes.

Não é, pois, de surpreender-se que a forma concreta de politização que emerge dessa experiência não comporte uma participação institucional nos meandros da racionalidade política estatal.

Em 1978, quando das eleições legislativas, as lideranças do Movimento do Custo de Vida resolveram lançar as candidaturas de Aurélio Peres para deputado federal e de Irma Passoni para deputado estadual. Os dois se elegeram com votações expressivas, revelando o apoio que encontravam na população da periferia a partir do trabalho das comunidades, clubes de mães, pastorais. Mas a decisão mesma de participar do jogo parlamentar constituiu um choque para muitas das ativistas dos clubes de mães. Dentre os vários depoimentos nesse sentido, recolho um deles. Odette começa dizendo que não participou do processo que levantou os nomes de Irma e Aurélio, por isso recebeu aquilo com surpresa. Mas em seguida vemos que não se trata apenas de uma crítica ao processo de escolha. Ela tinha conhecido a "Irma no início da comunidade como freira, depois, de repente, eu mesma percebi que a Irma era uma candidata para a eleição", e ela diz que levou "muito tempo para mim aceitar a Irma como deputada". A partir da contraposição entre o mundo dos "pequenos" e o dos "poderosos", não era fácil assimilar a novidade:

"Olha, para vocês verem como a cabeça da gente era e como fica (...) Como que a gente estava aqui na base, trabalhando, se matando aí e de repente passava a ser um deputado que está lá, e desliga, pra mim é uma coisa completamente... Eu não tinha, não dava pra mim entender aquilo, e então eu coloquei que quem ia resolver o problema era o povão; que nenhum deputado, parlamentar, ia mudar a situação, se não fosse através dos movimentos populares".

Ela expôs isso como um desabafo e recebeu uma repreensão depois da reunião, por parte de uma enfermeira que militava com o PC do B. Já o padre da Vila Remo, segundo ela, soube ouvir suas razões, acompanhar suas dúvidas e ajudá-la na compreensão das novidades.

É que a racionalidade política implicava discussões estratégicas e divergências que lhes eram estranhas. Aliás, não era apenas que tais divisões lhes fossem estranhas: dentro do universo comunitário, a própria situação de haver divergências, polêmicas, divisões, já lhes era estranho. O sujeito da luta

política com o qual se identificavam era uma fraternidade dos oprimidos, na qual não haviam divisões. Por isso mesmo, o espaço democrático enquanto espaço de reconhecimento da legitimidade das diferenças, para além de todo maniqueísmo, tornou-se de difícil absorção. Veja-se este trecho do depoimento de uma agente pastoral, iniciadora dos clubes de mães na zona sul:

"... nós tava tentando assim ficar juntinho porque juntinho nós tinha mais força, mas veio a bendita anistia dada pelo governo, que ele foi muito inteligente, ele deu anistia, né? e essa anistia mostrou quem era quem (...) Então aí começou a dividir: olha, ela é daquele (grupo), é daquele. Que nós teve muita gente aí, que, olha gente, a gente tem muito respeito por essas pessoas, mas que hoje não temos condições de fazer trabalho mais juntos. Então eu acho que dividiu totalmente, e isso eu acho que foi assim uma tática muito inteligente do governo, porque eu vi que se os movimentos continuassem como estavam eles podiam levar a perder, porque com todas as divergências que a gente tinha, mas não queria saber (...) nós procurava sempre ficar juntinho..."¹³

A Oposição Metalúrgica de São Paulo

Na apresentação da *Coletânea de documentos do I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo*, seus editores traçam um breve histórico que é bem uma definição de identidade. Para começar dão uma data de nascimento:

"A OSM-SP nasceu em 1967-68 quando formou a primeira chapa de oposição ao pelego Joaquim dos Santos Andrade".

Em seguida nomeiam as condições que envolveram seu surgimento:

"a) O sindicalismo atrelado que sempre fora utilizado para a demagogia e entorpecimento das iniciativas organizativas livres da classe ou como instrumento de repressão estava atuando só como organismo policial e repressivo;

- b) Muitos operários dispostos a lutar pela classe eram barrados no sindicato, e os problemas da classe se acumulavam por causa do arrocho salarial, péssimas condições de trabalho, perseguições, etc.;
- c) As experiências de Osasco, onde uma diretoria combativa fora expulsa do sindicato, mostrava que não era possível organizar a classe só com a ocupação do sindicato atrelado;
- d) A repressão policial atingia principalmente os operários mais combativos e conscientes".

Apresentam os *objetivos* a que ela se propunha:

"A oposição então nasce propondo um combate à estrutura sindical e defendendo a organização pela base da classe operária, começando a discutir algumas experiências isoladas de Comissões de Fábrica e Grupos de Fábrica".

Mas referem-se também a *problemas* que embaçavam um pouco essa identidade:

"Entretanto uma parte dessa oposição ainda estava muito influenciada pela herança de um sindicalismo de cúpula que se interessava mais pela ocupação da máquina sindical, mesmo que atrelada, do que pela sua destruição e investir principalmente na atuação de base. Estas tendências sempre foram presentes".¹⁴

Por aí já entendemos a importância que havia na caracterização da própria identidade da OSM. Essas definições, que procuravam reconstruir a história e a identidade dessa organização, foram formuladas no seu I Congresso, realizado nos dias 24 e 25 de março de 1979, e estavam longe de ser aceitas pacificamente. Elas constituíam necessariamente um processo de *interpretação* de acontecimentos significativos para o movimento. Desde a designação dos fatos considerados significativos até a atribuição de significados a tais fatos, o trabalho de interpretação expressa uma luta. Assim, ao apontar tendências que estariam impedindo a OSM de ser conseqüente com seus propósitos originais, os autores do documento — representantes do setor majoritário da OSM — procuravam caracterizar um setor minoritário,

14. Coletânea de documentos do I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, 1979, p. 3.

que havia se manifestado no Congresso e depois rompido com sua organização.

Uma pequena brochura editada no mesmo mês de março de 1979 por este setor caracterizava de outro modo os problemas da OSM. Nesse texto seus autores também se sentem obrigados a reconstituir algo da sua história. Após se manifestarem por uma "alternativa para a estrutura sindical vigente", através de lutas que passassem também pelo interior da estrutura sindical oficial, "na medida em que não se cogitava de criar um sindicalismo paralelo", caracterizam as tendências que, no período de formação da OSM (até 1970), haviam resistido a essa alternativa. E nomeiam:

1. o *isolacionismo* — característica principal dos movimentos católicos com implantação operária (...). Esses movimentos organizavam os operários à margem de suas entidades de classe, se bem que, em alguns casos localizados, propusessem a participação na luta sindical (...)
2. o *foquismo* (...) A sua característica principal é atribuir um valor desmesurado às ações isoladas, buscando levar confrontações localizadas aos limites máximos, sem se preocupar com o crescimento horizontal da luta de classes. O exemplo mais famoso da luta foquista no meio operário foi a greve de Osasco (...)
3. o *imobilismo* (...) cuja proposta sintetizava-se na idéia de ocupar espaço no interior do aparelho sindical oficial, através da negociação de cargos e posições (...)¹⁵

O conflito de interpretações em torno da história do movimento era parte de uma polêmica atual sobre a posição que deveriam ter diante da estrutura sindical vigente. Voltaremos depois a essa polêmica, e só a anuncio aqui para assinalar a ordem de problemas com que nos defrontamos ao referir uma série de acontecimentos, formas de ação, valores e objetivos a uma identidade chamada Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). Ela não tem a consistência material de uma pessoa física, de quem se pode traçar com relativa segu-

15. Grupo de militantes sindicais da OSM-SP dos setores sul, leste, oeste e Cidade Ademar, "A questão da unidade da oposição sindical", 1979.

rança a data de nascimento, as ações de que participou, as palavras que proferiu, os lugares onde esteve, a data da morte. Quando falamos da identidade de um movimento social, estamos nos referindo a uma identidade polêmica, produzida no tempo através de ações muitas vezes contraditórias, com significados ambíguos, muitas vezes desfeita e refeita através de atos que estabelecem novas vias de continuidade e levam a reinterpretarções do passado.¹⁶

Quando os editores da *Coletânea* citada datam o nascimento da OSM em 1967-68 não fazendo uma afirmação unânime e inocente de algum fato evidente. Ela se tornaria a versão oficial na medida mesmo em que seus autores firmaram sua hegemonia no movimento. Mas um deles expôs as ambigüidades iniciais:

"Primeiro teríamos que ver a questão do próprio nome da Oposição (...) O nome de oposição veio pelas chapas nas eleições sindicais: tinha sempre situação e oposição".¹⁷

Referindo-se a chapas de oposição, formadas antes de 1964 por um "pessoal da direita", ele assinala as dificuldades de identificação da OSM, que também começara como mais uma chapa de oposição. Quando, no correr dos anos 70, seus membros começaram a pensar-se como dando continuidade a algo que teria começado em 1967-68, estavam atribuindo um significado fundador aos momentos em que se constituiu uma chapa de oposição que questionava a própria estrutura sindical (1967) e em que lutas operárias — sobretudo Osasco, estigmatizada pela outra tendência — apontavam para a alternativa de comissões de fábrica (1968).

Através de sua história, a OSM foi constituindo uma identidade, embora cortada por descontinuidades e rupturas. Essa identidade resulta de experiências comuns (a organização de

16. Ver, sobre a questão, o texto de C. Castoriadis, "Introdução: a questão da história do movimento operário" in *A experiência do movimento operário*, Brasiliense, 1985.

17. Depoimento colhido pelo GEP-URPLAN.

chapas nas eleições sindicais, a participação nas assembléias do sindicato, em lutas fabris, a feitura de jornal) coletivamente interpretadas.

A formação de uma identidade

A identidade da OSM se constituiu na medida em que ela se autonomizava de duas referências exteriores: a) os grupos que, convergindo, lhe deram origem e constituíram no início os espaços de elaboração política e de continuidade da ação (sendo a OSM apenas um espaço de articulação deles). b) o Sindicato enquanto objetivo e espaço a ocupar, em função do qual ela definia seu calendário e suas atividades.

Começamos por 1964. Nesse ano, como decorrência do golpe militar, o novo regime decreta a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo, presidido então por Affonso Dellélis. A primeira tarefa dos interventores seria ajudar a polícia a localizar 1.800 delegados sindicais nas empresas, "em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista".¹⁸ Denunciados, demitidos de suas empresas, presos, muitas vezes torturados, ficando nas listas negras que lhes impediam de empregar-se nas grandes empresas, esses membros mais ativos do antigo sindicalismo se viram desarticulados. Com a ajuda da repressão policial e das verbas do ministério iria começar o longo reinado de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tendo ajudado a interventoria em 1964, ele seria candidato único em 1965.

Embora ajudada, também, pelo clima geral de repressão, pelo medo que provocava qualquer atitude contestadora, pela desarticulação dos adversários, a nova diretoria despertou desde o início uma oposição que reunia os simpatizantes da antiga diretoria cassada, e uma corrente que vinha se formando em

18. Hamilton Faria, *A experiência operária nos anos de resistência — a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário*, dissertação de mestrado, PUC, 1986, p. 58.

torno da JOC (Juventude Operária Católica) e já era crítica de toda a estrutura sindical, por eles considerada cupulista.

Para as eleições sindicais de 1967 formou-se uma chapa de oposição encabeçada por Waldemar Rossi, militante formado na JOC. Segundo suas palavras:

"Eu fui procurado por alguns companheiros (...) pra que a gente lançasse uma chapa de oposição (...) reunimos os grupinhos que tinham de sindicalistas e discutíamos essa questão, e a nossa proposta era essa: que nós estaríamos dispostos a entrar numa luta para chegar à direção sindical. Porém que não era a coisa mais importante (...) topávamos entrar numa frente ampla, desde que esse conjunto estivesse disposto a levar à frente o desenvolvimento de um movimento de oposição à estrutura sindical. Quer dizer, ganhando o sindicato ou perdendo o sindicato, a principal luta era contra a estrutura sindical (...)"¹⁹

Ao colocar essas questões ele já assinalava qual era o objetivo principal da corrente a que ele pertencia, e tinha em vista a diversidade de agrupamentos que comporiam a chapa de oposição: uma dissidência do PCB, sindicalistas que haviam se desentendido com a diretoria, pequenos grupos de esquerda, além dos católicos.

Os resultados oficiais assinalaram 10.355 votos para a situação e 6.649 para a oposição.

1968 foi um ano marcado por acontecimentos carregados de significações para a OSM. Dia 16 de abril deflagrava-se uma greve no distrito industrial de Contagem, periferia de Belo Horizonte, a partir de grupos de fábrica. No dia 1.º de maio, em São Paulo, as oposições sindicais estavam junto a grupos estudantis e da esquerda radical numa manifestação contra as comemorações oficiais, destruindo o palanque, alvejando o governador e tomando conta da praça. Em julho, 6 mil operários entrariam em greve em Osasco, ocupando as fábricas e entrando em conflito com a repressão policial-militar.²⁰ Assim, no interior

19. Depoimento colhido pelo GEP-URPLAN.

20. Sobre a greve de Osasco em 1968, ver: F. Welfort, *Participação e conflito...*, op. cit.; A. R. Espinosa, "Dois relâmpagos na noite do arrocho" in *Cadernos do Presente*, n.º 2, Aparte, 1978; J. Ibrahim e

do quadro de contestações radicais que eclodiram e foram sufocadas nesse ano de 1968, figuraram também manifestações do protesto operário. Sobretudo Osasco permaneceu como referência obrigatória nas discussões da militância operária. Que significado tinha? Um dos seus aspectos foi alvo de fundas controvérsias: aquele ligado ao enfrentamento radical — a ocupação da fábrica e a proclamação de uma luta contra a ditadura — que estava inserido numa ótica de luta armada que informava parte importante de sua liderança. Se para a chamada "esquerda revolucionária", que se constituía então a partir da crítica ao reformismo do PC, esse enfrentamento anunciava as novas formas de luta que ela pregava, para os comunistas e setores próximos ele era expressão cabal da "pressa e do aventureirismo pequeno-burguês". Quanto aos militantes católicos vindos da JOC, eles não se sentiam atraídos pelas estratégias de enfrentamento professadas e praticadas por aquela nova esquerda. Foi um outro aspecto da luta de Osasco que lhes atraiu mais e que ficou, de modo mais generalizado, como um símbolo: a organização tendo por base a fábrica. A comissão de fábrica da Cobrasma, que já era uma experiência valorizada particularmente pela Ação Católica Operária (ACO), foi projetada para o primeiro plano com a greve de 68.

De um modo ou de outro essa experiência de uma luta operária que se politiza e que tem de enfrentar a repressão estatal fica marcada como referência básica para aqueles operários que estavam buscando formar uma oposição, não apenas à diretoria do sindicato, mas também à estrutura sindical. Com o AI-5 e o recrudescimento da repressão, esses militantes se defrontariam cada vez mais com uma politização forçada de suas atividades.

Em dezembro de 1968 formou-se a União Metalúrgica de Luta (UML), reunindo militantes católicos de esquerda (o "grupo do Rossi"), grupos da "esquerda revolucionária" (prin-

*] J. C. Barreto, "Manifesto de balanço da greve de julho" e José Ibrahim para "Unidade e luta", "Entrevista" in C. Frederico, *A esquerda e o movimento operário 1964/84*, op. cit.

principalmente a AP) e sindicalistas independentes.²¹ Era uma organização clandestina, que editava um pequeno jornal, distribuído dissimuladamente nas fábricas. A prática conspirativa introduzia militantes sindicais no universo cultural da esquerda, onde o Estado aparece como o principal inimigo. Mas já em 1970 a UML se extinguiria. Enquanto sindicalistas independentes e católicos pretendiam constituir uma organização mais permanente que a articulação para eleições, os grupos de esquerda consideravam que tal tipo de organização deveria estar subordinado às formas partidárias.

De qualquer forma, o espaço de atuação se estreitava assustadoramente para a CISM. Nas vésperas do 1.º de maio de 1970, um grupo de metalúrgicos que distribuía panfletos nas cercanias do Estádio Maria Zélia foi preso, e eles foram imediatamente submetidos a sessões de tortura. Alguns dias depois, o corpo de um deles, Olavo Hansen, seria apresentado como se fosse um indigente encontrado morto atrás do Museu do Ipiranga. Em suas veias havia sido aplicada uma injeção de inseticida.

No interior das fábricas as chefias aproveitavam a ofensiva repressiva existente então no país contra toda forma de reivindicação e protesto. Diante de qualquer movimentação de seus operários, era comum que as empresas chamassem a polícia.

Mas o mais significativo a assinalar é que, justamente nesse período, a diretoria sindical se consolida através de atividades assistenciais. Não apenas o sindicato se torna alheio às lutas operárias como ainda se torna um perigoso local de delações, onde poucos militantes conhecidos se arriscam a entrar. H. Faria assinala o fato de militantes de grupos de fábrica na Massey-Ferguson e na Villaros terem sido denunciados como tais pela diretoria do sindicato às respectivas gerências e, em consequência, sumariamente despedidos, no ano de 1973.²²

Os incorfomados com a situação, que procuravam resistir, eram implacavelmente perseguidos. Mas muitos outros mantinham expectativas positivas nas projeções do "milagre econômico".

21. Cf. H. Faria, *op. cit.*, e depoimentos colhidos pelo autor.

22. H. Faria, *op. cit.*

Para entender como a diretoria de Joaquim dos Santos Andrade se firma justamente no momento em que se dessolidariza de qualquer ação coletiva dos trabalhadores nas empresas é preciso que retomemos o clima daquela época, que não comportava apenas a repressão e o medo e a resistência, mas também as fantasias de ascensão social. Em 1970 o Sindicato criou uma cooperativa habitacional, que se somava a outras realizações materiais efetuadas graças à arrecadação do imposto sindical. Em 1972 ele dispunha de: um departamento médico com 33 médicos e outros 23 funcionários, além dos profissionais credenciados em seus próprios consultórios; um departamento jurídico com 19 advogados e 18 funcionários; um departamento odontológico; outro de educação e cultura; uma colônia de férias com 60 apartamentos na Praia Grande.²³

Os depoimentos dos militantes da OSM falam todos do sindicato como centro de delação e do papel do seu presidente como agente da repressão. "...naquela época o Joaquinzão fazia o trabalho da polícia (...) Não dava pra você vir no sindicato, e quando você vinha tinha os grupos de defesa do Joaquinzão ali."²⁴ Mas ao mesmo tempo reconhecem o seu prestígio: o Joaquinzão "...tinha uma certa imagem positiva na categoria";²⁵ "...o Joaquim tinha controle total da assembléia".²⁶ Por isso tudo, esse é certamente o momento mais difícil para a oposição metalúrgica.

Mais do que isso: esse é o momento em que a própria identidade da Oposição se vê fraturada. De um lado porque o espaço para o qual estava voltada — o sindicato — se fecha para ela. De outro porque a organização de base da resistência operária, que constituía a fonte de suas energias, era forçada a uma clandestinidade que se adequava mal à heterogeneidade de correntes que a formavam. A Oposição tende a ficar apenas como espaço de acordos e articulações entre os diversos grupos

23. Heloisa Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, *op. cit.*, pp. 174 e ss.

24. Depoimento dado ao autor.

25. P. Nosella, *Por que mataram Santo Dias*, Cortez, 1980, p. 39.

26. Depoimento colhido pelo GEP-URPLAN.

que, por diversas razões, se opõem à diretoria sindical. Era grande a possibilidade de a polícia infiltrar agentes para identificar militantes que seriam depois perseguidos, demitidos das empresas ou presos. Por isso mesmo as reuniões eram semi-clandestinas, e cada participante de uma reunião não sabia ao certo a identidade dos demais, onde trabalhavam e nem se eram mesmo metalúrgicos. Nessas circunstâncias, as "reuniões da Oposição" eram para estabelecer acordos entre representantes dos diferentes "grupos de influência" (dos católicos, dos dissidentes comunistas, de diferentes grupos de esquerda ou de figuras individualmente influentes, que constituíam grupos em torno de si). Cada grupo desses, pela confiança existente entre seus membros, respondia pelo conjunto destes e pelas tarefas que lhes cabiam.

As mais simples atividades sindicais envolviam grandes cuidados de clandestinidade. Para distribuir folhetos nas fábricas sem serem apanhados pelos vigias das empresas ou pela polícia, os militantes operários tinham de reunir-se e planejar minuciosamente a operação.

Pela experiência nesse campo, os grupos de esquerda aumentaram sua influência. O mais forte era a Ação Popular (AP), mas havia também os grupos trotskistas (Partido Operário Revolucionário e Organização Comunista 1.º de Maio), a Polop (Política Operária), dissidentes do PCB, além do PC do B (que, no entanto, naquele momento, atuava mais no interior da Pastoral Operária da Igreja). Cada um desses agrupamentos, embora valorizasse a mobilização operária nas fábricas, concebiam essa atividade como previamente enquadrada numa estratégia revolucionária que lhe daria sentido. Os resultados concretos, em função de tais estratégias, lhes pareciam magros e díspares os seus significados, gerando as mais fundas controvérsias. Contrariamente ao PCB, que procurava os meios para ocupar o sindicato, esses diversos agrupamentos da "esquerda revolucionária" pretendiam constituir uma força social revolucionária, uma base social que sustentasse uma luta contra o regime. De suas óticas muniam-se de grande paciência e perseverança para que, da experiência dessas lutas locais, amadurecessem posições mais "conseqüentes". Não eram tranquilas as reuniões da Opo-

sição Metalúrgica. É ilustrativo o que conta um dos líderes da OSM sobre a preparação que faziam para participarem das assembleias sindicais:

"Discutíamos as propostas que deveríamos fazer, as denúncias e depois escolhíamos os oradores. Na escolha dos oradores a gente procurava distribuir as tarefas, porque nós tínhamos, cada um, três minutos pra falar (...) Então cada um assumia pra desenvolver um tipo de raciocínio e uma proposta, e isso na seqüência dava um conjunto bom. Outros eram destacados para reforçar as propostas mais importantes".

Mas então interferiam as controvérsias políticas:

"Eu me lembro dum ano que nós preparamos isto e um cara ligado aí ao pessoal da IV Internacional é... ele disse que ele ia levar outra proposta pra assembleia. Então nós dissemos pra ele: (...) você leva, só que você se considera, portanto, desligado desse conjunto (...) Aí ele recuou e disse que ia defender então o que nós tínhamos proposto. Ora, ele tinha três minutos pra falar. Simplesmente no dia da assembleia, ele não fez, não desenvolveu o raciocínio que ele tinha que desenvolver e em três minutos ele abordou oito questões diferentes. Que ia desde as 200 milhas até o sexo dos anjos..."²⁷

Dessa ordem eram as dificuldades enfrentadas naquele coletivo.

Em 1972 houve nova eleição para a direção do sindicato, e desde o ano anterior haviam começado as conversações entre os grupos de oposição. Além dos agrupamentos de esquerda, encontravam-se ainda na OSM:

a) um grupo de sindicalistas que havia participado da direção sindical e rompido em seguida, mas cuja atuação gravitava em torno da entidade (o "grupo do Dantas");

b) os militantes da Pastoral Operária, que privilegiavam a formação de grupos de base, diferenciando-se dos grupos de esquerda por não submeterem a luta fabril a alguma estratégia revolucionária já formulada;

c) sindicalistas avulsos que foram, no correr da década, confluindo para maior unidade com os militantes da Pastoral.

O resultado eleitoral deu novamente a vitória à situação, por 18 mil votos contra 5.500, produzindo grande desânimo nos militantes.

Num depoimento dado em 1978, um dos militantes destacados da OSM dividiu a história desse movimento em duas fases, delimitadas pelo ano de 1974. Até então ele pouco se lembra de atividades da própria OSM fora do sindicato. Já na "segunda fase", ele se refere ao interesse centrado nos conflitos fabris:

"Eu cansei de ver enfrentamento, por exemplo, por causa do horário do café, por banheiros sujos, por fila de restaurante ou comida. As pequenas lutas, as pequenas paralisações, foram, na verdade, dando uma certa consistência para um trabalho que está aflorando".²⁸

Ele fala, pois, da passagem de uma simples articulação entre diversas correntes, tendo em vista o sindicato, para uma atividade focalizada no conflito fabril.

O período entre os anos de 1973 até 1975 constitui com efeito um momento decisivo na conformação da oposição metalúrgica de São Paulo. Nesses anos eles vivem experiências cuja elaboração fornece padrões de referência para sua atuação. De um lado, vivem o resultado extremo da repressão que os desarticula, a ponto de não conseguirem nem mesmo apresentar uma chapa que concorresse às eleições sindicais de 1975. De outro, os grupos de fábrica ligados à Oposição participam de diversas pequenas lutas nas empresas que manifestam as possibilidades concretas das orientações gerais que eles defendiam. Dispersados pela repressão, os militantes da oposição se multiplicam em uma pluralidade de mobilizações locais que constituirão as bases de um movimento mais consistente a partir de 1976. A valorização das pequenas lutas que liberam energia e criatividade, constituindo uma outra identidade para os operários, e uma organiza-

ção independente, capaz de resistir às ofensivas da repressão estatal que instrumentalizava o próprio sindicato, foram orientações decorrentes do modo como a oposição viveu as experiências desses anos.

Para a compreensão da "virada" ocorrida na história da Oposição Metalúrgica de São Paulo nesses anos, torna-se indispensável a menção a 3 conjuntos de acontecimentos que, naquele momento, expressavam mudanças nas relações sociais e políticas. Em primeiro lugar o início da chamada "descompressão política", materializada nas eleições de novembro de 1974 e na votação recebida pelo MDB. Começam a ampliar-se as condições de defesa pública dos direitos de organização e manifestação, com a conseqüente diminuição do terror arbitrário que pesava sobre toda a atividade sindical independente. Em segundo lugar as vitoriosas greves de seções — sobretudo ferramentarias — e operações tartaruga nas empresas automobilísticas de São Bernardo, que produzem um estímulo para todo o movimento operário. Em terceiro lugar a extensão de mobilizações de moradores da periferia — em torno de reivindicações ligadas aos ônibus, escolas, creches e ao custo de vida —, a partir de clubes de mães, comunidades de base etc. A realização de grandes assembleias e caravanas até palácios do governo aparecem valorizando o "trabalho miúdo" que vinha sendo feito nos bairros.

Nesses anos espoucam lutas centradas nas próprias fábricas. Na Massey-Ferguson, os trabalhadores se mobilizam, reclamando da firma a retirada do ônibus da empresa, mas terminam derrotados: os que não assinaram o acordo de desistência dessa "regalia" foram despedidos. Na mesma fábrica houve outra mobilização para exigir que o café fosse servido de modo a permitir a livre movimentação dos operários, e nesse caso terminaram atendidos. Na Hobart-Dayton, os operários se negaram a fazer horas extras enquanto não obtivessem um aumento e foram vitoriosos.²⁹ Na Arno, contra o preço e a má qualidade das refeições, os operários fizeram um boicote ao restaurante

28. Cit. in revista *Cara a Cara*, n.º 2, "Os operários tomam a palavra", p. 23.

29. H. Faria, *op. cit.*, pp. 180-1.

da empresa até obter o congelamento dos preços e melhorias na refeição.³⁰ Na Burny, os trabalhadores suspenderam o trabalho quando um companheiro foi suspenso arbitrariamente e não retomaram enquanto a medida não fosse revogada e prometida uma revisão na política das punições.³¹

A mais importante dessa época foi, no entanto, a greve da Metalúrgica Villares, "o movimento fabril mais amplo no início da década, verdadeiro ponto de inflexão das lutas de resistência", nas palavras de Hamilton Faria.³² Ela começou no dia 13 de dezembro de 1973, quando os operários cruzaram os braços diante das máquinas durante 20 minutos. Fizeram o mesmo no dia seguinte e em vários outros, em horários alternados que surpreendiam a chefia. Diferentes seções mantiveram essa forma de paralisação, que procurava atingir a empresa sem declarar-se em greve e enfrentar a repressão direta. Depois disso, veio uma operação tartaruga, até que a fábrica concedeu um aumento de 24%, parcelado em 3 anos.³³

No rescaldo da greve, a Villares despediu muitos dos principais ativistas operários. Eles procuraram emprego em outras metalúrgicas, mas quiseram manter-se vinculados e tomaram a iniciativa de criar um comitê interfábricas. A Interfábricas passou a ser um espaço de reunião de operários de cerca de 10 grandes metalúrgicas da periferia sul. Ali eles trocavam experiências sobre as formas de organização e as pequenas lutas dentro das fábricas.

Em 1974 toda a coordenação da Oposição Sindical e mais cerca de 70 militantes foram presos. Entre eles estavam Waldemar Rossi, Vito Gianotti, Antonio Flores. A Oposição se desarticula. E, no entanto, com o crescimento de mobilizações das fábricas, impulsionadas por pequenos grupos que mantinham vínculos com a oposição, ela até se reforçaria.

30. *Idem, ibidem*, pp. 221 e ss.

31. P. Nosella, *op. cit.*

32. H. Faria, *op. cit.*, p. 184.

33. *Idem, ibidem*, pp. 182 e ss. E também o jornal *Campanha*, n.º 14, publicação de exilados brasileiros que começou sendo editado no Chile e prosseguiu na França.

Certamente dizer que a oposição se reforça no momento mesmo em que ela é desbaratada só é possível hoje, quando, passados os acontecimentos, verificamos que eles confluíram para a consolidação desse movimento. Entre 1974 e 75 ninguém poderia dizer que aquela multiplicidade de grupos de fábrica e de pequenas lutas eram "expressões" da "oposição sindical". A maior parte deles vinculava-se diretamente à Pastoral Operária, que procurava convergir suas ações para o fortalecimento da oposição sindical. Outros partiam de grupos como o da "Interfábricas" da periferia sul. E haviam ainda grupos operários ligados a diversas organizações de esquerda que também se colocavam no campo das oposições sindicais.

Múltiplas atividades eram referidas à "oposição sindical", mas não havia uma coordenação entre elas. Por isso a OSM não logra compor uma chapa para as eleições de 1975. Os militantes mais jovens, surgidos com as lutas daqueles anos e predominantes na região sul, chegaram a formular uma proposta de plataforma e de chapa. Mas os mais velhos, então predominantes na região leste, sofrendo ainda os efeitos das perseguições, não estavam em condições de apresentarem-se na chapa e não confiavam ainda na maturidade dos seus novos companheiros.

Não terem conseguido organizar uma chapa foi sentido como uma derrota, e os militantes da oposição puseram-se a campo para "vencer o atraso":

"A palavra de ordem era trabalhador dentro da fábrica. Entrar dentro da fábrica da forma que fosse possível; procurar sempre fábricas com maior número de operários (...) quer dizer, à medida que você está numa fábrica maior, o tempo de reconhecimento de que você tem numa atuação é bem mais longo, né? Então o pessoal procurou entrar nas fábricas melhores, maiores, quer com mais peso de classe (...) e a palavra de ordem era lutar para constituir grupos de fábrica..."³⁴

34. P. Nosella, recolhendo depoimento de Santo Dias, o líder metalúrgico morto pela polícia durante a greve de 1979, *Por que mataram Santo Dias*, *op. cit.*, pp. 47-8.

O fato é que não houve então a dispersão que tinha havido após a derrota de 1972. Em 1975 eles formaram uma nova coordenação, com 16 membros, sendo 8 entregues para o pessoal da zona sul e 8 para o da zona leste. Daí em diante iria se firmando uma organização por "setores", através da subdivisão desses dois primeiros (sul e leste). Quer dizer que a divisão por regiões da cidade começava a se sobrepor à divisão por correntes políticas. O peso destas não desaparecia, mas passava a manifestar-se através das instâncias organizativas da OSM, que ocupava o lugar das representações de correntes organizadas.

Todos os depoimentos vinculam essa maior estruturação interna da Oposição a um esforço mais sistemático, com a criação de grupos no interior das fábricas, preocupados em fazer das condições de trabalho os temas de pequenas lutas que mobilizassem os operários localmente. E pode-se constatar, nesse processo, o fortalecimento da corrente vinculada à Pastoral e de militantes avulsos formados nessa prática. O chamado "grupo do Dantas", encarnação de uma prática que gravitava em torno do sindicato, limitando-se às articulações para montar chapas nas eleições sindicais, diluiu-se por completo. E as correntes partidárias presentes na Oposição também se enfraquecem. Em parte o enfraquecimento é reflexo das derrotas que sofriam no plano político geral, mas também em grande medida expressava suas dificuldades para acompanhar esse processo de organização autônoma da Oposição. Nesse momento, por exemplo, os trotskistas rompem com a Oposição e constituem o movimento dos Metalúrgicos Independentes, e a Polop, que também rompe, constitui uma Oposição Sindical Proletária.

Em fevereiro de 1976 sai o número 1 do jornalzinho *Luta Sindical*. Seu editorial o define como órgão da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e "instrumento na formação das comissões de fábrica, procurando, na medida do possível, formar, divulgar e informar sobre as lutas e movimentos dos trabalhadores". E traz uma referência que estabelece a vinculação entre essa atividade e um objetivo ideológico geral: "*Luta Sindical* é um jornal de trabalhadores para trabalhadores, aberto à participação de todos aqueles que lutam por dias

melhores, pela liberdade e pelo fim da exploração do homem pelo homem".³⁵ Os primeiros números eram mimeografados, com 8 páginas e uma tiragem de mil a 3 mil exemplares, vendidos dentro das fábricas. Cerca de duas vezes por ano até 1979 (quando sai o primeiro número impresso) saía esse jornal, que tornou-se o porta-voz da Oposição. Junto à crítica à estrutura sindical, o jornal fazia a propaganda das comissões de fábrica, das pequenas lutas que despontavam, e procurava orientar seus leitores em assuntos da legislação trabalhista.

A repressão havia contribuído para o estabelecimento de um corte na história da OSM. Em consequência das prisões de 1974, a sobrevivência da OSM dependeu de espaços e atividades mantidos principalmente pela Pastoral Operária. Nas palavras de H. Faria:

"Os vários grupos ligados a uma prática de Oposição não mantêm contato entre si, alguns dissolvem-se no trabalho pastoral, em sua maioria correm por faixa própria. A Oposição perde sua identidade".³⁶

Mas talvez poderíamos dizer que ela perdia sua identidade de origem (como articulação entre correntes sindicais que se uniam na oposição à diretoria do sindicato) e ia conformando uma outra a partir dos grupos de fábrica. Só que, nessa passagem, a Pastoral Operária desempenharia um papel predominante, inclusive porque ela se constituiu numa asa protetora para muitos militantes soltos, vindos de grupos de esquerda dizimados pela repressão. Por isso a nova conformação da OSM-SP consistiu numa afirmação de identidade em face da Pastoral. Um momento importante disso foi o 1.º de maio de 1977, que reuniu cerca de 450 pessoas na igreja de Santa Catarina. Agentes da igreja pretendiam que o ato fosse promovido pela Pastoral, mas outros militantes da oposição não aceitaram. E ele foi apresentado como evento da Oposição Metalúrgica, que começava, assim, a sair das catacumbas.

35. "*Luta Sindical*", radiografia de um jornal operário, CPV, pp. 33-4.

36. H. Faria, *op. cit.*, p. 256.

A luta na fábrica como alternativa

Quando se referem às mudanças havidas na prática da Oposição Metalúrgica no correr da década de 70, seus membros apresentam em geral uma imagem semelhante à que citei atrás, dada por Hélio Bombardi: no início uma articulação entre correntes diversas, visando uma atuação no sindicato; depois uma organização própria voltada para a organização de grupos nas fábricas. É certo que tanto na "primeira fase" havia a preocupação com a organização nas fábricas, quanto na "segunda fase" permaneceu a preocupação com a atuação no sindicato. Mas essa indicação não fala algo sobre a base na qual se sustentou a consolidação da Oposição. Encontramos referências a grupos organizados, procurando desenvolver lutas contra as condições fabris em várias metalúrgicas: na Massey-Ferguson, na Hobart-Dayton, na Arno, na Burny, na Villares, na AMF, onde houve uma pressão coletiva para obterem equiparação salarial e reajustes; na Metalúrgica Matarazzo, onde um grupo tentou uma mobilização contra as condições de trabalho (velocidade das máquinas, falta de segurança). E ainda: Caterpillar, MWM, Metal Leve, Ingersol, Bundy, Passini, Semp, Calvi, Lorenzetti, Carmos, Caic, Caloi, Radiofrigor, Tubocap, Aliperti, Ajax, Aços Paulista.

Se nos ativermos às reivindicações e às formas de ação, essas movimentações fabris não trazem nada muito novo. Reivindicam: pagamentos atrasados, equiparações salariais, reajustes; melhorias na comida, nas condições para se tomar um cafezinho durante o trabalho; maior segurança no trabalho, menos arbitrariedade nas multas e dispensas; condições menos vexatórias para uso do banheiro, mais limpeza e melhorias no ambiente de trabalho etc. Para isso fazem abaixo-assinados (às vezes de forma circular, para que as chefias não identifiquem os iniciadores); reclamações coletivas; operações tartaruga; greves de seção; greves de toda a empresa; recusa de horas extras; boicote ao restaurante da firma etc.

E no entanto há uma evidente novidade no significado dessas lutas no correr dos anos 70. Movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso, como se fossem a

reiteração de um cotidiano onde "nada acontece", passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras, num conjunto que lhes dá a dignidade de um "acontecimento histórico". Até mesmo acontecimentos que antes poderiam ser vividos como expressão de uma impotência sempre igual começam a ser vistos como lutas que se inserem num movimento social.

Veja-se a chamada "luta do ônibus" na Massey-Ferguson, relatada centenas de vezes por seus participantes como uma das mobilizações do início da década.

"A Massey tinha na época 16 linhas de ônibus e como mudou do Jaguaré teve que manter essas linhas de ônibus, que tinha de São Paulo inteiro. Chegou num determinado momento que a firma queria tirar os ônibus e propor a seguinte forma: ela daria o dinheiro do ônibus, o aumento correspondente e o cara em troca pagava o ônibus. Quer dizer, ela passava a não ter mais essa responsabilidade (...) Num primeiro momento todo mundo achou que era uma boa proposta (...) E teve alguns companheiros que perceberam a situação e começou uma intensa movimentação dentro da fábrica do pessoal que usava o ônibus. Chegou a levar pro sindicato, o sindicato denunciou o pessoal que estava na cabeça do movimento e no fim acabaram não dando o aumento, tiraram o ônibus, fizeram todo mundo assinar um termo de compromisso. Chamava o cara e dizia o seguinte: 'E o seguinte: não vai ter mais ônibus, ou você assina que não quer mais o ônibus ou você é mandado embora'. Muita gente preferiu ser mandado embora, alguns não aceitaram e outros aceitaram e assinaram o acordo. Acabou as linhas de ônibus. Essa foi uma luta muito interessante."³⁷

Seria difícil não chamar de "derrota" isto que o militante chama de "uma luta muito interessante". Essa revalorização daquilo que, em outro contexto, seria apenas mostra de fraqueza ou desorganização só é inteligível quando inserida num conjunto de pequenas ações que evidenciariam a resistência operária. Dispersa, silenciosa, muitas vezes sufocada, mas real e presente em todas as partes. É certo que um fato como esse só pode ir sendo contado, através da memória coletiva dos grupos de fábrica, como "uma luta muito interessante", porque juntou-se a

37. Cit. in H. Faria, *op. cit.*, pp. 180-1.

centenas de outros, nos quais prevaleceram as "pequenas conquistas", que produziram o sentimento de que poderiam alterar o cotidiano fabril. Nas palavras de um militante da oposição metalúrgica:

"São pequenas lutas mas que na consciência do cara representa uma puta coisa, porque é uma vitória, é a questão da vitória, o cara sente que foi uma conquista dele, sabe? Botar um rolo de papel higiênico no banheiro pode não ser porra nenhuma assim no sentido de uma grande luta, agora, pro cara que participou daquilo, que discutiu aquilo, ele acha que é muito importante, foi uma vitória dele que a firma não queria pôr, o cara fez uma discussão, fez um abaixo-assinado, foi lá, brigou com o chefe e tal e o rolo de papel higiênico tá lá. Ou a questão do café, o cara acabava tendo briga na fila porque um chegou primeiro, o outro não, parecia um enxame de abelha lá, todo mundo, querendo pegar o café antes que terminasse, porque ia dar os 10 minutos. Pô, depois que os caras brigam com o chefe, brigam com o gerente, brigam com o diretor e tal, o cara sente que foi uma conquista dele porque a firma num primeiro momento não quer pôr".³⁸

É isto que permite H. Faria dizer que essas pequenas lutas

"dão uma identidade coletiva aos trabalhadores nelas envolvidos, diferente daquela que lhe confere o capital, quebram seu isolamento no mundo do trabalho, restabelecem a confiança destes operários".³⁹

Trata-se da emergência de um "outro discurso" sobre a condição operária, diferente daquele que fala da sua insignificância. Este fala das injustiças a que são submetidos e que podem ser vencidas quando os trabalhadores se unem e lutam.

A dinâmica dessas "pequenas lutas" pode ser bem captada através de outro depoimento colhido por H. Faria. Trata-se de um militante da OSM narrando uma luta dos operários da Arno contra as condições do refeitório da firma.

Primeiro ele fala de um sentimento de impotência ante o despotismo da fábrica:

38. *Idem, ibidem*, p. 1-3.

39. *Idem, ibidem*, pp. 163-4.

"Na Arno tinha havido várias experiências de derrota, sempre houve greves, em 68, 69, 71, e a marca que tinha ficado lá era a seguinte: 'Não adianta fazer nada que você só se ferra. Não adianta que os outros te dedam'".

Surgem condições de mudança a partir de uma rede primária de relações de confiança:

"Então eu fui procurado por um companheiro que tava trabalhando lá de noite, começou a bater papo comigo e disse: 'Olha, eu tenho quatro ou cinco companheiros que eu jogo futebol com eles, vamos fazer uma reunião juntos, lá em cima no clube. Eu fujo e nós começamos a conversar...' Eu falei: 'Eu tenho mais uns dois ou três, vamos conversar juntos'".

Para enfrentar uma situação na qual os problemas vividos apareciam com o selo da fatalidade, tornava-se necessário a experiência de uma ação coletiva vitoriosa:

"E começamos a ver o que podia se fazer. O pessoal tinha 1001 problemas: luvas, insalubridade, horário, etc. Eu falei: 'O ânimo geral da turma que eu tô vendo é de desânimo muito grande. Ninguém quer nada, porque diz que é inútil, que vai ser dedado. Nós temos que fazer uma pequena luta, pouco importa se vai ser grande ou pequena, seja qual for tem que ser vitoriosa'".

O uso de recortes da imprensa legal, que na verdade tinham o papel de legitimar a luta ao revelar que haviam manifestações públicas de uma movimentação que, entre eles, era quase conspirativa:

"Fazia tempo que eu levava pra dentro da fábrica o jornal *Opinião*, recortava um recorte pra um, recorte pra outro e tinha um relacionamento muito grande, a gente ia na casa de um, de outro, reunia dois, três, batia um papinho, passava um boletimzinho..."

Quando forma-se um pequeno grupo mais estável, definem o problema mais sentido, que seria objeto de uma reivindicação coletiva. Esse problema — a comida do refeitório da empresa — tinha a particularidade de expressar a deterioração de uma situação anteriormente sentida como boa. O objetivo aparecia por isso como algo possível de ser alcançado.

O esforço seguinte foi o do envolvimento do maior número possível de operários numa atividade que ampliava a mobilização: Decidiram reunir informações sobre o custo da comida em outras empresas e trouxeram os dados de uma centena de fábricas. Decidiram enviar um abaixo-assinado à chefia com prazo de 15 dias para resposta.

"Esse abaixo-assinado era um texto que foi feito em conjunto, teve a contribuição de muita gente, antes de estar pronto mostramos pra muita gente, tudo clandestinamente, lógico."

Tomaram precauções para evitar represálias. Para não exporem os primeiros nomes da lista, a relação das assinaturas correspondia aos números de cada seção e dos cartões dos operários.

"Então não permitia nenhuma repressão em cima de quem assinou, que isso, pra nós, era uma questão fundamental (...) pra tirar a marca anterior, que isso é que tinha que limpar pra poder partir depois pra outras lutas. E começamos a fazer passar o abaixo-assinado, passando de seção em seção, levado pelo pessoal, clandestinamente. Passava de uma fábrica para outra dentro de bules de café, dentro dos desenhos..."

Eles decidiram organizar um boicote ao restaurante da empresa. A idéia lhes viera da leitura dos jornais diários, que noticiavam um boicote que os alunos da USP tinham feito ao seu restaurante para baixar o preço. "Vamos fazer igual à USP", dissera alguém, mostrando como eram contagiados por um conjunto de ações que configuravam um quadro de resistência presente na sociedade.

Nesse momento emergiram discussões que, segundo ele, revelavam a existência de "duas visões" entre os operários. Conhecer a divergência é particularmente importante por revelar de que modo a nova valorização das "pequenas lutas" tinha de enfrentar uma anterior concepção sobre seu significado.

"Tinha um outro militante lá dentro — um militante da Oposição, ele achava que era uma besteira fazer esse boicote à comida, porque era lutar por migalhas, o importante era o enfrentamento mesmo, só tinha sentido fazer o boicote à comida na hora do

almoço se fosse seguido de greve. Aí esse companheiro começou a espalhar boletins por conta dizendo que não vamos lutar por migalhas (que) são uns pelegos que estão fazendo isso e vamos fazer o seguinte: 'Todo mundo não vai almoçar, vai em cima pro vestiário, se troca e vai pra casa que é greve'. Era uma maravilha de proposta! Não tinha a ver com a realidade da Arno. Que o pessoal depois de cinco, seis anos tava pensando fazer uma luta, depois daquela marca de deserto absoluto. E o próprio pessoal do grupo isolou esse companheiro. E nós continuamos lutando por migalhas."

No dia fixado fizeram cartazes dizendo: "Hoje ninguém vai comer" para colar nos banheiros. Os guardas iam e retiravam os cartazes e eles voltavam a colar. Na hora do almoço o pessoal não foi comer no restaurante da empresa e encheu os bares das redondezas. Ao sentirem que haviam conseguido agir coletivamente, enfrentando a chefia, ficaram eufóricos. Os efeitos se fizeram sentir: os preços que iriam aumentar ficaram um ano e meio congelados e a qualidade os surpreendeu:

"...strogonoff, bicho! Eu não conhecia. Maçã de sobremesa, Chambourcy de sobremesa, uma maravilha! Duas misturas, duas saladas (uma cozida, uma crua). Ficou uns 6 meses mais ou menos assim. Depois começou a piorar, aí é outra história. Agora, fruto disso aqui, nós formalizamos um grupinho que depois levou várias lutas lá..."⁴⁰

Encontramos aí, de forma viva, a referência à fábrica como um lugar de lutas de classe; as condições fabris como premissas para a constituição de movimentos ativos que produzem ações significativas.

Essas referências foram construídas historicamente. Isso quer dizer que tensões e conflitos semelhantes podiam ocorrer antes sem, no entanto, assumirem a forma de movimentos coletivos, sem serem valorizados enquanto aspectos da constituição de uma identidade de classe, sem serem elaborados na memória coletiva como capítulos de uma luta comum. Foi preciso que, num certo momento, grupos de indivíduos investis-

40. *Idem, ibidem*, pp. 221 e ss.

sem essas possibilidades: (as tensões fabris) desse significado (de processos de constituição de sujeitos políticos), para que elas fossem trabalhadas; para que o que antes era desprezado como "luta por migalhas" se tornasse experiência decisiva de constituição política da classe.

Esse momento se abriu com o golpe militar de 1964, e as alterações políticas dele decorrentes. Trauma histórico, vivido como derrota, como frustração, como desengano, que afeta as formas prévias de expressão do movimento operário. A derrota de 64 alimenta uma onda de críticas não só às orientações partidárias e sindicais até então predominantes como também à própria forma de expressão partidária e sindical, vistas como cupulistas, alheias às condições concretas da classe e de seus movimentos. Além disso, a repressão sistemática às formas conhecidas de organização operária fecha espaços institucionais de expressão coletiva. No caso dos metalúrgicos de São Paulo, o próprio sindicato havia se tornado peça da maquinaria de informações e repressão do regime. Após 68 e o aniquilamento dos grupos de contestação política, é a própria "grande política" que parecia condenada.

É nesse quadro que a luta operária na fábrica é investida como processo de constituição de sujeitos políticos.

Para tal tematização, esses grupos operários encontram as referências da tradição socialista (mais particularmente em sua forma marxista). A fábrica é vista nessa matriz como:

- a) o lugar onde se efetua a exploração dos operários;
- b) o lugar onde se desenvolve uma resistência elementar dos operários a essa exploração, constituindo-se na base de uma luta de classes;
- c) o lugar onde, graças ao trabalho dos operários, se produzem as riquezas da sociedade capitalista.

Dá a referência a si mesmos como membros de uma classe capaz de enfrentar a exploração capitalista e promover uma transformação revolucionária que substitua a sociedade atual por outra, socialista.

Esses temas estão presentes nas elaborações da oposição metalúrgica. Mas, ao mesmo tempo, há um aspecto fundamental da tradição socialista (transmitida pelo marxismo) que é revisto.

Segundo essa tradição, as lutas na fábrica (como qualquer outra luta "local"), deixadas por si mesmas (ou seja, guiadas por sua dinâmica interna), só levam ao aperfeiçoamento do sistema. Por isso, para contribuírem para a transformação social devem enquadrar-se numa "luta global", cujo agente é um partido revolucionário. É este que, enfrentando a dominação no seu ponto nodal — do poder do Estado —, elabora uma estratégia que se alimenta de "lutas locais", mas lhes ordena e dá sentido segundo o fim traçado, da ruptura revolucionária.

Na tematização feita pela oposição metalúrgica falta a referência a esse partido e a essa estratégia, que definiriam o significado, o lugar, o valor das diferentes práticas fabris. Esta ausência decorre do próprio momento histórico vivido, em que partidos e estratégias revolucionárias que, de fora, pretendiam conduzir o movimento operário haviam sido derrotados, dizimados, desmoralizados. Mas essa "revisão" da tradição socialista tem diferentes significados para as diferentes vertentes que compõem a Oposição Metalúrgica. Para a Pastoral Operária, a referência central, que está presente nas ações e seus membros, não é a subordinação das "pequenas lutas" a alguma estratégia predefinida, mas o empenho em estimular movimentos através dos quais se realizem práticas coletivas de afirmação da própria dignidade. É a ausência de qualquer critério externo que avaliase a legitimidade de cada prática local, que lhes permite estimular toda forma de grupalização, de mobilização, desde que reforçasse a solidariedade na luta por seus direitos. Para militantes operários formados na tradição socialista, mas dispersados pelas derrotas das organizações partidárias às quais haviam estado ligados, e desacreditando das propostas partidárias ainda vigentes, permaneciam a referência a um partido e a uma estratégia necessários mas ausentes provisoriamente e deixados entre parênteses. Na falta de um partido e de uma estratégia confiáveis, eles também estimulam toda luta na fábrica na perspectiva da constituição de grupos autônomos. E, finalmente, nós temos os militantes que permaneciam membros de organizações partidárias, portadoras de estratégias que designavam o lugar dessas lutas no movimento político mais geral. Esses grupos tinham uma presença marcante na primeira metade da década, decaindo

progressivamente depois. As estratégias eram as mais diversas, da última dissidência do PCB, que subordinava as mobilizações nas fábricas ao objetivo da retomada do sindicato, aos grupos da esquerda revolucionária que julgavam a importância e justiça de tais mobilizações segundo sua incidência na conformação de uma força social revolucionária que derrubasse o regime. De qualquer forma, é significativo anotar que, conquanto fosse muito importante a presença de destacamentos partidários na oposição metalúrgica, havia uma tal distância entre as referências estratégicas que as informavam e os problemas concretos postos na prática da oposição que era muito fraca a incidência daquelas referências sobre essas práticas.

É nesse quadro que as lutas fabris são assumidas como momentos de auto-afirmação de grupos operários, que vêem nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos. Mas essa atribuição de sentido não pode ser vista como se fosse o ato soberano de um sujeito racional. Ela se realiza no confronto entre diversos agentes — que atribuem significados diversos aos acontecimentos — e no fogo de situações concretas, onde tais significados ganham contornos imprevistos. Assim, as comissões de fábrica, que aparecem como fruto principal das lutas fabris e principal bandeira da oposição metalúrgica, ganham conotações diversas segundo o momento em que aparecem. Elas são, em primeiro lugar, expressão do antagonismo dos operários ante a organização capitalista do processo de trabalho. Aparecem, assim, como agentes de uma ruptura com a ordem dada: ruptura presente em cada luta quando os operários se negam a obedecer a disciplina fabril; ruptura futura, esperada na subversão do sistema. Mas essas comissões são também uma base para a oposição ao sindicato. São às vezes bases e premissas para um outro sindicato, livre da tutela estatal; outras vezes são bases e premissas para uma transformação radical, mas interna do sindicato existente, através de uma vitória eleitoral contra a diretoria. E serão ainda, na conjuntura que se abre em 1978, enquanto porta-vozes dos trabalhadores de cada empresa, interlocutores legítimos para as negociações com o patronato.

Assim, as lutas nas fábricas — e os grupos de base que se constituem com elas — recobrem diferentes sentidos e objetivos:

o antagonismo revolucionário frente ao capital, a proposta de reformas no interior das empresas, a alternativa democrática frente ao sindicato. É o momento em que a oposição sindical se mostra mais ostensivamente, com as greves de 78, quando sua proposta de comissões de fábrica se materializa em várias empresas, é também do auge de uma tensão entre os espaços institucionais que lhe serviam de referência — sobretudo os sindicais — e uma motivação de ruptura presente nas mobilizações fabris.

As comissões de fábrica e o sindicato

Com a onda grevista de 1978-79, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo torna-se um movimento de massas capaz de incidir concretamente nas relações de poder tanto nas empresas quanto no sindicato. Na grande maioria das fábricas paradas entre maio e junho de 1978, os grevistas repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança da Oposição. Em pelo menos 35 empresas as comissões de fábricas foram reconhecidas pelos patrões.⁴¹ Todas as informações confiáveis falam de vitória da Oposição nas eleições para a direção sindical desse ano, fraudadas pela diretoria. O êxito nas greves de maio-junho criou uma disposição de luta na categoria que permitiu à Oposição ocupar virtualmente o sindicato na condução da greve em novembro de 1978 e, depois, em novembro de 1979.⁴² Mas, afinal, as comissões de fábrica serão desbaratadas pela repressão patronal, e a velha direção sindical retomará o controle sobre o sindicato, evidenciando a dimensão dos desafios que estavam postos para a oposição metalúrgica no momento em que seu impulso negador enfrentava as exigências de uma institucionalização.

Ao irromper as greves no ABC, os militantes da Oposição Metalúrgica atuaram divulgando os fatos, exaltando a iniciativa

41. "Reconstrução das lutas operárias", n.º 6, p. 2.

42. *Em Tempo*, n.º 17.

tomada e estimulando ações similares. Na Caterpillar, na Toshiba, na Massey-Ferguson, na Barbara e em várias outras temos relatos de difusão de panfletos ou colagem de recortes de jornal falando das greves que eclodiam. Na Carrocerias Caio já tinha havido uma paralisação no começo do ano, após a morte de um operário por acidente de trabalho, e ela voltaria a parar depois de maio. Os militantes da Oposição foram também focos de aglutinação, num movimento em que se esbanjava disposição de luta sem mecanismos reconhecidos de organização. E eles foram ainda centros de elaboração de propostas de ação e de reivindicação. No próprio conflito, o movimento criava seus organismos, que, embora inspirados pelas propostas da OSM, não corresponderam a elas.

Um dos líderes da OSM lembra-se de uma reunião, quando o grupo da Toshiba comunicou que a greve nessa fábrica estava para "estourar", e eles não tinham clareza se deveriam ou não criar uma comissão de fábrica que assumisse publicamente o movimento. Discutiram a noite toda sem chegar a uma conclusão. A Toshiba foi a primeira fábrica a parar em São Paulo na vaga grevista de maio de 78, e a comissão foi criada.

Assim que começavam as greves no ABC, o grupo de fábrica divulgou boletins narrando os fatos. Estando presentes operários das maiores seções da empresa (usinagem, estamparia e rolamento de motor), elaboraram as reivindicações para uma greve local (21% de aumento, melhoria da comida, das condições de segurança, higiene e atendimento médico). No dia marcado, dia 30 de maio, com uma facilidade que surpreendeu seus organizadores, a fábrica estava parada.

"O gerente de produção, assustado, ia passando de máquina em máquina, de seção em seção. Perguntando por que o pessoal estava parado. Ninguém respondia, mas todo mundo dizia 'acho que é por aumento'."

O relato é de Anísio Batista, torneiro e candidato na Chapa 3 (da OSM) às eleições sindicais daquele ano. E prossegue:

"Logo os homens me chamaram, sabendo que eu era da Chapa 3. Eram os gerentes e perguntaram pra mim por que é que tava todo mundo parado. Eu retruquei que fossem perguntar para a fábrica

toda. Eles mudaram de conversa e disseram que só queriam um meio de entrar em contato com a fábrica, Voltar, os companheiros discutiram e resolveram formar uma primeira comissão".

Como eram 30 os membros dessa comissão, o gerente decidiu fazer a reunião no refeitório, mas então foram entrando outros operários e realizaram uma verdadeira assembléia, com mais de 200. A chefia começou ameaçando, com o advogado proclamando que a greve era ilegal. Os operários, no entanto, não se intimidaram, e aplaudiram Anísio, que perguntou se não era ilegal o salário baixo e o aluguel alto. Depois que a chefia se retirou, os presentes elegeram uma outra comissão, mais representativa. A firma propôs 5% de antecipação e seguir negociando com a comissão, desde que voltassem ao trabalho. A assembléia não aceitou. No dia seguinte a proposta era de 7% de aumento mais 6% de antecipação. A assembléia ainda não aceitou. Até que chegaram à proposta de 10% e então (após 6 dias de greve) os operários fizeram a contraproposta de 15%, que foi aceita, além da estabilidade para a comissão continuar negociando.⁴³

Estão aí presentes alguns elementos que encontramos em quase todas as outras greves metalúrgicas do maio-junho: o efeito estimulante das greves do ABC; a insatisfação represada até então pelo medo da repressão se transforma em disposição de enfrentar o patronato; os membros da OSM tornam-se centros dos movimentos, e as greves se mesclam com a campanha eleitoral no sindicato; não contando com a ajuda da repressão policial como antes e não visualizando os "cabeças", as chefias ficam algo desorientadas, chegando a apoiar a formação de comissões operárias para poderem negociar; e finalmente os resultados, em termos de conquista, são altamente animadores para os operários, cuja autoconfiança aumenta.

Detenhamo-nos num ponto: o das comissões de fábrica. Marca distintiva da proposta das oposições sindicais, a formação

43. *Em Tempo*, n.º 17. Ver também *A greve na voz dos operários*, col. *História imediata*, pp. 37 e ss.

das comissões de fábrica se põe na ordem do dia em 1978, mas não da forma como haviam pensado seus líderes.

O depoimento de um dos principais membros da comissão da Massey-Ferguson expressa bem a situação.

"A gente fez durante muito tempo propaganda da Comissão. Ficou preocupado com a questão da democracia interna da Comissão, a forma de você organizar a comissão. Mas não chegamos no nível da relação política dela com a fábrica, dela com o patrão. Eu me lembro, inclusive, quando a Massey veio oferecer o Estatuto pra gente e a gente não sabia o que fazer com o miserável do Estatuto da Massey. A gente ficou perdido porque não imaginava Comissão com Estatuto."⁴⁴

O que acontecia é que a idéia que tinham da comissão era de um contrapoder que enfrentasse o despotismo da chefia empresarial. Como sentiam que a situação estava muito longe disso — qualquer movimentação interna era tratada como caso de polícia —, os grupos de fábrica atuavam na semiclandestinidadade. A prepotência patronal reforçava a perspectiva revolucionária que informava a liderança operária: as comissões de fábrica só se constituíam ameaçando abertamente todo o sistema.

Quando os patrões, após falhar a hipótese da repressão, procuram os porta-vozes para negociar, formam-se as comissões. A primeira reticência dos operários quando instados a enviarem uma comissão para parlamentar com a chefia deveu-se ao receio de futuras represálias contra aqueles que apareceriam como líderes do movimento. Por isso colocaram como condição prévia para a constituição de uma comissão a garantia de estabilidade (em geral por 2 anos) para seus membros. O processo de escolha da comissão também deu margem a dúvidas. Muitos militantes da Oposição estranharam a idéia de uma eleição geral para designação dos membros da comissão, porque concebiam esta como organismo "mais político" e, portanto, expressão dos núcleos mais combativos. Embora na constituição dessas comissões houvesse uma vontade coletiva de enfrentar a arrogância das chefias

e uma organização do trabalho que lhes era estranha e hostil, o fato é que o objetivo imediato visado pela grande maioria era um reajuste salarial que melhorasse um pouco sua situação econômica. Assim, as comissões formadas no bojo dessas greves foram mais representativas do que esperavam os líderes da Oposição, mas também menos "políticas".

Em face da total incapacidade do sindicato para representar os pontos de vista dos grevistas, as comissões se formam para ser interlocutoras na negociação com o patronato. Negociação difícil, já que punha face a face gerentes acostumados a dispensar sumariamente ou chamar a polícia diante de qualquer movimentação operária e operários acostumados a atuar clandestinamente para proteger-se desse poder mais alto. Quando as comissões de fábrica — razão de ser da Oposição — se espalham pelas grandes fábricas, a Oposição se vê desafiada a tratá-las no ponto de encontro entre a autonomia operária, afirmada na continuidade do conflito de classes, e a institucionalidade trabalhista, onde se regulamentariam as relações de trabalho.

As comissões se constituíram, mas tiveram vida breve:

"... a gente achava que a Comissão surgindo ela realmente passava a ser um pólo que o patrão por um certo tempo não tinha condição de mexer com ela. O que se mostrou na verdade foi que não foi bem isso não. A resposta do patrão foi em cima. Quer dizer, a Comissão que saía e não tinha estabilidade, a partir de um mês depois ela já estava sendo podada mesmo, tava sendo enfrentada violentamente pelo patrão, mandada embora..."⁴⁵

Após a greve de novembro, no momento do dissídio, as dispensas se avolumaram, atingindo particularmente os "cabeças" visíveis. 1.200 operários foram dispensados nas metalúrgicas de São Paulo, cifra alta se se pensar que ainda não havia manifestações de recessão no setor. Mas mais significativo ainda é assinalar como tais dispensas atingiram as comissões. Em balanço feito em janeiro de 1979, constatava-se que: na Ingersol Rand, todos os membros da comissão haviam sido mandados embora, ainda que houvesse um acordo interno assegurando-lhes

44. Depoimento colhido pelo GEP-URPLAN.

45. *Idem.*

estabilidade; na Massey-Ferguson haviam sido demitidos 2 integrantes da comissão que tinham estabilidade por 2 anos; nas demais empresas, onde nem havia acordo de estabilidade, as demissões foram mais maciças; na Caterpillar, os 40 membros da comissão formada em julho estavam reduzidos a 4; na Filtros Man haviam sido demitidos 206 operários, entre os quais todos os membros da comissão; na FSP, toda a comissão fora demitida. Além disso, logo as lideranças operárias demitidas conheceriam na prática o funcionamento das "listas negras" da FIESP: contrariamente ao que acontecia antes, não conseguiam mais empregar-se em grandes empresas, mesmo que fossem trabalhadores qualificados, porque seus nomes estavam nas gerências dessas empresas como indesejáveis.⁴⁶

Assim, as comissões de fábrica, pensadas antes como agentes de uma negação da ordem fabril, afloraram no espaço exíguo de um diálogo desajeitado entre interlocutores mutuamente estranhos — ensaiando uma nova institucionalidade —, e fecharam logo com o fechamento desse espaço pelo próprio patronato.

Um outro desafio que se coloca para a Oposição Metalúrgica é o do próprio sindicato, e se dá em três momentos: o das eleições sindicais de 78, o da greve por ocasião do dissídio da categoria em novembro, e o da greve no dissídio em novembro de 1979.

Uma eventual vitória nas eleições para a direção do sindicato aparecia como a possibilidade de utilizá-lo para a unificação das lutas que então eclodiam nas empresas. A campanha eleitoral se desenrolava paralelamente à onda grevista, e isso reforçava enormemente a Oposição. Segundo muitas evidências, a equipe de Joaquim dos Santos Andrade só venceu desta vez graças a fraudes nas próprias apurações.⁴⁷

Parecia bloqueada a possibilidade de as lutas nas fábricas desaguarem no sindicato. No entanto, as greves nos dissídios

46. *Jornal Dia a Dia*, n.º 1.

47. Veja-se notícias da época em *Em Tempo, Movimento e IstoÉ*.

recolocaram a importância decisiva do aparelho sindical enquanto interlocutor da categoria nos dissídios coletivos.⁴⁸ As greves de 78-79 tiveram toda a sua organização e seu impulso originados dos grupos nas empresas onde a Oposição predominava largamente. Mas elas visavam, para a grande maioria dos seus participantes, a obtenção de melhorias salariais e, por isso, teriam necessariamente de passar pelo sindicato. Em maio-junho de 78, o que ocorre são greves por fábrica, negociadas através das comissões e com participação meramente formal do sindicato.⁴⁹ Mas em novembro já se trata do dissídio de toda a categoria. A Oposição propôs a greve em assembléia do sindicato, obteve sua aprovação e foi ela que organizou a mobilização e paralisação nas fábricas. Foi uma precária ocupação dos espaços sindicais. Não tendo o comando do sindicato, não conseguiram evitar que seu presidente fizesse aprovar, algo sorrateiramente, um acordo que pôs fim à greve.⁵⁰ Para o dissídio de 79, a Oposição se preparou para ocupar todo o espaço possível do sindicato e tomar nas mãos a condução das mobilizações. Toda a sua militância vai às assembléias, e a grande maioria dos membros dos comandos regionais — mecanismo aprovado para descentralizar a organização — são participantes da oposição. Através desses comandos regionais, a mobilização no nível das fábricas encontra um espaço de articulação que passava por dentro do sindicato sem ficar prisioneiro da diretoria. A Oposição assumia a virtual direção da greve. Mas esta já enfrentou um patronato e o governo refeitos da surpresa do ano anterior, apresentando à massa operária a alternativa entre a proposta de uma nova lei sindical, que acabava de substituir o que fora o mecanismo do arrocho, e a repressão, com a dispensa para os grevistas na fábrica e a ação policial contra os piquetes. Apesar do empenho e da combatividade de uma significativa camada de militantes sindicais nas fábricas, a greve

48. V. Telles e E. Sader. "Entre a fábrica e o sindicato, os desafios da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo" in *Desvios*, n.º 1, 1982.

49. Amneris Maroni, *op. cit.*

50. Cf. publicações da época: *Em Tempo, Movimento, Veja, IstoÉ*.

termina derrotada, revelando uma grande distância entre esse setor ativo e a maioria reticente.⁵¹

Entre a autonomia e a instituição

No momento em que a OSM-SP se consolidava enquanto expressão política dos metalúrgicos em luta, o desafio central que ela enfrentaria era o da vinculação entre a organização autônoma nas fábricas e a intervenção unificadora no sindicato. Era um velho tema, presente desde sua formação, mas agora reposto após a experiência das greves.

Desde o início dos anos 70, embora a marca distintiva da OSM fosse a organização pela base e a crítica à estrutura sindical, uma parte muito importante de suas atividades tinha o sindicato como referência. Eram as campanhas salariais, as eleições sindicais, as assembleias. Além disso, os militantes da OSM viam o sindicato como um lugar natural de convergência de movimentações dispersas. Nas palavras de um deles, o sindicato

"era o único espaço de contato com a categoria. Por exemplo (...) todas as 6.^{as} feiras, quase toda a oposição se encontrava na porta do sindicato, no bar do sindicato (...) até as oito e meia tava lá batendo papo no sindicato com o pessoal trocando idéias, conversando com o pessoal novo".⁵²

Outra ocasião de contatos era os cursos de formação sindical organizados na sede da entidade. Assim, se o sindicato era uma referência negativa (não cumpria a função que deveria cumprir e ainda tornara-se centro de delações), era também lugar necessário de reunião da categoria nos momentos de dissídio coletivo (momentos, por excelência, em que a categoria se via como um coletivo), pelo poder de representação outorgado pela

51. *Idem*. Ver ainda, da própria OSM, "A lição da greve". E de P. Sandroni e E. Sader, "Lutas operárias e táticas da burguesia — 1978/1980" in *Cadernos PUC*, n.º 7.

52. Depoimento colhido pelo GEP-URPLAN.

legislação e reconhecido — mesmo quando a contragosto — pelos trabalhadores. E era enfim lugar de encontro entre trabalhadores de diversas fábricas, que iam até a sede por mil motivos diferentes.

Já vimos como a Oposição Metalúrgica se consolida num outro espaço — o dos conflitos fabris —, onde se constituem grupos autônomos formados fora da institucionalidade, na sua própria prática. O problema que se colocou em 1978-79 foi que, precisamente, seu fortalecimento levou-a a colocar-se o objetivo de coordenar as lutas de toda a categoria. Era consenso entre os membros da oposição que tal coordenação passava, de algum modo, pelo sindicato. Mas de que forma? Como articular o impulso vital dos conflitos fabris com a exigência de uma institucionalização que passava pelo sindicato? As divergências que afloraram em torno desta questão evidenciaram os desafios postos.

Na abertura do I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo,⁵³ cerca de 1/4 dos delegados retirou-se, não aceitando suas deliberações. Os motivos imediatos levantados pelos dissidentes referiam-se a:

1: a data do congresso coincidir com uma greve no ABC, o que exigiria que todos os esforços estivessem voltados para o apoio àquela luta;

2. a discordância sobre o caráter do congresso, que, segundo eles, não deveria impor as decisões da maioria.

Mas esses motivos imediatos já se relacionavam com divergências mais fundas acerca do próprio significado e do papel da oposição, o significado das comissões de fábrica e do sindicato.

Entrevistados alguns dias depois pelo jornal *Em Tempo*, dois "dissidentes" explicariam suas razões. Diziam opor-se à

53. Os delegados distribuíam-se do seguinte modo, segundo os setores: 17 delegados do setor sul 1 (Socorro); 12 delegados do setor sul 2 (Santo Amaro); 17 do sudeste (Ipiranga); 12 de Campo Limpo; 12 da Cidade Ademar; 12 da Mooca; 15 da Penha. Retiraram-se: todos os delegados presentes do setor Socorro, a metade da Cidade Ademar e 3 delegados da Penha.

tendência majoritária no sentido da criação de uma estrutura centralizada para a OSM, que obrigasse a minoria a aplicar as decisões da maioria. Denunciavam aí uma "prática de sindicalismo paralelo". Reafirmavam sua oposição à estrutura sindical vigente, mas consideravam que o caminho para mudá-la passava pela ocupação dos sindicatos existentes.

Na mesma página desse jornal, membros da maioria expuseram sua versão e seus pontos de vista. Defendem a necessidade de uma estrutura mais rígida para a OSM. Defendem-se da acusação de pretenderem criar um sindicato paralelo, mas argumentam que precisam ter uma prática independente e deitar raízes dentro das fábricas.⁵⁴

Nas teses aprovadas, define-se a OSM como tendo o papel de "desmantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica".⁵⁵ Haviam pontos básicos aceitos por praticamente todos: o combate ao estatuto padrão e ao imposto sindical; a importância decisiva das comissões de fábrica como mecanismo de democratização do sindicato.

Na divergência central sobre a atuação no sindicato existente, cada uma das partes olhava para um aspecto diferente da questão. A minoria apontava para o fato de que o sindicato era a referência necessária para a massa dos trabalhadores. A maioria assentava-se sobre a experiência dos grupos organizados nas fábricas que, justamente por terem disposição de luta, não tinham confiança no sindicato. A preocupação deveria ser a de vertebrar esses setores, para que tivessem condições de assumir a condução das lutas.

As divergências eram de peso e remetiam à relação entre a organização autônoma nas fábricas e a atuação no interior dos sindicatos existentes. Mas já se observa que essas diferenças são recobertas por uma tendência presente em uns e outros; a de tomar o espaço unificador do sindicato como referência principal para o movimento. Mesmo o setor majoritário, que

pretendia o "desmantelamento da atual estrutura sindical", organiza-se para ocupar o lugar do sindicato vigente. Vale dizer: se o sindicato existente aparecia como agência espúria do ministério, o que cabia fazer era substituí-lo por um outro, democrático, com bases nas fábricas, livre da tutela governamental.

Ficava para trás todo um período de formação desse movimento: aquele no qual as lutas nas fábricas e as comissões de fábrica eram assumidos como processos de constituição de sujeitos políticos, valorizados por si mesmos. Agora, quando a Oposição Sindical Metalúrgica se constituía como organização pública, com força para disputar a representação da categoria, ela reafirma a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo. Mas é a transformação deste — ou seja, a incidência na institucionalidade — que passa a ser o seu objetivo central.

O movimento de saúde da periferia leste

Na formação do movimento de saúde da zona leste acompanhamos um processo pelo qual uma carência é percebida como negação de um direito que provoca uma luta para conquistá-lo. Nesse processo, impulsionado principalmente por um núcleo de donas de casa de alguns dos bairros mais pobres da periferia leste da capital, detectamos a presença de dois outros agentes cuja intervenção foi decisiva: a Igreja Católica e um grupo de médicos sanitaristas.⁵⁶

A Igreja forneceu os primeiros elementos para a elaboração da própria noção de direitos. Os médicos sanitaristas permitiram que a população interessada na questão apreendesse os mecanismos concretos através dos quais poderia pressionar as autoridades públicas no sentido da conquista de suas reivindicações.

56. Ver E. Nunes e P. Jacobi, "Movimentos por melhores condições de saúde: zona leste de São Paulo — A Secretaria da Saúde e o povo", mimeo, ANPOCS, 1981.

54. *Em Tempo*, n.º 62.

55. *Coletânea de documentos do I Congresso...*, *op. cit.*

A noção dos direitos a partir das comunidades de base

As comunidades de base tiveram um rápido crescimento, durante a década de 70, na periferia leste da capital, justamente nos bairros mais pobres do município.⁵⁷ Desde o início da década já havia um núcleo da Pastoral Operária atuando a partir da igreja de São Mateus. Os militantes da Pastoral Operária visavam tanto a organização nas fábricas como nos bairros. Diferentes formas de manifestação das classes populares — que poderiam expressar diferentes aspectos de suas condições de existência — se cruzavam através das comunidades eclesiais.

Veja-se o exemplo de Zico, que viera da roça com 24 anos. Com 20 anos fora eleito tesoureiro do sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Fé do Sul. Tivera seu mandato cassado em 1969 e então viera para São Mateus. Encontrou emprego numa metalúrgica e tornou-se ferramenteiro. Integrou-se na Pastoral Operária e na Oposição Sindical. Mas também, a partir da comunidade de base, desenvolvia atividades no próprio bairro.

"Em 72 nós fizemos a primeira comemoração do 1.º de maio, assim, que eu me lembro, que a gente conseguiu juntar, naquela época, contar a história do 1.º de maio prum monte de camponês que nunca tinha ouvido falar disso, nego que tinha vindo da roça, que São Mateus era um bairro que tava todo mundo chegando aii..."⁵⁸

Nas reuniões da comunidade local lembrou a experiência de compras de produtos agrícolas feitas coletivamente entre os roceiros de Santa Fé do Sul. Aí então um grupo de 12 famílias da comunidade resolveu refazer a experiência. Organizaram um grupo de "compras comunitárias". O objetivo visado era estimular a ajuda mútua diante de um problema prático do abaste-

57. O movimento de saúde se concentrou mais nos bairros do distrito de Itaquera. Cabe aqui tentar esclarecer as denominações das localidades nomeadas. Itaquera, além de ser o nome do distrito, designa também um bairro que o integra. Aliás, nas referências da população local, quando falam em Itaquera estão pensando no bairro e não no distrito. São Mateus é um outro bairro localizado no distrito de Itaquera. Jardim Nordeste, um outro.

58. Depoimento dado ao autor.

cimento doméstico, ao mesmo tempo que refletiam sobre a questão da carestia e davam um caráter concreto ao ideal professado da fraternidade. A experiência começou em 1974. Zico foi coordenador do grupo e, por isso, quando se formou o Movimento do Custo de Vida, ele também passou a ser responsável local.

A chegada de dom Angélico Sândalo, nomeado bispo da região em 1975, parece ter dado um grande impulso ao trabalho das comunidades no sentido de despertar a disposição de lutas pelos direitos da população. Na memória de Virgínia, que participava em outra comunidade de São Mateus, foi por volta de 1975 que ela sentiu a mudança de um trabalho mais assistencialista para outro "de reivindicação".

"...começou justamente pela área da saúde. Então a gente via ali que era um bairro enorme e não tinha nenhum centro de saúde, não tinha hospital, não tinha nada. Então o que que nós ia fazer? Visitar o pessoal pra levar comprimido? Nós tava vendo que não era por ali. Que era de direito do povo que tivesse um mínimo de assistência médica. Aí eu já sabia que tinha que ter mesmo. Então a gente partiu pra uma pesquisa no bairro e vimos que as mães pegavam até dois ônibus pra vacinar uma criança. E a gente percebia que as mães deixavam até de levar o filho pra vacinar, que era o básico, porque não dava, indo muito cedo pra outros bairros, como por exemplo pra Penha, Vila Formosa, Carrão, que elas iam. Então a gente, através dessa pesquisa, começou a organizar o povo e já vir direto no Distrito, ia na Regional, depois da Regional partimos pra Secretaria..."⁵⁹

Convencidas já dos direitos que deveriam ter, elas buscam, através das pesquisas, conhecer concretamente as necessidades sentidas pelas demais moradoras. A pesquisa não era apenas um meio de constatar a realidade. Era um modo de, reunindo os depoimentos individualizados de muitas pessoas, torná-los uma demanda coletiva, com visibilidade pública.

Reivindicações em torno dos serviços de saúde já haviam sido levantadas antes. Em 1972 um grupo de mulheres do Jardim IV Centenário, vila do bairro de São Mateus, havia

59. Depoimento dado ao autor.

começado a debater a falta de hospitais e centros de saúde na região. Depois de várias reuniões na igreja, elas foram em comissão até a Secretaria da Saúde levar a reivindicação de um centro de saúde para o bairro.⁶⁰

Tudo indica que o movimento ganhou corpo com a chegada de médicos que se vincularam às comunidades, transmitindo-lhes conhecimentos sobre as enfermidades e suas causas, sobre as condições sanitárias, os cuidados com a saúde e, particularmente, sobre aquilo que o Estado deveria assegurar para a população. No caso da saúde, os médicos dispunham de uma autoridade moral que dava ressonância às suas palavras. Por volta de 1975 alguns médicos, estudantes de medicina, enfermeiras, começam a apoiar as atividades da Pastoral da Saúde. Visitaram favelas, efetuaram pesquisas para saber quais eram as doenças de maior incidência, promoveram cursos de primeiros socorros, organizaram orientações a gestantes, convocaram assembléias para a discussão das carências nos serviços da saúde.⁶¹

No Jardim Nordeste, bairro de Itaquera, tinha havido uma primeira movimentação em 1974. Estudantes de medicina que impulsionaram o trabalho a partir de 1976 procuraram se informar acerca dessa primeira experiência e concluíram ter se tratado de um encaminhamento burocratizado, sem qualquer força de pressão.

"Começou uma discussão de por que o abaixo-assinado não tinha dado certo até então. E com essa discussão o objetivo principal foi mostrar que o abaixo-assinado não reflete o grau de organização dos moradores. Quer dizer, uma pessoa pode assinar um abaixo-assinado e se acomodar e isso de forma alguma pressiona as autoridades. Na medida em que as autoridades percebem que por trás do abaixo-assinado os moradores continuam organizados, estão conscientes do seu direito, se mobilizam, pressionam por aquele objetivo, então aí sim ele vai ter um significado maior."⁶²

60. P. Vale, "Em São Mateus, prossegue a luta contra falta de assistência médica", *Folha de S. Paulo*, 9/4/84.

61. J. C. Petrini, *op. cit.*, pp. 98 e ss.

62. Depoimento dado ao autor.

O depoimento anterior, de um daqueles estudantes, já expressava certa visão crítica dos encaminhamentos anteriores propostos pelos agentes pastorais. No caso, considerava que o "abaixo-assinado" havia se tornado uma rotina sem maior eficácia além da auto-satisfação dos seus promotores. Porque ele havia simplesmente sido entregue a um agente pastoral, que o enviou às autoridades.

Eles eram quatro estudantes e uma professora, dando atendimento num ambulatório improvisado nas dependências da igreja. Tinham consciência da precariedade do atendimento dado, mas foi a partir dele que criaram condições para iniciar discussões com a população a respeito da luta por melhores condições de serviços de saúde.

No depoimento de uma das mulheres que assumiram a liderança do movimento, temos o registro do seu começo, do modo como ele foi vivido. É Zulmira, moradora do Jardim Nordeste, em depoimento dado ao Grupo de Educação Popular da URPLAN-PUC:

"Antes nós só tínhamos participado em grupos de igreja. Lá a gente só rezava, rezava, e aquilo não me satisfazia (...). Não estava levando a nada. Vinha o pessoal da favela e contava as misérias, né? Aí a gente juntava as mulheres e dizia: 'Na próxima reunião cada uma traz um quilo de qualquer coisa pro pessoal da favela, tá?' As mulheres traziam com muito gosto, mas não resolvia nada. As crianças morrendo, muitos doentes e sem atendimento médico. Até dinheiro a gente dava pras mães levarem as crianças no pronto-socorro do Tatuapé, que era o mais perto que tinha, sabe? Ou no centro de saúde da Vila Ré, que também é muito longe do Jardim Nordeste. (...) Teve uma vez que passaram um abaixo-assinado na igreja, não me lembro mais quando foi isso, só sei que foi levado por uma pessoa na Secretaria da Saúde. E ficou lá engavetado.

Foi em 1976 que a gente resolveu lutar pela conquista de um centro de saúde. Neste ano apareceram no Jardim Nordeste a chamado de dom Angélico uns estudantes de medicina para atender principalmente o pessoal da favela. Um dia passaram um filme que mostrava as principais doenças que atacam os trabalhadores brasileiros e suas famílias — epidemias de tuberculose, sarampo, hepatite, além de verminose, diarreia, doença de Chagas, malária, etc.

E nós (...) fomos vendo tudo aquilo; o perigo que se corria aqui, né? Pois não tinha nada, nenhum médico particular, quanto

mais um posto de saúde. Então a mulherada foi pra casa pensando: a gente tem que fazer alguma coisa, mas como é que nós vamos fazer? Marcamos a primeira reunião na minha casa pra conversar e arrumar uma solução para os problemas, né? Daí saiu a idéia de um posto de saúde e a vontade da gente lutar por um posto de saúde".⁶³

A passagem da fase centrada na caridade cristã para uma outra centrada na reivindicação dos direitos se deu no momento em que puderam se informar sobre os serviços de saúde.

O empenho dos sanitaristas

Em 1976 chegaram à periferia os primeiros médicos sanitaristas da Rede Pública da Secretaria da Saúde do Governo do Estado. Eram 50, e entre eles os considerados "de esquerda" predominavam amplamente. Eles até contrastavam com a maioria das outras especialidades, que era indiferente politicamente ou mesmo conservadora. A medicina sanitária, cuidando das condições gerais da saúde, atraía aqueles já preocupados com a prevenção social das enfermidades, ou, então, acabava provocando posturas críticas em relação às condições existentes. A postura dominante entre eles era de levar à população conhecimentos sobre as causas sociais das doenças; difundir a idéia dos serviços de saúde como um direito da população e não um favor dos governantes; batalhar por um bom serviço público de saúde, opondo-se à privatização. Queriam servir à população e não tinham, em sua maioria, pretensões vanguardistas. Ainda assim, é difícil não perceber a grande importância que tiveram.

De início, eles já chegavam para a população detendo uma grande carga de autoridade moral, tanto pela qualidade de médicos quanto pela de agentes da administração pública. A disposição demonstrada por alguns, entre eles, de colocar seus conhecimentos a serviço da organização popular, desempenharia um papel decisivo na consolidação do movimento.

63. Cit. in *Que história é essa?*, n.º 1, 1984, GEP-URPLAN, p. 30.

Na figura deles, realizava-se assim um tipo particular de imbricação entre o aparelho de Estado e os movimentos populares.

Ao assumir a Secretaria da Saúde pela segunda vez, em 1975, o dr. Walter Leser procurou efetivar seu plano de expansão da rede de postos de saúde, projetada em sua primeira gestão (1967-71) e no fundamental frustrado. Mas em 1974 o sistema da saúde pública entrara virtualmente em colapso. Estatísticas apontavam aumento das taxas de mortalidade infantil, paralelo ao período do chamado "milagre econômico". Por outro lado, a irrupção da epidemia de meningite naquele ano punha a nu as deficiências básicas das instituições de saúde na metrópole.⁶⁴ Ainda desta vez o plano de expansão da rede pública de postos de saúde ficaria muitíssimo aquém do projetado. Mas um dos aspectos que foi implementado, então, pela Secretaria da Saúde, foi o da criação da carreira de médico sanitarista.

"A importância deste fato configura-se em ser o sanitarista aquele responsável pelo atendimento imediato à população, tendo como local de trabalho o próprio bairro. Distingue a formação dos médicos sanitaristas sua atenção à problemática sócio-econômica da população a ser atendida e as relações entre 'condições de vida' e determinadas doenças. Preocupa-se, assim, não apenas com a saúde de 'um paciente' em particular, mas com a de toda uma comunidade."⁶⁵

Entre estudantes e professores do curso de medicina preventiva, movidos pela crítica aos padrões privatistas do sistema de saúde imperante no país, havia muitas dúvidas acerca das possibilidades de trabalho na Secretaria da Saúde. Ouçamos o relato de um sanitarista que iria em seguida para Itaquera:

"(...) no final de 75 eu e mais um grupo grande de estudantes de
"...no final de 75 eu e mais um grupo grande de estudantes de

64. P. Jacobi, *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no município de São Paulo 1974-1984*, tese de doutorado, USP, 1985, pp. 153 e ss.

65. E. Nunes e P. Jacobi, *op. cit.*, p. 38.

Secretaria da Saúde (...) com a idéia de fazermos o curso de saúde pública e nos integramos na Secretaria da Saúde para desenvolvermos um trabalho a nível de saúde pública no Estado de São Paulo. Houve uma polêmica na medicina preventiva porque os professores achavam que a Faculdade de Saúde Pública era uma faculdade burocrática, que na Secretaria da Saúde não era possível se atuar por dentro. Porque eles davam mais importância à atuação com os alunos e atuações paralelas ao sistema de saúde. Então, nós, estudantes de medicina preventiva, não concordamos com o professor e os residentes mais velhos e fomos fazer o curso de saúde pública e depois, em 76, fizemos o concurso para médico sanitário — primeira turma que fez o concurso pra médico sanitário na Secretaria da Saúde — e fomos trabalhar nos centros de saúde na rede pública da Secretaria da Saúde de São Paulo".⁶⁶

Ele foi para o centro de saúde de Itaquera, sua companheira para o de Guaianazes e um outro colega para Ermelino Matarazzo. Dessa turma eram esses três que foram para a zona leste.

Eles logo entraram em contato com os estudantes de medicina que estavam no Jardim Nordeste, cujo trabalho já conheciam. Reuniam-se freqüentemente para discutir o trabalho desenvolvido. Eram todos de esquerda e viam nessa atividade uma forma de contribuir para a organização popular, diversa da que havia predominado no "período vanguardista". Definiram uma estratégia com três orientações básicas:

"Primeira direção: procurar contato com os grupos de trabalhadores e donas de casa organizados na região, pra fazer um trabalho na área de saúde e ajudá-los no seu processo de organização e consciência.

Segunda: trabalhar com os funcionários, médicos, atendentes, enfermeiras, no sentido de formar uma consciência e partir para uma organização sindical desses trabalhadores da área da saúde, procurando inclusive fazer o entrosamento entre a população e os servidores (...)

E o terceiro caminho era procurar atuar na questão da saúde pública propriamente dita: a expansão de serviços e planejamento".⁶⁷

66. Depoimento dado ao autor.

67. *Idem*.

Na luta pelos postos de saúde, a formação das comissões

As comissões de saúde surgiram do encontro entre esses sanitaristas animados da vontade de contribuir para a organização popular no campo da saúde pública e um grupo de mulheres que já havia formulado uma noção de seus direitos a partir das comunidades de base. Na medida em que propuseram objetivos e formas de ação que correspondiam a aspirações e disposições presentes em amplos setores da população, eles constituíram efetivas organizações de massa.

A reivindicação de postos de saúde e melhorias no atendimento já existia mesmo antes da chegada dos estudantes de medicina e era um tema importante no cotidiano daqueles grupos populares. Os médicos não levaram a questão, mas certamente permitiram que ela fosse formulada de um modo mais preciso. Ao subsidiar os moradores na formulação da reivindicação e no modo de chegar às autoridades, os médicos aceleraram um processo de aprendizagem das modalidades de enfrentamento da burocracia estatal.

A predominância das mulheres no movimento se explica pelo fato de serem elas que normalmente se incumbem dos cuidados com a saúde dos filhos, tendo de ir atrás dos postos de saúde, despertaram mais para o problema.

As primeiras comissões de saúde se formaram em 1977. Primeiro no Jardim Nordeste, depois em São Mateus.

No Jardim Nordeste, os estudantes de medicina que atendiam a população no ambulatório da igreja começaram a reunir-se com um pequeno grupo de mulheres para discutirem os meios de melhorar os serviços de saúde no bairro. Um dos estudantes diria depois que,

"no começo, as reuniões eram extremamente dispersas. Você notava que na reunião estava sendo muito mais importante a dinâmica interna da reunião — as pessoas terem a oportunidade de conversar, se ver, sair um pouco daquele ambiente familiar opressivo de

apenas cuidar da casa —, já que a composição da comissão de saúde sempre envolveu mais a participação de donas de casa...⁶⁸

Avaliaram a experiência anterior do abaixo-assinado, que ficara engavetado. Foi explicado a diferença entre posto de saúde, pronto-socorro e hospital. Discutiram o que era mais necessário e o que seria possível conquistar, levando-se em conta os interesses que agiam sobre a Secretaria da Saúde e a força dos moradores. Os estudantes falaram sobre o trabalho de prevenção das doenças e sobre a necessidade de um atendimento público e não privado. Concluíram que deveriam começar lutando por um posto de saúde no bairro, e que para isso seria indispensável mobilizar os moradores para pressionar diretamente as autoridades, expressando vivamente sua disposição.

Formou-se um grupo de cinco mulheres, mais interessadas na questão. Reuniam-se cada três semanas numa sala da igreja local, mas já não era uma organização da igreja. Era a primeira comissão de saúde. Os estudantes propuseram que fosse aberta a "todas as religiões, todos os credos e pensamentos", e a sugestão foi aceita.

Percorreram o bairro em busca de apoio. Para isso fizeram um jornalzinho contando a intenção do grupo, usado para discussão na vizinhança.

"As pessoas pediam pra ceder as casas e nas casas o jornalzinho era distribuído com antecedência — quatro ou cinco dias antes —, pediam pras pessoas lerem e na reunião alguém lia o jornalzinho e havia uma discussão em cima dele."⁶⁹

Decididas a batalhar pela instalação do posto de saúde no bairro, foram primeiro ao distrito sanitário de São Miguel Paulista, ao qual estava subordinado o atendimento do Jardim Nordeste. Depois dirigiram-se ao departamento sanitário de Guarulhos, ao qual se subordinava o Distrito de São Miguel. Começavam o aprendizado dos labirintos burocráticos. No início

68. *Idem*.

69. *Idem*.

se perdiam, se impressionavam com os sinais de poder ostentados no tamanho das salas, no luxo das cadeiras, na espessura dos carpetes, na sofisticação da linguagem dos funcionários. Mas discutiam cada experiência e extraíam lições.

O chefe do departamento sanitário de Guarulhos disse-lhes que procurassem uma casa onde pudesse ser instalado um centro de saúde. Elas encontraram uma casa de acordo com as exigências, comunicaram o fato e receberam a promessa que ele seria inaugurado em março de 1977.

"No dia marcado para a inauguração, 150 mães com os seus filhos e os registros estavam em frente ao posto de saúde esperando o início das matrículas. Só que a casa alugada para ser o posto de saúde não tinha nada dentro, nem móveis e nem material. Ninguém da regional de saúde compareceu pelo tempo para explicar aquelas mães o que estava acontecendo."

Se tinham ido 150 mães é porque a comissão de saúde havia distribuído convites à população. E naquele mesmo dia da inauguração frustrada elas iniciaram um outro abaixo-assinado, procurando comprometer as presentes com a luta pelo posto de saúde.

"Fomos pra todo canto pegar assinaturas: na porta da igreja, nas casas, nas feiras, no supermercado (...). Quando nós estávamos com 2.000 a 2.500 assinaturas, telefonamos de novo pro dr. Jackson e falamos: dr. Jackson, o senhor falou. O senhor prometeu a inauguração pra tal data e o senhor não fez. O povo está revoltadíssimo aqui no bairro, nós já temos 2.500 assinaturas e vamos alugar um ônibus e vamos até a Secretaria da Saúde."⁷⁰

Em face de tão sombria perspectiva, o dr. Jackson comunicou que não seria preciso irem até a Secretaria, porque já estava sendo providenciado um lugar melhor para a instalação do centro de saúde do Jardim Nordeste. Finalmente, em março de 1978, abriram o posto de saúde.

A abertura do posto de saúde foi sentida como uma vitória da mobilização promovida pela comissão de saúde. Ao lado da

70. Cit. in *Que história é essa?*, op. cit., p. 31.

placa oficial levada pelo governo para a inauguração, os membros da comissão colocaram uma outra, registrando que sua instalação havia sido uma "conquista do povo". Mas não se satisfizeram com o posto instalado.

Desde a abertura elas se deram conta da precariedade do posto. As mulheres que chegavam reclamavam muito das filas, da falta de vacinas, das exigências burocráticas para matrícula. As queixas tendiam naturalmente a provocar conflitos entre os funcionários do posto de saúde, de um lado, e a clientela, de outro. A comissão procurou discutir os problemas, unindo funcionários e clientela para defenderem conjuntamente a obtenção de melhores condições de atendimento.

Formularam um outro abaixo-assinado exigindo mais médicos, mais funcionários, mais matrículas, mais vacinas, mais leite e o direito de participarem na gestão do centro de saúde.

É nesse momento que o movimento ganhou um caráter de massa, com visibilidade pública. Em outubro de 1978 realizam uma grande assembleia, que a comissão preparou com grande cuidado, convocando os moradores, os grupos populares organizados da região e mesmo as autoridades. Foi um momento de apresentação coletiva das reivindicações e afirmação de uma disposição de luta. Em seguida a Pastoral da Saúde da Região Episcopal Leste 2 promoveria a I Reunião da Saúde da Zona Leste, com a participação de todos os grupos organizados da região em torno do tema. Cerca de 700 pessoas estiveram presentes na igreja do Cangaíba e, entre as delegações presentes, esteve a do Jardim Nordeste.⁷¹

É também nesse momento que iniciam a experiência das "caravanas" até a Secretaria da Saúde, onde realizam verdadeiros confrontos com as autoridades. Levam reivindicações, cobram promessas, arrancam compromissos. Na medida em que suas demandas não são mais enviadas por intermediários, mas apresentadas diretamente, elas permitem um aprendizado sobre os mecanismos e astúcias dos governantes e um conhecimento de suas próprias forças e fraquezas. Em outubro uma caravana

71. Ver Samira Zaidan, "Não há médico ou santo que dê saúde ao povo" in *Em Tempo*, n.º 40.

de 55 mulheres alugou um ônibus para levar ao secretário da Saúde as reivindicações do movimento, num abaixo-assinado com quase 4 mil assinaturas.

Em 1977 uma freira, que tinha se especializado em enfermagem e atuava nos bairros de São Mateus e IV Centenário, convidou os sanitaristas que tinham vindo trabalhar na região para que fizessem algumas palestras sobre saúde para grupos de comunidades de base. Um grupo do bairro de IV Centenário, depois de muita luta, havia conseguido a instalação de um centro de saúde, mas ele se encontrava fechado. Foram feitas palestras em toda a região sobre desnutrição, verminose, tuberculose, e havia um grande interesse por parte da população. Dessas discussões surgiram comissões de saúde em bairros da região. Seus primeiros participantes eram membros de comunidades de base. Mas, ao se constituírem como comissões de saúde, começaram a fazer reuniões específicas sobre o tema e a incorporar pessoas que não eram das comunidades de base. E formalizaram a independência das comissões em relação à Igreja.

Um médico que impulsionou esse trabalho lembra que, algum tempo antes, tiveram problemas com o pessoal da igreja de São Miguel.

"... nós fomos convidados pra uma reunião com eles, com outro grupo político de esquerda que atuava em Cangaíba, e o pessoal da igreja de São Miguel Paulista. Então, nessa discussão, logo em 76, 77, a posição desses companheiros que estavam em Cangaíba e a posição das próprias freiras da chamada Pastoral da Saúde, é que nós deveríamos nos incorporar na Pastoral da Saúde. Eu defendi a posição diferente (...) a gente deve formar um movimento social amplo, em relação à questão da saúde, que permita a participação de todas as faixas da população, independente da religião e da posição política. Por quê? Porque há espaço para isso e eu, não sendo católico, não sendo cristão não achava correto ficar numa pastoral que tem atividades que são de evangelização (...) O correto seria ter um movimento social amplo e a Igreja e as comunidades e os grupos políticos participarem conjuntamente. Bom, eu me lembro que essa posição foi exercida. As freiras ficaram com raiva (...) o outro grupo político falou que isso era purismo, era baboseira, e eu fiquei fora dessa articulação lá em São Miguel por causa disso."⁷²

72. Depoimento dado ao autor.

Ele não teve o mesmo problema em São Mateus. O pessoal da igreja considerou que suas ponderações eram justas, e o movimento deveria ser independente e não confessional.

Mas, quando dizia que o movimento deveria ser amplo, tratava-se para ele de uma concepção mais geral sobre o trabalho a ser desenvolvido. Ele expõe três diretrizes que haviam estabelecido para o movimento:

"Primeira diretriz: que o movimento tinha que ser de massa, tinha que ser um movimento amplo e não um movimento que privilegiasse um ou outro companheiro trabalhador, dona de casa, que despontasse como a vanguarda do movimento. (...) A prioridade era que o movimento fosse o mais amplo possível, pra atingir o maior número de pessoas possível. Segunda questão importante é que nós (...) enquanto pessoas mais politizadas ou com maior experiência política e com maior número de informação, inclusive na área da saúde pública (...) não procurávamos atuar como lideranças do movimento, determinando, sugerindo caminhos de forma incisiva. A estratégia nossa era que o pessoal experimentasse. Procurávamos discutir. Procurávamos dar as informações, mas assumíamos as decisões que eram tiradas em maioria, mesmo que nós tivéssemos algumas dúvidas de sua eficácia. (...) Um terceiro ponto importante (...) foi o peso que era dado a vitórias concretas. Então a preocupação principal não era fazer grandes denúncias, fazer manifestações no sentido de fazer denúncia política. A preocupação era ter vitórias concretas. Conseguir melhorar o centro de saúde onde ele existia. Conseguir o centro de saúde onde não existia, e assim por diante. (...) Para que o pessoal provasse o gosto de que sua força — que é a união e seu movimento — dava resultados concretos..."⁷³

As comissões procuraram conhecer quais eram as necessidades da população na área da saúde. Em 1978 realizaram uma ampla pesquisa, em que foram entrevistadas 3 mil famílias. Com as informações reunidas sentiam-se fortes para fundamentar suas reivindicações.

No dia 27 de maio de 1979 realizaram uma grande assembleia pública do movimento de São Mateus, com a presença de quase mil pessoas. O secretário da Saúde esteve presente e ouviu as reivindicações apresentadas por representantes de 11 bairros

73. Depoimento dado ao autor.

de São Mateus: a) a melhoria imediata dos poucos postos de saúde existentes na região; b) a construção de novos centros; c) de um pronto-socorro com maternidade; d) de um ambulatório do Inamps; e) a eleição de um conselho de representantes das comunidades para fiscalizar o funcionamento destes órgãos.

Entre o Movimento e o Estado, os conselhos de saúde

Não foi pacífica a decisão de reivindicarem a fiscalização dos centros de saúde. Algumas participantes das comissões consideravam que isso era responsabilidade do Estado, e elas não deveriam assumir esse trabalho. Mas a maioria viu a uma forma de aumentar o poder da própria população e, com isso, incidir sobre as relações políticas. Era um outro modo de fazerem a população participar da política, porque não se referia a temas abstratos e uma representação institucional, mas a uma participação direta a partir de um tema concretamente vivido.

De qualquer modo, essa contradição se reproduziria frequentemente na história do movimento. Na medida em que ele se ampliava, incorporava setores que se moviam apenas pela obtenção estrita de algumas melhorias materiais. Em face destes, havia aqueles que se colocavam já o objetivo de alterar seu papel na sociedade, de fazer com que o povo participasse nas decisões, de transformar as relações sociais.

O fato é que as comissões decidiram lutar pela formalização de conselhos populares reconhecidos em sua função de fiscalizar e controlar o funcionamento dos centros de saúde. Uma vez mais as pioneiras foram as do Jardim Nordeste.

Os membros da comissão de saúde descobriram na Secretaria da Saúde um decreto autorizando a criação de conselhos comunitários para atuar junto aos centros de saúde. Segundo o estipulado, esses conselhos seriam integrados pelos "notáveis" do bairro, como o delegado de polícia, o presidente do Lions Club ou do Rotary, diretores de escolas, políticos. A comissão de saúde quis aproveitar a brecha da sugestão legal para propor uma outra alternativa: um conselho formado pelas pessoas que se serviam dos centros. O conselho deveria ser representativo

da população e, por isso, eleito por voto direto. Mas deveria também ter autoridade para fiscalizar os centros, e por isso ser reconhecido pela Secretaria.

Assim, aquela delegação de mulheres do Jardim Nordeste, que, em outubro de 1978, levava as reivindicações do movimento ao Secretário da Saúde, já colocara a reivindicação de participarem na gestão do centro de saúde. O secretário referiu-se ao decreto já existente sobre os conselhos, e elas já tinham informação sobre o assunto. Já sabiam também da concretização de um primeiro conselho constituído nesses moldes, no município de Mauá, em que seus membros eram escolhidos entre a elite local: delegado de polícia, vereadores, médicos, advogados, diretor de escola pública, membro do Rotary etc. Elas argumentaram que queriam um conselho eleito pela própria população. Declararam que interessava eleger um conselho de pessoas que se serviam do centro e, portanto, conheciam seus problemas. O secretário aceitou a idéia, e elas se puseram a campo para realizar as eleições.

Procuraram candidatas em cada vila para compor uma chapa. Fizeram um boletim explicando à população o que era o conselho e como seria a eleição. Foram às ruas discutir o boletim com os moradores. Diziam que só com a fiscalização feita pelo próprio povo o atendimento médico iria melhorar. Procuraram em cada vila pelo menos duas candidatas. Ao final, reuniram 13 nomes, das 6 vilas do Jardim Nordeste. Tiraram fotografias das candidatas, para que os eleitores pudessem identificá-las. Prepararam as cédulas eleitorais e, de caixas de sapatos, improvisaram as urnas. Durante 10 dias, em março de 1979, um grupo da comissão de saúde percorreu as casas, feiras, missas, para recolher os votos. Ao final, 8.146 pessoas haviam votado, elegendo 12 donas de casa para constituírem o primeiro conselho de saúde, por um prazo de 2 anos.

Eleito o conselho, ele começou a se reunir no próprio centro de saúde. Fiscalizavam o atendimento, as carências, as irregularidades, as reclamações feitas. Mensalmente passou a haver reuniões do conselho com os médicos e auxiliares para a discussão dos problemas levantados pelo conselho. Criava-se assim um

canal institucionalizado para o controle do serviço por parte da população a ser atendida.

É verdade que as conselheiras não foram logo reconhecidas formalmente. No momento mesmo em que eram eleitas, mudava o governo do Estado. Tiveram de pressionar muito para que o governo reconhecesse oficialmente o conselho, o que se deu em outubro. Com isso o conselho tornava-se, de algum modo, uma instância do Estado. Era aquilo mesmo que elas queriam: a autoridade institucionalizada para exercerem suas funções e não ter de pedir licença para controlar os serviços. Mas, por outro lado, consideraram necessário manter as comissões, enquanto organismos abertos, autônomos, promotores das lutas da população.

A experiência dos conselhos se estenderia depois a outros bairros da zona leste. Através da prática do controle popular sobre os centros de saúde, o movimento de saúde da zona leste ensaiava a passagem da pura luta reivindicativa para uma ação política, de participação na gestão dos serviços públicos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

No curso da década de 70, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo⁷⁴ tornou-se um efetivo centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, moldando uma linha de resistência coletiva que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e influenciar o conjunto do país. De uma entidade vazia — expressão da perda de funções do sindicato no início da década —, ele se transformará numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos. E essa passagem tem por fio condutor exatamente a luta pelos direitos dos trabalhadores, tomando o quadro legal dado como premissa para as ações coletivas.

74. A denominação completa é "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema".

Ao começar a década, o sindicato parecia muito distante dos trabalhadores. Um militante da oposição sindical procurou, num texto da época, caracterizar o modo "como o sindicato é visto pelos operários". Ele se referia às atitudes encontradas entre os metalúrgicos do ABC e as classificava em quatro tipos. Para a maioria dos sócios do sindicato, este seria identificado com seu prédio:

"Existe uma separação entre a realidade da fábrica, o sindicato e sua diretoria. Os dirigentes sindicais se transformaram de operários em burocratas de escritórios (...). Quando existem problemas pendentes em determinadas empresas, os dirigentes sindicais preferem entrar em contato com a diretoria da empresa do que com as massas operárias da mesma (...). Os operários que se interessam pelo sindicato, tem que ir ao 'edifício', à 'sede sindical'. Esta mentalidade necessita ser combatida, mostrando que o sindicato não é o edifício, sindicato é a luta na fábrica".

Um segundo grupo, caracterizado como os "de mais baixo nível político e cultural" considera que "não se deve meter em sindicato; pois perdê o emprego. Sindicato é comunismo". Um terceiro grupo, que ele considera de maior combatividade, predominante entre os operários mais especializados, pensava que "o sindicato não resolve nada": estariam desiludidos com o sindicato. E, finalmente, a maioria dos trabalhadores seria indiferente:

"Este setor desconhece o que seja luta sindical e passa a confundir sindicato com autoridade, com funcionários do governo. O sindicato é visto como quem dá o aumento salarial, aquele que faz os acordos 'lá de cima'".⁷⁵

Nessa interpretação, a responsabilidade por tal situação cabia à diretoria do sindicato, que se fazia cúmplice de uma estrutura sindical de submissão ao Estado, transformando-se assim em "traidores de sua própria classe".

A violência verbal expressa antagonismos aguçados pela intervenção governamental e a repressão militar. Em 1964 o

75. P. Torres; "Uma experiência junto ao proletariado", *op. cit.*

sindicato sofrera intervenção, ao fim da qual apresenta-se uma chapa única para as eleições em 1965. O presidente da gestão 1965-67, Afonso Monteiro da Cruz, apresenta-se como candidato à reeleição em 1967 e enfrenta, então, uma chapa de oposição, derrotando-a. Para sua sucessão, em 1969, a situação apresenta o nome de Paulo Vidal, que participara da diretoria na gestão de 1967-69 contra nova chapa de oposição, sustentada por forças de esquerda. A situação foi vitoriosa, com cerca de 4 mil votos contra 1.600, numa campanha conturbada em que um dos membros da chapa oposicionista chegou a ser preso e, segundo seus companheiros, torturado pela polícia política.⁷⁶

Na avaliação, pois, que os membros da oposição faziam da diretoria pesava toda essa história. Mas é interessante verificar que a constatação dessa distância entre o sindicato e a categoria é feita pela própria diretoria, às vezes com as mesmas palavras, embora, naturalmente, as explicações sejam radicalmente diferentes. No jornal do sindicato, numa coluna que procurava explicar o sindicato no Brasil, aparece o tema:

"Como você se sente diante do seu sindicato? Estará satisfeito? Acha que seu sindicato não presta? Ou você é daqueles que dizem que a firma lhe dá tudo que precisa (...). A você que diz estar satisfeito, nós perguntamos: satisfeito com o quê? Você é daqueles que ficou sócio só por causa da assistência médica, dentária, por causa da farmácia e do posto de abastecimento? Ou você tem cumprido seu dever, promovendo a união da classe e participando da luta?

A você que vive dizendo que o sindicato não presta nós perguntamos: E você presta? No dia em que todos os trabalhadores prestarem o sindicato vai prestar também, porque o sindicato não é apenas o prédio ou sua diretoria, mas a união de todos para defesa de nossos interesses".⁷⁷

E em seguida pergunta se o leitor não é mais um daqueles que "metem o pau na diretoria", mas nem sabem "onde é a

76. Ver, para óticas diferentes, o jornal *Libertação*, n.º 15 (publicação clandestina da "Ação Popular" na época), e o livro de O. Bargas e L. F. Rainho, *op. cit.*

77. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 2.

sede do sindicato”, pois quem dessa forma desmoraliza o sindicato favorece os patrões e é, portanto, “traidor da classe”.

No desencontro das interpretações opostas cruza-se uma mesma constatação sobre a distância entre os trabalhadores nas fábricas e os dirigentes sindicais. Um terceiro registro pode completar o quadro. Lula, narrando seu ingresso no sindicato, fala da “mudança de perspectivas”:

“Quando a gente não é do sindicato, sempre responsabiliza os diretores por não resolverem os problemas. Eu achava que quando entrasse no sindicato ia ‘lavar a égua’, trepar em cima da mesa do chefe, cagar em cima da mesa do chefe. Achava que trabalhador na Villares não ia ter mais problema. (...) Ao entrarmos, deparamos com a realidade: não é nada disso. Começamos a tomar conhecimento de que a legislação sindical do Brasil não dá nenhuma garantia aos próprios dirigentes sindicais. Daí começa a ficar difícil, porque os trabalhadores trazem os problemas e você não consegue resolver”.⁷⁸

Lula participou da diretoria do sindicato eleita em 1969, como suplente do conselho fiscal. Não fazendo parte da “diretoria executiva”, ele continuou trabalhando na fábrica até 1972, quando foi eleito primeiro secretário. Quando ele recorda o impacto que a situação de ser dirigente sindical provocou sobre suas idéias anteriores, assinala também a noção de que o que faltava era um bom dirigente, para resolver os problemas.

A verdade é que a diretoria eleita esforçou-se para que o sindicato fosse assumido pelos trabalhadores como um órgão de luta e não somente como uma sede com seus serviços assistenciais.

E, no entanto, o que ressalta da atividade sindical nesse período que vai de 1969 até 1972 é o empenho para dotar o sindicato de uma infra-estrutura que atraísse os trabalhadores pelos serviços prestados. Embora reafirmando que a função principal consistia na defesa dos interesses dos trabalhadores nas relações de trabalho, a diretoria parecia dar-se conta da neces-

78. *Lula sem censura*, Vozes, 1982, p. 21.

sidade de atrair os operários a partir de uma expectativa clientelista dominante entre eles. A edificação da nova sede, cujas obras se iniciam em 1972, é diversas vezes anunciada nas páginas da *Tribuna Metalúrgica* como expressão da pujança da entidade. Em 1971 foi aberta uma subsede em Diadema. O serviço odontológico é apresentado como “o maior (...) do sindicalismo paulista”. Além disso, a diretoria apresenta no quadro de suas realizações: a instalação de um laboratório de análises clínicas; a compra de uma ambulância; a instalação de enfermaria; a ampliação dos serviços jurídicos, médicos, odontológicos e de prótese, além da farmácia; a ampliação de um posto de abastecimento de gêneros alimentícios, funcionando como um supermercado com preços abaixo dos do comércio.

Nas eleições de 1972, Paulo Vidal enfrentou uma oposição encabeçada por Luciano Galache, metalúrgico da Ford, onde havia participado de uma série de lutas, e diretor de base do sindicato na gestão 1969-72. A oposição, apoiada pela esquerda, sofreu perseguições da polícia, que prendeu vários membros da chapa. Lula participara de reuniões da oposição, mas depois aderiu à chapa encabeçada por Paulo Vidal, que foi vitoriosa com cerca de 4.800 votos contra 3.400.⁷⁹

Na *Tribuna Metalúrgica* de maio de 1972, no mesmo número que anunciava a posse da nova diretoria, Vidal publica um artigo intitulado “O que é o sindicato e por que você deve tornar-se sócio”. Aí ele se queixa de que, apesar de o sindicato ter “feito o que está ao seu alcance para transformar-se efetivamente no único e autêntico órgão de defesa dos interesses e direitos dos seus representados”, “tem faltado uma maior adesão dos trabalhadores ao quadro associativo, numa demonstração de desconhecimento dos benefícios que nossa entidade presta aos seus associados”. E passa a relacionar tais benefícios: mais de 5 mil atendimentos médicos por mês, e os atendimentos odonto-

79. Para versões diversas do acontecimento, ver: *Tribuna Metalúrgica*, n.º 8; o prefácio de L. Galache ao livro de J. C. Aguiar Brito, *A tomada da Ford*, Vozes, 1983; o depoimento de Lula em *Lula sem censura*, *op. cit.*

lógicos, jurídicos e os dos demais departamentos existentes. E então adiciona:

"Isso sem considerar que dentro da função básica do Sindicato, dezenas e dezenas de reuniões são realizadas com as diretorias das diversas empresas do setor, na busca de solução dos problemas que chegam ao nosso conhecimento".⁸⁰

Procurando meios de aumentar o número de associados, a diretoria chegou a levantar a hipótese de pleitear a restrição dos reajustes salariais apenas aos sindicalizados.⁸¹ Essa idéia (lógica abandonada), se por um lado reafirmava um padrão corporativista do sindicato, por outro expressava um empenho na ampliação de sindicalização incomum entre os dirigentes sindicais da época, que preferiam acomodar-se com os recursos do imposto sindical.

Na concepção presente nas palavras e nas práticas da diretoria, a função sindical não era assistencial, mas sim de defesa dos interesses dos trabalhadores. Os benefícios assistenciais, insistentemente proclamados, visavam reforçar o sindicato, para que ele melhor pudesse cumprir sua função básica. Mas, considerando a desmobilização dos trabalhadores, toda a atividade sindical era pensada e centralizada no sindicato, quando não exercida estritamente pela diretoria.

Forçar a negociação com as empresas

O exercício dessa função considerada básica, de defesa dos interesses dos trabalhadores, teria de se expressar primeiramente nos momentos dos dissídios salariais. Veremos que, procurando abrir um espaço de negociação, bloqueado pela legislação salarial vigente, o sindicato será levado a apelar cada vez mais para a mobilização ativa da categoria.

Não foi fácil, pois a rotina imposta pela legislação aos dissídios trabalhistas alimentava um fundo de ceticismo acerca de...

80. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 9.

81. Ver "Reajuste só para os sindicalizados" in *Tribuna Metalúrgica*, n.º 3.

sua importância. Nas páginas do jornal do sindicato e nas assembleias, Paulo Vidal explicava como transcorriam os dissídios. Primeiramente os representantes operários levavam suas reivindicações para uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho, em que o juiz tentava um acordo entre as partes. Mas, enquanto os delegados dos trabalhadores cansavam-se em argumentações sobre a justiça e a viabilidade de suas propostas, os representantes patronais limitavam-se à negativa ou ao silêncio, declarando só aceitar aquilo que estava estipulado em lei. Não havendo acordo entre as partes, o dissídio ia a julgamento da Corte sem participação das representações patronais e trabalhista. Nessa instância normalmente os juízes reafirmavam os índices oficiais nos itens relativos aos reajustes salariais.

O sindicato parecia, no entanto, apostar na possibilidade de vencer essa espessa resistência oposta a suas reivindicações legais. Até 1976 quase nada obtiveram, e é surpreendente verificar como, apesar disso, a diretoria logrou mobilizar crescentemente os trabalhadores no correr de suas campanhas.

Já desde 1970, o sindicato procurou fórmulas para unificar a categoria, vencendo as distâncias que separavam os trabalhadores segundo um leque salarial extremamente amplificado. A diretoria propôs um reajuste igual para todos, como forma de diminuição das disparidades salariais e manifestação da "solidariedade de classe". A fórmula consistiria na aplicação do reajuste oficial sobre o total da folha de pagamento de cada empresa, dividindo-se o resultado pelo número de empregados. Assim seriam mais beneficiados os que recebiam salários mais baixos, que teriam maiores percentuais de reajuste. Essa proposta gerou fortes resistências de parte dos que recebiam salários mais altos e propiciou assembleias concorridas para discutir o assunto.⁸² Mas não teve nenhum efeito prático. O TRT limitou-se a estender para São Bernardo os resultados do dissídio julgado com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Em 1972 a fórmula seria apresentada novamente, e desta vez com melhor preparação e fundamentação. A reivindicação era de um reajuste de Cr\$ 230,00 para todos, o que implicaria

82. Bargas e Rainho, *op. cit.*

um índice de 102% para quem ganhava Cr\$ 225,60, diminuindo-se até chegar a 23% para quem recebesse Cr\$ 1.000,00. A diretoria apresentou a proposta aos representantes dos demais sindicatos, que tinham dissídio na mesma data, e 27 dos 31 presentes aderiram a ela.⁸³ A assembléia da categoria aprovou ainda, como pauta de reivindicação: um piso salarial de Cr\$ 350,00 (apoiando-se numa recomendação do Tribunal Superior do Trabalho); férias com pagamento em dobro (argumentando que só assim o trabalhador poderia efetivamente gozar as férias e recobrar suas energias; o sindicato apoiava-se num projeto de lei que havia sido apresentado e rejeitado na Câmara Federal em 1971); reajustes semestrais que acompanhassem a elevação do custo de vida; extensão do salário-família às esposas ou companheiras; salários por quinquênios de serviço na mesma empresa; reconhecimento dos delegados sindicais.

O encaminhamento das reivindicações foi feito pelos representantes da Federação dos Metalúrgicos em nome de 34 sindicatos. O Tribunal recusou as reivindicações operárias, fixou o reajuste em 24% (segundo o índice oficial) e concedeu um desconto de Cr\$ 10,00 de cada operário a favor dos sindicatos. Não deixa de ser significativo que a única reivindicação, apresentada na mesa de negociações pelos sindicatos de trabalhadores, acolhida pelo Tribunal do Trabalho, fosse aquela que confirmava o caráter corporativo da estrutura sindical.

A diretoria apresentou os resultados na primeira página do seu jornal, convidando cada leitor a "julgar o julgamento":

"Foi justo? Houve farsas? Qual deveria ser o julgamento correto? Transforme-se num juiz e faça seu julgamento. Depois confira seu veredito com o nosso ..."⁸⁴

Em página interna, a diretoria apresentava sua avaliação. Relata o esforço de argumentação da representação metalúrgica, a intransigência patronal, o apelo em vão do juiz para um acordo. Depois, no julgamento, os votos que reafirmam a política

vigente, ignorando as razões apresentadas pelos trabalhadores. A matéria destaca ainda a prepotência dos representantes industriais: suas "tiradas sarcásticas", suas respostas fazendo "gozação com as nossas reivindicações". A lição extraída foi de que era preciso maior unidade e organização para que os trabalhadores fizessem valer seus direitos. Chama a atenção ainda o modo como a diretoria expõe os acontecimentos e assinala as dificuldades, interpelando cada metalúrgico para que se invista das exigências postas para que alcancem suas reivindicações.

Seguindo nessa linha de preocupações, o sindicato deflagrou a campanha de 1973 através de uma pesquisa entre os trabalhadores sobre as reivindicações e suas prioridades e sobre as formas de encaminhar a campanha. Chamava a atenção em particular para a alternativa de negociar em conjunto com os demais sindicatos do interior ou em separado. Além das reivindicações econômicas já habituais (o reajuste, um piso salarial, um abono de férias) e dos descontos em favor do sindicato, ressaltavam as reivindicações no sentido de favorecer a atividade sindical no interior das empresas: estabilidade para os delegados sindicais, quadro de avisos do sindicato nas empresas, linha especial de ônibus em dia de assembléia sindical, reconhecimento da bolsa de empregos do sindicato, liberação de meio expediente ao dirigente sindical não afastado da produção. Além dessas havia uma outra reivindicação de comissões partidárias nas empresas com mais de mil empregados, para decidir sobre litígios internos a cada uma delas.

Mais uma vez os empresários se recusaram a negociar, e o Tribunal julgou o dissídio para o conjunto dos 34 sindicatos representados pela Federação. O índice de reajuste foi o estipulado pelo governo.

Esse talvez tenha sido o momento mais crítico para o sindicato, do ponto de vista de sua legitimidade perante as bases. Seu empenho para obter conquistas significativas nas negociações com as empresas não tinha alcançado resultado. Enquanto isso, beneficiando-se de uma conjuntura favorável no mercado de trabalho, surgem diversas formas de pressão direta dos operários sobre as empresas (da negativa em realizar horas extras às paralisações de seções), com alguns resultados positivos.

83. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 7.

84. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 8.

Em 1974 a diretoria se lançou com afã na campanha, decidida a encaminhar por separado, convencida do conformismo dos representantes da Federação e dos sindicatos que a seguiam. A diretoria de São Bernardo precisava romper com a rotina dos dissídios sem resultado. Acontece que, para poder representar legalmente sua base, o sindicato teria de receber a aprovação de uma assembléia em que estivessem presentes ao menos 1/8 de seus sócios. O quorum não foi atingido e, assim, a categoria foi novamente representada pela Federação.

Dessa vez as partes chegaram a um acordo, que foi homologado pelo Tribunal e saudado pelos dirigentes da Federação como uma vitória. Na *Tribuna Metalúrgica*, Paulo Vidal apresentou em detalhes o acordo coletivo, fazendo seguir cada item da opinião da diretoria. O reajuste salarial ficara 1% acima do índice oficial, mas a diretoria de São Bernardo se referia aos índices de produtividade e lucros das indústrias da região para expor sua insatisfação. Ela considerou positivamente alguns itens, como a extensão do reajuste aos admitidos há menos de um ano, como fórmula de combater as dispensas em massa em vésperas de dissídios; o fornecimento gratuito dos uniformes exigidos pelas empresas; o desconto de Cr\$ 10,00 de todos os empregados a favor do sindicato; as recomendações às empresas para que buscassem facilitar horários de empregados-estudantes; e a divulgação dos comunicados sindicais. Mas expressou sua avaliação distanciando-se dos dirigentes sindicais que se mostravam satisfeitos. Para quem conhecia o papel dos metalúrgicos de São Bernardo

"no 'milagre brasileiro' e nos lucros da classe patronal, podemos dizer com convicção absoluta, que mais uma vez negaram à classe trabalhadora o direito de participar dos frutos do seu trabalho".⁸⁵

No segundo semestre desse ano, o sindicato volta à carga, dessa vez reivindicando uma reposição salarial. Ele se apoiava em estatísticas do DIEESE, que apontava a deterioração do salário real desde o momento do reajuste, em abril. Na verdade, desde

85. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 22.

1971 o sindicato realizava, no segundo semestre de cada ano, uma campanha pela antecipação salarial, como forma de compensar as perdas ocorridas durante o ano. Mas desta vez o sindicato reivindicava uma "reposição" e não simplesmente a "antecipação", que seria depois descontada na data-base do dissídio. Várias formas de pressão estavam sendo exercidas no nível de cada empresa em iniciativas autônomas da base, expressando um maior dinamismo na categoria e aproveitando-se de um clima de parcial descompressão na conjuntura das eleições de novembro. A descompressão foi efetivamente bastante precária, tendo-se em vista que logo após as eleições foram efetuadas mais de 200 prisões só entre os operários da Volkswagen.⁸⁶ No entanto a movimentação conseguiu que várias empresas concedessem uma antecipação salarial em novembro, e em dezembro o governo anunciou um abono salarial de 10% para todos os trabalhadores. Embora não correspondendo ao que fora reivindicado, eram indicadores de conquistas pelas quais o sindicato vinha lutando desde o início da década.

Animada com os resultados, a diretoria sindical abre a campanha de 1975 convocando toda a categoria para a luta. E como tinha havido mudanças nos cálculos para os reajustes, ela enfatizava que tudo dependeria da disposição demonstrada pelos próprios trabalhadores. A primeira assembléia, em janeiro, não deu o quorum necessário para um encaminhamento legal independente da Federação, que assim assumiu a representação dos metalúrgicos de São Bernardo. Mas estes não entregaram pauta alguma à Federação e continuaram mobilizando-se por conta própria, chegando a reunir 10 mil associados numa assembléia.

Foi só na campanha de 1976 que o sindicato conseguiu fazer valer seus direitos através de um encaminhamento independente da Federação. Após o dissídio, que fora uma vez mais conduzido pela Federação, o Sindicato de São Bernardo apelou para o Tribunal Superior do Trabalho e terminou sendo aten-

86. Cf. *O Estado de S. Paulo*, 20/1/76, cit. in C. Frederico, *Consciência operária no Brasil*, Ática, 1978, p. 132.

dido, obtendo reivindicações que haviam sido negadas no acordo firmado pela Federação.

Esses primeiros resultados no plano das negociações laborais, ainda que modestos, pareciam premiar a persistência do sindicato na exploração de todas as possibilidades legais para afirmar os direitos de seus representados. Mas eles não podem ser explicados apenas pelas inegáveis qualidades da diretoria e sua assessoria jurídica. A abertura de um espaço real de negociações — superando a situação anterior, em que os patrões se negavam a ouvir e o Tribunal se limitava a aplicar os ditames do governo — está vinculada, de um lado, ao clima geral criado com a política de “descompressão” iniciada sob o comando do general Geisel na presidência da República, de outro, ao dinamismo da resistência operária no interior das empresas. A política da “descompressão pelo alto” do governo Geisel, ao implicar uma certa revalorização de instâncias do aparelho de Estado até então submetidas à cúpula do executivo, produzia aberturas para eventual acolhimento de algumas reivindicações nascidas na sociedade civil. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo soube se fazer portador — e soube potenciar — algumas dessas pressões, que vinham de suas bases, nas empresas da região.

O Sindicato e a fábrica

Uma particularidade notável do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo residiu na sua capacidade de assimilar e estimular as múltiplas e difusas formas de resistência operária que ocorriam nas empresas. Essas ações surgiram em geral à margem do sindicato, e seus agentes olhavam o sindicato com muita desconfiança. Mas terminarão vendo nele um meio eficaz para a defesa de seus interesses.

O Sindicato de São Bernardo sempre teve de dispensar grande atenção à vida dentro das empresas. É que sua base é dominada por algumas grandes fábricas que concentram a maioria dos trabalhadores e constituem por isso epicentros de forte influência sobre a prática sindical. Em 1978 a categoria estava

reunida em cerca de 600 empresas (compare-se com as 10 mil em que se distribuíam os metalúrgicos da capital), sendo que 50% dos operários eram empregados nas cinco grandes montadoras de veículos.

Era grande, como já vimos, a distância entre o sindicato e as fábricas. O sindicato procurava manter sua presença nas empresas através da atividade dos diretores sindicais de base, que permaneciam ligados à produção. Tinham por tarefa, além de apoiar as lutas surgidas localmente, distribuir os materiais do sindicato e realizar o maior número possível de sindicalizações. Não era um trabalho fácil, pois enfrentava, de um lado, a desconfiança dos trabalhadores; de outro, o clima repressivo das empresas, sem contar a inexperiência dos diretores.⁸⁷ O controle e as represálias eram maiores na Volkswagen e na Mercedes-Benz, mas mesmo na Ford e na Scania-Vabis, relativamente mais liberais, até mesmo a sindicalização era uma prática que

“tinha que ser realizada às escondidas, nas horas em que diminuía a vigilância das chefias e dos guardas, como por exemplo, durante o almoço”.⁸⁸

A pesquisa realizada por Lais Abramo recolhe preciosos depoimentos sobre esse controle patronal, que considerava a atividade sindical mais banal como algo suspeito. Os diretores sindicais tinham de tomar cuidado para “não exporem” os demais trabalhadores às suspeitas dos vigilantes da empresa, e frequentemente permaneciam sozinhos nos ônibus da empresa, pelo receio que tinham os demais de se comprometerem aos olhos dos chefes. Os testemunhos dos operários que não pertenciam aos quadros sindicais confirmam essa visão, ao se referirem seja ao interesse que tinham pelos materiais do sindicato que lhes chegavam às mãos, seja ao desconhecimento da presença de agentes sindicais na fábrica.

O sindicato parece ter começado a se firmar como uma referência para a categoria, na medida em que mostrou sua

87. Ver Lais Abramo, *op. cit.*, pp. 127 e ss.

88. *Idem, ibidem*, p. 128.

eficácia no campo das causas laborais levadas à justiça do trabalho. E uma primeira, que teve grande ressonância, foi a que consistiu num processo requerendo da Ford o pagamento de um adicional de insalubridade. Essa era justamente uma das fábricas onde se mantinha uma tradição de lutas transmitida por grupos de operários relativamente estáveis na firma. Em 1967 os operários de uma seção de tratamento térmico reclamaram das condições de calor, fumaça e barulho no seu ambiente de trabalho. O sindicato levou as queixas até a direção da empresa visando alterações nesse ambiente. Não tendo obtido nenhum resultado, entrou na justiça do trabalho solicitando o pagamento pela empresa do adicional de insalubridade. A ação judicial produziu seus primeiros efeitos quando a Ford efetuou reformas na seção. Ainda assim o Tribunal considerou o local insalubre. A empresa recorreu, e as tramitações se estenderam até 1972. Só então terminou a causa, com a vitória da posição assumida pelo sindicato.

Nas páginas da *Tribuna Metalúrgica* registramos não só o acompanhamento de processos contra empresas, mas também orientação para os trabalhadores sobre o modo de usarem as leis existentes na defesa de seus interesses. Em 1971 o sindicato se dirige à Villares buscando a eliminação de agentes insalubres na seção de fundição da fábrica, e, enquanto não se obtinha tal objetivo, era requerido o adicional de insalubridade. Em 1972 é denunciada a metalúrgica Carfriz, que mudara o horário de trabalho, com um turno até as 22h30, embora só registrasse como se fosse até as 22 h, como artifício para não pagar adicional noturno. A Bombas-Weise é denunciada por colocar seus operários ante a alternativa de serem demitidos ou aceitarem salários mais baixos. Ainda em 1972, o sindicato festeja nova vitória, desta vez contra a Volkswagen: o Tribunal decidira pela justeza da posição defendida pelo sindicato no sentido de que a empresa deveria depositar o dinheiro correspondente ao fundo de garantia sobre as horas extras trabalhadas, em atraso desde 1967. Contra a Brastemp e a Arteb, o sindicato move ação pela incorporação das horas extras no 13.º salário e na remuneração das férias. Processos por insalubridade são movidos contra a Seimec, a Autometal, a Fris-Moldu-Car, a Ferropças Villares. No seu

número de dezembro de 1972; a *Tribuna Metalúrgica* traz outra denúncia contra a Ford: a introdução de um novo turno de trabalho, começando às 2h30 da madrugada e terminando ao meio-dia. O jornal aponta as conseqüências de tal medida para a vida do trabalhador, que, com tal jornada

"não dispõe nem do dia nem da noite, criando-se um sistema que torna impossível qualquer adaptação, seja do ponto de vista fisiológico, seja do ponto de vista social".⁸⁹

Procurada por empregados da Ford, atingidos pela medida considerada desumana e arbitrária, a diretoria sindical convocava os demais que quisessem resistir para decidirem as medidas cabíveis.

A maior freqüência de denúncias visando a Ford não decorria de uma situação pior nessa empresa, mas de maior organização de seus empregados. Não só para mover ações contra as empresas como também até para denunciar os abusos, o sindicato dependia naturalmente da disposição e da atividade dos operários dentro de cada fábrica.

Nas pesquisas feitas a respeito das condições de trabalho nos anos 70, ressaltam as queixas dos operários a respeito da obrigação que tinham de fazer horas extras.⁹⁰ Em muitos casos o compromisso de trabalhar em horas extras era condição para admissão, sendo a negativa motivo de dispensa. L. Abramo observa que na Mercedes as horas extras eram realizadas nos fins de semana, já que a empresa funcionava com três turnos de oito horas durante a semana. Do mesmo modo que na questão da insalubridade, nos casos da imposição das horas extras o sindicato procurou explorar as possibilidades legais na defesa dos interesses dos seus associados, até alcançar algumas vitórias baseadas no princípio do descanso semanal remunerado e no limite diário de duas horas extras.

Entre o segundo semestre de 1973 e o correr do ano de 1974, uma série de paralisações parciais e outras formas de

89. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 14.

90. Ver L. Abramo, *op. cit.*; J. Humphrey, *Fazendo o milagre*, *op. cit.*

pressão operária ocorreram em grandes metalúrgicas da região. Seus atores foram, quase sempre, operários qualificados que aproveitaram os efeitos do boom automobilístico sobre o mercado de trabalho para pressionar seus patrões no sentido de melhores reajustes salariais.⁹¹ Os ferramenteiros da Ford organizaram uma operação tartaruga, diminuindo consideravelmente os níveis de produção, até obterem reajustes considerados satisfatórios. O exemplo parece ter animado seus colegas da Volkswagen. Em novembro desse ano, cerca de 3 mil metalúrgicos do setor de ferramentaria dessa empresa iniciaram pressões, desde a paralisação das horas extras até a paralisação de toda atividade, fazendo cair a produção num momento de intensa demanda. A Volkswagen cedeu os 5% de aumento reivindicados, embora declarando que os descontaria no próximo reajuste geral de salários. A recusa de horas extras tornou-se a forma dominante de pressão nesse momento em que as greves estavam virtualmente proibidas. No início de 1974 tais ações foram efetuadas pelos operários da Mercedes-Benz, da Villares, da Brastemp, depois na Chrysler. E novas paralisações setoriais voltariam a ocorrer nesse ano na Volkswagen, na Mercedes e na Ford.

Essas mobilizações certamente favorecem a formação de pequenos e incipientes grupos de operários, que, no interior das empresas, se comunicavam para a defesa de seus interesses coletivos. Esse fato novo teria de incidir sobre o próprio sindicato. A prática da diretoria sindical vinha elaborando as formas de uma luta pelos direitos dos trabalhadores, estimulando assim as ações coletivas da categoria. Mas permanecia ainda uma grande distância entre a ação sindical e o cotidiano fabril. Sobretudo, a diretoria se via como condutora natural das lutas metalúrgicas em sua base territorial, sabendo evitar os altos riscos então existentes. Assim, se a mobilização autônoma nas bases deveria reforçar a própria ação sindical, ela também encontraria resistência numa direção sindical ciosa de seu papel dirigente.

91. Ver L. Abramo, *op. cit.*, pp. 175 e ss.; J. Humphrey, *op. cit.*, pp. 120 e 1212; jornal *Campanha*, n.º 22.

O presidente, Paulo Vidal, foi o primeiro a encarar negativamente tais iniciativas, que, segundo ele, punham em risco toda a atividade sindical e a segurança pessoal dos próprios envolvidos. Seu empenho se voltou para uma retomada de controle da resistência operária por parte do sindicato, procurando canalizar essas energias na campanha salarial e desestimulando ações autônomas nas empresas.

Mas justamente essa posição de Paulo Vidal gerou um descontentamento da parte de diretores de base do sindicato, sensíveis às mobilizações nas empresas. Encarando essas lutas como portadoras de um potencial positivo que o sindicato deveria saber assimilar, uma parte da diretoria questionou as orientações do presidente, provocando uma crise interna. A crise foi resolvida com concessões de parte a parte, mas o resultado principal, a longo prazo, foi a criação de um Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base (CCTB), com a função de fazer avançar a presença do sindicato nas empresas. Ele passaria a ser a instância de coordenação da atividade dos diretores de base. Começava a se abrir no sindicato um espaço de atuação para uma ampla camada de operários ativos em suas fábricas.⁹²

Ainda em 1974 (de 6 a 8 de setembro) realizou-se o I Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Reunindo cerca de 250 trabalhadores, a diretoria quis fazer do Congresso uma ocasião para a formulação de orientações que correspondessem às especificidades da categoria. Realizaram-se conferências sobre as condições concretas de trabalho e sobre a legislação trabalhista existente e, em seguida, os participantes deliberavam sobre os objetivos a serem assumidos na prática sindical.

Concluído o Congresso, os presentes aprovaram a "Declaração de São Bernardo do Campo", que se constituiu numa plataforma programática que passaria a distinguir o "novo sindicalismo". Em sua abertura, a Declaração expressa a ótica a partir da qual os metalúrgicos de São Bernardo encaram o desen-

92. Ver L. Abramo, *op. cit.*; Bargas e Rainho, *op. cit.*; J. Humphrey, *op. cit.*; M. A. Garcia, "Os desafios da autonomia operária...", *op. cit.*

volvimento econômico. Reconhecendo o crescimento da economia e do mercado de trabalho e reconhecendo a contribuição que para isso deram as empresas multinacionais predominantes em sua área, os autores do documento ressaltam que foi graças à alta produtividade do trabalho dos seus operários que essas empresas alcançaram os mais altos índices de crescimento e elevadíssimas taxas de lucro. A partir daí são apresentadas suas conclusões sobre a política salarial, questionando a política salarial vigente e pleiteando uma taxa de produtividade correspondente à produtividade real em sua área; o abuso das horas extras, cuja prática resultava numa burla à jornada de 8 horas; a falta de segurança no trabalho; a rotatividade da mão-de-obra. O documento concluía referindo-se ao contraste entre a alta rentabilidade das empresas e a situação precária dos seus trabalhadores. E isso revelava a

"inadequação entre o processo produtivo das empresas modernas, aqui predominantes, e a estrutura sindical vigente desde 1943, anacrônica particularmente para esta região..."⁹³

Estas formulações levaram analistas e militantes a caracterizarem um "divisionismo" no sindicalismo de São Bernardo, preocupado apenas com vantagens para sua base.⁹⁴ O fato é

93. "Declaração de São Bernardo".

94. Já não me refiro aqui à formulação de M. Herminia Almeida, que não utilizou a categoria de divisionismo, mas a autores que seguiram suas pistas, dando-lhes outra conotação. O espantoso é que, após as greves de 1978, 1979 e 1980, expressaram nitidamente o caráter tomado pelo sindicalismo de São Bernardo, mantiveram-se tais interpretações. Veja-se, por exemplo, esta passagem de Edgar Carone: "...parece-me que o movimento operário do ABC, ligado às novas estruturas de produção, é mais apolítico, caracterizando-se muito mais por uma tendência sindicalista estreita à moda dos grandes sindicatos operários norte-americanos, tipicamente pequeno-burguês. Ou seja, está mais interessado na melhoria de salário da própria categoria, nos interesses particulares do grupo, e menos interessados numa atitude mais ampla, seja de solidariedade às outras categorias de trabalhadores, seja em relação a uma situação genérica e política do País", in *Folhetim* 11/5/80. Creio que a simples reconstrução dos fatos das greves de 1979 e, sobretudo, de 1980, revelam o absurdo de tal caracterização. No mesmo sentido que ela, veja-se

que, independentemente das eventuais intenções dos seus autores, a Declaração expressava a vontade de romper as amarras que impediam a luta operária sediada nas indústrias mais modernas de beneficiar-se de sua força específica para conquistar novos direitos. Assim é que a Declaração finaliza estabelecendo como objetivo da categoria a conquista da liberdade sindical, com revogação das restrições contidas na CLT, e condições para o exercício do direito às contratações coletivas de trabalho.

Pelo que possibilitou de troca de informações sobre a realidade fabril em diferentes empresas; de apreensão pelos operários presentes do significado e alcance da legislação trabalhista; de formulação coletiva de uma nova política sindical; o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo foi um momento decisivo na constituição de uma ampla liderança sindical, que começou a estreitar as relações entre fábrica e sindicato.

Essa tendência iria se consolidar com a eleição de Lula para a presidência do sindicato, em fevereiro de 1975. No momento em que Paulo Vidal reunia a diretoria para organizarem sua chapa para a nova gestão, ele era ainda a figura principal do sindicato, mas haviam problemas para a definição de seu nome para a presidência. O problema formal e imediato era que a empresa na qual estava registrado estava se transferindo para outro município. Esse óbice ofereceu a ocasião para que os diretores insatisfeitos com sua direção se voltassem para outra figura, mais disposta a impulsionar o trabalho nas bases. O nome escolhido foi o de Luis Inácio da Silva, o Lula. Dessa vez não houve chapa de oposição. Embora ainda ofuscado pela presença de Paulo Vidal, Lula contava com maior simpatia nas fábricas. No seu discurso de posse, define como prioritário um "amplo e coordenado trabalho de base". Procurando "descobrir e formar novas lideranças em nossa base territorial", ele se propunha a estimular cursos de capacitação sindical e reuniões mensais para debate de "grandes problemas que afetam a nossa classe", convidando "técnicos e autoridades nos assuntos tratados".⁹⁵

Hercules Correa, *O ABC de 1980*, Civilização Brasileira, 1980. Discuto essas greves em seguida.

95. Discurso de posse de Lula, cit. in Bargas e Rainho, *op. cit.*, p. 188.

Com efeito, o empenho principal da nova diretoria teria por objetivo despertar e capacitar os trabalhadores nas empresas para assumirem suas lutas. Quatro membros da diretoria voltavam-se basicamente para as atividades do Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base. Os serviços assistenciais são revisitos em função dos objetivos assumidos: o posto de abastecimento será substituído por uma escola profissional, o departamento jurídico seria reforçado com mais 3 advogados, sendo que um deles (Almir Pazzianotto) como assessor para convenções e dissídios coletivos.⁹⁶

Em depoimento dado a Lais Abramo, Lula diria que a partir de 1976 eles começavam a descobrir que

"só tinha sentido a gente fazer sindicalismo se a gente pudesse passar um pouco mais de responsabilidade para classe trabalhadora. Até a gente começou a mexer um pouco com a personalidade do trabalhador. Quando ele chegava no sindicato procurando solução para os seus problemas, a gente jogava dois problemas nas costas dele.

(...)

Acredito que foi a partir daí que a gente começou a dar uma guinada muito grande no sentido de reverter um pouco a imagem do Sindicato, acabar com a imagem paternalista de um Sindicato que resolvia alguns problemas individuais através da amizade que um diretor pudesse ter com o gerente de Relações Industriais de uma empresa, para um Sindicato que pudesse passar para o conjunto da classe trabalhadora a idéia da luta coletiva como solução para os seus problemas.⁹⁷

Com as greves, um sindicato de massas

Com as greves ocorridas entre 1978 e 1980, o sindicato tornou-se um "espaço público operário" em que os metalúrgicos da região constituíram-se como um sujeito coletivo. Esse seu novo atributo só se tornou possível através da presença ativa no interior das empresas de uma ampla camada de operários

96. L. Abramo, *op. cit.*, p. 182.

97. Cit. in L. Abramo, *op. cit.*, p. 183.

ligados a ele. E para que houvesse essa ampla camada de operários ligados ao sindicato em condições de manter sua presença ativa no cotidiano fabril, foi preciso que: a) a diretoria sindical passasse pela "prova de fogo" dessas greves, ganhando a confiança de suas bases; b) a classe, através dessas lutas, alterasse o próprio espaço fabril, conquistando uma liberdade de movimento que não tinha antes.

O antecedente imediato de efeitos mais visíveis sobre as greves de 1978 foi a campanha pela reposição salarial em 1977. Amparada no fato do próprio governo ter reconhecido um "erro" nos cálculos da inflação de 1973 e 1974, prejudicando assim os índices de reajuste salarial, a diretoria sindical convocou a categoria para lutarem pela reposição dessas perdas.⁹⁸ Procurando engajar o maior número de trabalhadores, o sindicato fez circular um abaixo-assinado nas fábricas. Em algumas empresas os diretores de base montaram banquinhas, onde também distribuíam o jornal do sindicato. Já nessa campanha o sindicato tornou-se visível nas principais empresas da região. É significativo que entre as deliberações aprovadas na assembléia sindical, para encaminhar a luta, tenha constado, como último item, a seguinte recomendação:

"Não deverá ser desprezada a viabilidade de movimento grevista desde que amparado na Lei 4330, e que a categoria esteja preparada para tanto".⁹⁹

A liderança expressava um sentimento de que os patrões só negociariam com as "máquinas paradas". O insucesso da campanha pela reposição pelas vias da justiça do trabalho só fez reforçar esse sentimento.

Em março de 1978, no momento de encaminhar a campanha pelo reajuste salarial da categoria, a assembléia aprovou uma resolução que rompia com a rotina dos dissídios, culminando numa elaboração das experiências de todo o correr da década. Os metalúrgicos de São Bernardo iriam buscar um acordo direto com os patrões. Isso significava, segundo Lula,

98. Veja-se o Cap. III, item 3.

99. Cit. in Bargas e Rainho, *op. cit.*, p. 41.

"não mais compactuar com a farsa das negociações para o reajuste salarial, cujo objetivo final é dar legitimidade a um índice de reajuste arbitrariamente fixado pelo Governo, com base em fatores que nem ao menos sabemos como são conseguidos".¹⁰⁰

A liderança sindical captava no ar o desgaste dos encaminhamentos jurídicos e uma disposição geral de agir mais efetivamente. A palavra "greve" ainda era evitada ou usada com muitos cuidados, mas os exemplos localizados de conquistas parciais obtidos através de operações tartaruga, recusa de horas extras, paralisações setoriais, eram frequentemente citados nas reuniões e conversas. Particularmente na indústria automobilística, onde as empresas concediam salários diretos e indiretos mais favoráveis, nos últimos anos seus operários perdiam essas "regalias" uma atrás da outra. Assim, por exemplo, na Ford haviam perdido a condução grátis e um plano de saúde que a empresa oferecia antes a seus empregados. Além disso, em março de 1978, ela colocou o sindicato ante a opção de aceitar uma diminuição da jornada normal, reduzindo-se os salários, ou arcar com a demissão de mais de 500 operários. A irritação e a revolta eram visíveis entre os metalúrgicos. Dia 30 de março de 1978, os metalúrgicos de três seções da Mercedes efetuaram uma paralisação em protesto contra os critérios arbitrários pelos quais a empresa concedia um aumento por "merecimento".

A diretoria sindical fora renovada, com o ingresso de novos diretores, que haviam se ressaltado no trabalho de base, em eleições ocorridas em fevereiro de 1978. Ainda desta vez não houve chapa de oposição, e Lula, cujo prestígio se consolidara, foi reeleito presidente. No seu discurso de posse, ele recolhia o sentimento de revolta difusamente presente entre os metalúrgicos de sua base e o projetava na discussão sobre a "abertura democrática". É por referência à situação dos trabalhadores que ele avalia os projetos democráticos e os questiona. Diz que acreditou na validade do diálogo proposto pelo governo.

"Por isso, procurei o Governo. Procurei também os empresários. Mas depois de oito meses, infelizmente tenho a dizer que nada

100. *Idem, ibidem*, p. 53.

mudou e creio que dessa forma nada mudará. Cheguei, lamentavelmente, à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física até a última gota de suor. Por isso, está na hora de deixarmos o diálogo de lado e partir para a exigência, sem medo de nada".¹⁰¹

É evidente que o sindicato não foi estranho às greves que eclodiram em maio. Eram freqüentes as referências de seus dirigentes e assessores a uma greve como única forma de obrigar os empresários a ouvir os reclamos de seus empregados. O sindicato por certo não organizou as greves, em parte por querer se preservar legalmente, em parte por inexperiência no assunto, mas principalmente por faltar-lhe ainda o reconhecimento expresso dos operários nas empresas para assumir tal papel.¹⁰²

Dia 12 de maio, os operários da Scania-Vabis pararam totalmente o trabalho, deflagrando uma onda grevista que se alastraria por todo o Estado. Fábrica por fábrica, segundo as dinâmicas próprias de cada uma, mas contagiadas uma após outra pelo gesto da rebeldia, em um mês a avalanche havia alcançado já a metade da categoria em São Bernardo.¹⁰³

Dado que não houve uma condução sindical, falou-se muito da "espontaneidade operária" nessas greves. Mas o termo merece reparos. Se tomarmos os relatos da greve na Scania será difícil manter tal caracterização.

Gilson Menezes, diretor de base do sindicato nessa empresa, fala das insatisfações que se espalharam no momento em que os operários receberam o pagamento, dia 10. A greve seria então uma "reação instintiva" ante o salário insuficiente? Não. Sua descrição faz ressaltar a racionalidade presente na ação.

101. *Idem, ibidem*, p. 60.

102. Veja-se: L. Abramo, *op. cit.*; Bargas e Rainio, *op. cit.*; Ricardo Antunes, *As formas da greve — confronto operário no ABC paulista: 1978/80*, tese de doutorado, USP, 1986. E para informações e depoimentos colhidos na época: os jornais *Em Tempo* e *Movimento*, o jornal *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, e a publicação *História Imediata*, "A greve na vez dos trabalhadores", Alfa-Omega, 1979.

103. Veja-se L. Abramo, *op. cit.*

"Então surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? Para que a gente reivindicasse, exigisse o salário. Ai muitos falavam: 'Vocês não viram em 17, a ferramentaria começou a pressionar e conseguiram?'"

Mas a palavra greve é que estava difícil de sair. Então o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada."¹⁰⁴

Há uma discussão sobre as conseqüências possíveis de suas ações, levando em conta experiências passadas. Considerando os riscos de uma greve assumida, enquanto tal, arquitetam essa forma de uma paralisação de braços cruzados dentro das fábricas.

Em seguida esse grupo sai pelas seções procurando adesão à idéia, começando pelos mais seguros — da ferramentaria — e tomando cuidado para que a notícia não chegasse até as chefias. Do meio-dia do dia 10 até o fim do dia 11, eles organizaram um método para alcançar as pessoas de confiança de todas as seções, utilizando-se dos contatos feitos nos ônibus que levavam os operários de saída da fábrica. Dia 11 à noite Gilson foi ao sindicato e disse aos seus companheiros da diretoria que a Scania pararia no dia seguinte. Lula apoiou, mas parecia não acreditar muito, embora já tivesse falado que não ia demorar para ocorrerem greves na região.

"Mas na hora em que está para acontecer a gente mesmo não acredita muito. Mas eu falei: 'Olha, a Scania vai parar amanhã...' e passei a noite sem dormir, preocupado, tremia porque não sabia o desfecho da coisa."¹⁰⁵

No dia seguinte, o pessoal da ferramentaria entrou, marcou o cartão e permaneceu de braços cruzados diante de suas máquinas. À medida que o fato foi sendo conhecido nas outras seções, o movimento foi se alastrando até parar toda a fábrica. Espantado, o gerente pensou que estivesse faltando energia...

É verdade que a partir dessa primeira greve, que desbloqueia a situação, a maioria das outras parece ter ocorrido sem

104. Cit. in Bargas e Rainho, *op. cit.*, p. 67.

105. *Idem*, *ibidem*, p. 68.

maior organização. A notícia de que a Scania havia parado circula num clima de insatisfação e já age como incitadora para a greve. Na maior parte das empresas a pauta de reivindicações foi elaborada depois de pararem as máquinas.

O sindicato movia-se num terreno minado. Sua liderança estava convencida da necessidade dessas greves e sabia que o destino do movimento sindical na região dependia do resultado das ações em curso. Mas sabia que um "passo em falso" (ou seja: alguma definição expressa de apoio a um movimento ilegal) poderia significar uma intervenção ministerial num momento em que sua organização nas bases não era suficiente para assegurar sua continuidade. Suas incertezas não se referiam apenas à reação governamental: a liderança sindical não sabia tampouco quais eram as disposições reais da categoria nem qual seria sua atitude ante o sindicato.

O sindicato foi chamado, primeiramente, para permitir as negociações em cada empresa. Na Scania, depois de ameaçar em vão os grevistas, a chefia solicitou uma comissão para poder negociar. Os operários não quiseram formar uma comissão que poderia ser depois vítima de represálias da empresa. O único interlocutor era o diretor de base do sindicato, que devido a essa condição dispunha de imunidade. A diretoria do sindicato foi chamada pela empresa com o intuito de fazê-la recomendar aos operários a voltar ao trabalho, dada a ilegalidade do movimento. Lula recusou-se a isso e realizou uma assembléia na empresa para ouvir suas reivindicações, e nesse processo o sindicato assumiu a representação dos grevistas na negociação. Numa entrevista dada naquele momento, o advogado do sindicato, Almir Pazzianotto, declarou que o sindicato, sem ter tido participação na organização das greves, estava assumindo a responsabilidade do diálogo, "em nome dos trabalhadores", recolhendo suas determinações em assembléias realizadas para esse fim.¹⁰⁶

Quando, no dia 15 de maio, a greve estourou na Ford, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

106. "Rompendo a política salarial", entrevista com Almir Pazzianotto, in *Em Tempo*, n.º 13.

Automotores (ANFAVEA) pediu que os tribunais decretassem sua ilegalidade e advertiu para os riscos de generalização, pelo "efeito demonstração". Os tribunais atenderam a seu pedido no dia seguinte, mas a greve já se alastrara pela Volkswagen e pela Mercedes-Benz. O esforço do sindicato ia no sentido de assegurar a existência de um espaço para a manutenção da pressão operária até obrigar o patronato a negociar. Como a decretação da ilegalidade não intimidara os grevistas e como o governo não se dispunha, naquela conjuntura, a lançar a polícia contra operários, que permaneciam em massa e ordeiramente de braços cruzados diante de suas máquinas, a situação beneficiava essa estratégia sindical. Em nota oficial o sindicato revelava então as preocupações e objetivos que motivavam sua liderança:

1. As paralisações são fruto das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no meio da classe patronal;
2. As paralisações têm sido espontâneas e através delas não há qualquer esquema ideológico ou político;
3. Reprovamos todos aqueles que porventura queiram se valer destas circunstâncias para acirrar ou sugerir soluções contrárias aos interesses dos trabalhadores;
4. Esperamos que os fatos levem à mesa de negociações e que resultem em soluções democráticas e razoáveis, e jamais sirvam de pretexto para radicalizações, repressões ou violências;
5. Aos trabalhadores recomendamos a firmeza sem violência e a abertura constante ao diálogo construtivo. Alertamos para que não se deixem influenciar por panfletos clandestinos e provocadores que nada têm de comum com a luta dos trabalhadores e do Sindicato".¹⁰⁷

A preocupação em desvincular as greves de qualquer "esquema ideológico" ou radicalismo visava evitar uma repressão militar. Nesse sentido a nota é também um compromisso de respeito à ordem vigente. Por outro lado, o sindicato legitima o movimento e estabelece o objetivo: as negociações.

No dia 30 o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assina com o Sindicato Empresarial da Indústria Automobilística

107. *Diário do Grande ABC*, 18/5/78.

uma convenção coletiva que concedia um aumento de 11% e mais uma antecipação de 13% para os operários do setor. Esse acordo tornou-se referência para as demais empresas, esgotando esse ciclo grevista em São Bernardo. Tratava-se de uma dupla vitória para o sindicato: pelas conquistas materiais obtidas e por ter conseguido, finalmente, estabelecer uma convenção coletiva, iniciando nova fase nas relações trabalhistas.

Em 1978 a onda grevista pegou de surpresa as classes dominantes. Demonstrando uma disposição insuspeitada, o movimento deflagrado em São Bernardo logo se estenderia por todo o Estado de São Paulo e, no correr do ano, também se manifestaria em outros Estados. Além de não esperar tal disposição de parte dos operários, a equipe de governo estava operando uma remodelação do sistema político que não aconselhava o uso de uma repressão generalizada, como teria feito no passado. Em 1979, empresários e governo estavam refeitos da surpresa.¹⁰⁸

Em novembro, o sindicato tomou conhecimento de um documento da Federação das Indústrias orientando seus filiados sobre como procederem em caso de greves em suas empresas. As recomendações deixavam clara a disposição e os métodos que seriam empregados. Entre eles:

2. Não pagar em nenhuma hipótese horas paradas e não estabelecer acordos de compensações, pois não existindo no Brasil fundo para greve, esse será um excelente recurso para as empresas;
3. Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública. (...) Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público. (...)
4. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na fábrica sob condições de trabalhar e não cumprir o prometido. Em última instância dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação). Essa situação gera insegurança no pessoal. Geralmente após essa prática ou os empregados ou o sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho".¹⁰⁹

108. Cf. Sandroni e Sader, *op. cit.*; J. Humphrey, *op. cit.*; R. Antunes, *op. cit.*; M. A. Garcia, *op. cit.*; Bargas e Rainho, *op. cit.*

109. *Tribuna Metalúrgica*, n.º 49.

O patronato elaborara as experiências das greves e assinalava as formas de golpear futuros movimentos. O sindicato dos metalúrgicos também, por seu lado, procurava extrair as lições dos acontecimentos e centralizar as próximas lutas. A *Tribuna Metalúrgica* denuncia a ofensiva patronal. Uma greve na Villares termina com a dispensa de mais de 300 operários. A Scania e a Mercedes procuravam demitir os diretores de base do sindicato. Na Volkswagen, onde a repressão sempre fora maior, e menor a greve em 1978, os participantes do III Congresso do sindicato foram demitidos. O jornal do sindicato publicou em sua primeira página o documento da FIESP e, ao lado, a orientação sindical. Afirmando que os patrões estão se organizando para tentar derrotar e desmoralizar as greves, o sindicato recomenda cuidados no seu uso. Os trabalhadores de uma empresa em conflito são orientados para procurar o sindicato, que tentaria os recursos do diálogo e só recomendava a greve com a prévia preparação. As greves de seção eram taxativamente desaconselhadas, devido à pressão que seria feita contra esses grevistas.

Na campanha salarial de 1979, diferentemente, pois, do que acontecera em 1978, o sindicato assumiria claramente a direção do movimento grevista. A partir do início do ano, os diretores do sindicato começam a realizar reuniões por empresas na sede da entidade. O número de reuniões e de participantes vai num crescendo que transforma a rotina do sindicato. Ao se aproximar a data do dissídio, a sede permanecia ocupada por trabalhadores vindos de diferentes fábricas para realizarem suas reuniões, formularem orientações e princípios de organização para uma greve geral da categoria. No curso dessas reuniões e pelos relatos de seus participantes, o cotidiano da vida fabril é trazido para o sindicato, consolidando assim o papel deste enquanto centro de elaboração das experiências dos metalúrgicos da região.

As negociações com o patronato, como era de esperar, logo chegaram a um impasse. Na pauta de reivindicações apresentada pelo sindicato constavam a reposição dos 34% (que se tornara uma bandeira desde a campanha de 1977) adicionada ao índice oficial; um piso salarial de 3 salários mínimos; estabilidade para delegados sindicais; jornada semanal de 40 horas; e outros pontos. As reivindicações de São Bernardo integraram-se

numa pauta comum acordada pelos sindicatos metalúrgicos de todo o Estado. Dia 8 de março os patrões apresentam sua contraproposta. Os reajustes seriam escalonados de 57% para os que ganhavam até três salários mínimos, até 44% (que era o índice oficial) para os que ganhavam acima de 10 salários mínimos. Mas os índices incidiram sobre os salários de abril de 78 (eliminando-se, portanto, os 11% conquistados nas greves de maio) e descontariam os 13,5% concedidos como antecipação. O piso salarial corresponderia a 2 salários mínimos. Os itens sobre delegado sindical, estabilidade, 40 horas e outros nem foram considerados. Depois de elevarem para 63% o índice para a menor faixa salarial, os empresários logram um acordo com a Federação, rompendo-se assim a campanha unitária dos metalúrgicos do Estado. Os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano não aceitam o acordo. Além de considerar que os reajustes propostos pelos patrões praticamente anulariam os ganhos operários do ano anterior, Lula afirmava que a reivindicação da estabilidade, para delegados sindicais nas empresas, era o item principal, pois asseguraria a continuidade da organização operária na base.

A meia-noite do dia 12 começou a greve dos metalúrgicos de todo o ABC paulista. Diferentemente do ano anterior, não foi uma série de greves de fábrica, mas uma greve geral da categoria, centralizada no sindicato. Também não foi uma greve de "braços cruzados ante as máquinas paradas". Como o sindicato sabia já das medidas que seriam tomadas no interior das empresas contra os grevistas, a orientação foi para que ninguém entrasse. Os grevistas sentiam então a necessidade de se assegurarem de que estavam sendo seguidos, e assim ressurgiram os piquetes nas portas das fábricas ou no trajeto dos ônibus.

E, desta vez o sindicato não temeu ultrapassar os limites estabelecidos pela legislação vigente. Dia 15 o Tribunal Regional do Trabalho decreta a ilegalidade do movimento e estabelece o índice de 44%. Uma assembléia de mais de 60 mil metalúrgicos reunidos no Estádio de futebol de Vila Euclides reafirma, em clima de apoteose, manter seu movimento "até a vitória". Em seu discurso, Lula fez questão de frisar que a greve era pacífica (e recomendou aos operários que evitassem piquetes

nas portas das fábricas) e que não queriam a intromissão de "elementos estranhos" e de objetivos políticos. Mas ao mesmo tempo as reivindicações do movimento ganhavam a conotação de uma causa sagrada. Conclamando seus companheiros a irem "até o fim" nessa luta, Lula dizia que

"a nossa passagem aqui na terra é curta, mas nesse pouco espaço de tempo, temos de dar o máximo de nós, para podermos conquistar o direito de andar de cabeça erguida e olhar a frente e viver com um pouco de dignidade".¹¹⁰

Naquela conjuntura em que a equipe militar no governo buscava operar uma transição no sistema e em que a oposição liberal centrava-se nas questões institucionais para uma reorganização democrática do Estado, a greve metalúrgica emergiu politicamente trazendo as questões sociais para o foco das atenções. Os temas da liberdade de greve, da autonomia sindical, da política salarial, foram trazidos ao debate político a partir da própria luta dos trabalhadores. As greves haviam se tornado a modalidade principal de expressão dos assalariados. Nos seus primeiros 50 dias de governo, o general Figueiredo se defrontaria com nada menos que 100 greves. Pela sua importância, a greve do ABC se tornaria o pólo de toda aquela movimentação social. Foi nessa conjuntura que setores sociais, os mais variados, procuraram se mobilizar para apoiar a greve, vista como manifestação de luta democrática contra o regime militar. O Fundo de Greve constitui a expressão material desse vasto movimento de solidariedade. Assim, independente de sua vontade e apesar de insistentes explicações da liderança metalúrgica de que seu movimento não era político, o fato é que ele tinha ganho uma irrecusável conotação política.

E, desta vez, o cenário da greve não foi mais o do conjunto de fábricas, onde os grevistas permaneciam diante das máquinas paradas. O cenário agora era do Estádio de Vila Euclides, onde se realizavam as grandes assembleias plebiscitárias. Foi provavelmente nessas assembleias que se firmou a liderança carismática de Lula entre a massa operária do ABC. Sabendo captar

110. Cit. in *Em Tempo*, n.º 56.

os sentimentos dos ouvintes na elaboração de discursos que expressavam a disposição de reivindicar seus direitos, ele se projetou como uma expressão da vontade coletiva. Quase diariamente mais de 50 mil metalúrgicos em greve se encontravam no estádio e se reconheciam nas palavras daquele que havia recolhido as manifestações dispersas de uma rebeldia longamente sufocada.

Por isso mesmo a intervenção ministerial no sindicato, efetuada na madrugada do dia 23, chegou a provocar certa desarticulação nos primeiros dias. Sem a ligação com o líder, a massa grevista não sabia a quem dirigir-se, revelando com isso também as precariedades da organização pela base. Assim que a diretoria cassada resolveu voltar a assumir o comando do movimento, ficou patente que o "sindicato real" não era aquele que estava funcionando na sede, sob intervenção. Utilizando a igreja Matriz de São Bernardo, eram as diretorias cassadas de São Bernardo e de Santo André e suas respectivas comissões de salários que reuniam os operários em greve para decidir sobre seu movimento.

Quando, no início da terceira semana, a greve demonstra os primeiros sinais de perda de fôlego, com trabalhadores voltando ao trabalho diante da ausência de qualquer perspectiva de negociação, a liderança do movimento acerta uma "trégua" com o patronato. A greve seria suspensa por 45 dias, na tentativa de se chegar a um acordo. Durante a trégua a liderança grevista promoveu reuniões diárias na igreja Matriz com as diferentes fábricas para reforçar a organização nesse nível. Dia 1.º de maio, mais de 130 mil pessoas se reuniram no estádio, em demonstração de apoio à luta dos metalúrgicos. Ao findar-se o prazo da trégua, a liderança propôs à assembleia a aceitação de um acordo com o patronato, que previa um reajuste de 63%. Além disso, extra-oficialmente, o governo fazia saber que suspenderia a intervenção nos sindicatos. A decisão de não voltar à greve foi tomada com um sabor amargo de frustração, e principalmente os setores mais organizados se manifestaram contrários e retiraram-se da assembleia criticando as lideranças. Mas estas consideravam que a retomada da greve implicaria um enfrentamento com o regime, para o qual não estavam preparados,

e preferiram concluir o movimento coletivamente e "em alta" do que deixá-lo esvaziar-se.

No ano de 1979 aquela onda grevista atingiria seu auge, estendendo-se pelas mais diversas categorias e por todo o território nacional. Mas, também, durante esse ano, o governo se preparou para contê-la. Na verdade, já a maioria das greves ocorridas nesse ano terminaria sem conquistas econômicas, e às vezes com derrotas significativas. Havia, no entanto, uma rebeldia presente na sociedade e que aproveitava a "distensão política" para expressar-se. A continuidade da "transição controlada" requeria a freagem desse processo.

Em novembro é decretada uma reforma na legislação salarial, determinando reajustes semestrais com magnitudes diferentes segundo as faixas salariais. Os que recebiam até 3 salários mínimos receberiam 10% a mais do que o índice de preços; entre 3 e 10 salários mínimos receberiam o correspondente ao índice de preços, acima de 10 receberiam 80% do índice de preços. Anualmente os salários seriam aumentados segundo os índices de produtividade de cada setor. Nunca ninguém soube explicar como seria medido esse índice de produtividade, mas na prática o importante foi que os conflitos trabalhistas passariam a se dar em torno da fixação desse montante, diminuindo a margem de discrepâncias. O governo pretendia com isso desestimular novos movimentos grevistas. Para aqueles que insistissem, a repressão seria mais dura, como se revelaria nesse mesmo mês em São Paulo.

No entanto, em São Bernardo, no momento da campanha salarial de 1980, a disposição grevista seria ainda maior. A politização anunciada no ano anterior se firmaria nesse. E a categoria alcança um nível de organização muito maior. Quando a greve foi decretada, a maioria das empresas parou sem a presença de piquetes. Os operários nem se dirigiram para suas fábricas. Durante a preparação anterior haviam eleito 400 representantes para uma comissão de salários que atuou na verdade como um amplo comitê de mobilização, organizando o movimento pelas bases.

Os metalúrgicos de São Bernardo permaneceram 41 dias em greve, enfrentando a firme decisão governamental de não

transigir em nada. No dia seguinte foi solicitado ao Tribunal a decretação da ilegalidade do movimento. Mas este julgou-se incompetente para tanto e ainda propôs um reajuste que já significaria uma conquista em termos econômicos. A categoria recusou a proposta, porque considerava que suas reivindicações principais eram aquelas que assegurariam alterações de qualidade nas próprias condições de ação da classe: a estabilidade no emprego durante um ano, o reconhecimento de delegados sindicais, a redução da jornada de trabalho. Faziam assim de reivindicações que interessavam o conjunto dos assalariados o centro de sua luta. Com isso, davam um outro conteúdo social à luta democrática em curso no país.

Tanto o governo quanto as direções das grandes empresas pretendiam justamente sufocar essa ameaça. Mantendo a intransigência quanto à eventualidade de reabertura de negociações, conseguem que, na segunda semana, os sindicatos de Campinas e de São Caetano se retirem da greve. No dia 13 uma empresa de São Bernardo faz um acordo em separado, saudado com entusiasmo pelos grevistas, que viram aí uma fissura na "frente patronal" e um sinal de que as empresas menores não poderiam agüentar mais e pressionariam as grandes. Pelo contrário, o que aconteceu então foi uma imponente ofensiva antigrevista comandada pelo governo. Dia 15 o Tribunal decretou a ilegalidade do movimento. O Ministério do Trabalho mandou emissários a empresários do setor com orientações no sentido de não negociarem com os grevistas e com a oferta de financiamentos que compensariam as dificuldades decorrentes da paralisação. No dia 18 os sindicatos de São Bernardo e Santo André são postos sob intervenção. Ainda assim, a greve se mantinha. No dia 19, a imprensa calculava que 80% dos trabalhadores continuavam parados. No dia 20 começam as prisões da liderança sindical e de outras figuras oposicionistas. Dia 21 são proibidas manifestações públicas no Estádio de Vila Euclides e no Paço Municipal. Enquanto a polícia ocupava as ruas, dissolvia aglomerações, provocando um clima de tensão, porta-vozes governamentais e empresariais se esforçavam em desmoralizar o movimento com referências à situação "privilegiada" dos metalúrgicos do ABC.

Procuravam, efetivamente, desfazer o bloco de apoio que se constituía em torno da greve. Nos bairros de toda a Grande São Paulo formavam-se comitês de apoio à greve. Aquelas organizações que expressavam a "sociedade civil" em oposição ao regime militar — Ordem dos Advogados, Comissão de Justiça e Paz, entidades estudantis, sindicatos, organizações de mulheres, de negros, de artistas — assumiram a luta dos metalúrgicos do ABC como sua. A Igreja ofereceu todo o apoio para a agilização do fundo de greve. A paralisação, que fora declarada ilegal, foi considerada legítima pelo bispo da região, dom Cláudio Hummes, e pelo cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo, provocando um sério atrito com o governo.

Com a greve de 1980, o movimento realmente extravasou de seus objetivos econômicos. Ele enfrentou o regime esboçando uma alternativa dos trabalhadores para a transição em curso. Passaria a haver um outro sujeito político no cenário público.

Algumas considerações

Os movimentos sociais que adentraram no cenário público (e o modificaram) no findar da década passada trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social.

Suas características comuns nos permitem falar de uma nova configuração de classe. Ou seja: um outro tipo de representação das condições de classe, que ressalta quando o contrastamos com o tipo predominante antes de 1964.

Das experiências do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia.

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de se, em "sujeitos de sua própria história", tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram

alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano.

Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmação da própria identidade um valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos.

Da experiência das greves do fim da década — acontecimentos cruciais na elaboração que fizera de sua história, atribuindo-lhes um sentido de transformação social — ficou a idéia de que só com a luta conquistam seus direitos.

Mas já vimos que a diversidade é uma das características desses movimentos sociais. É difícil, pois, pensar-se num padrão homogêneo ou num modelo, que os representaria e que servisse de paradigma do imaginário das classes populares. As identidades constituídas nos clubes de mães, nos grupos de fábrica, no "sindicalismo autêntico", nas comissões de saúde, embora mutáveis e mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram "momentos de fusão",¹ produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores. Assim se deu basicamente nas greves de 1979-80. Mas elas não dissolveram a singularidade das múltiplas formas de movimentos.

Temos assim, nessa nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão, que se remetem a diferentes histórias e experiências. Nos clubes de mães suas práticas expres-

1. Utilizo a noção de "momentos de fusão" no sentido que lhe deu L. Kowarick como "estuários conjunturais" onde desembocam lutas que caminhavam paralelas, como "diversidades" que temporariamente apresentam elementos aglutinadores. "Ela também não é mera somatória de experiências do passado, o seu momento de encontro apresenta algo de novo, quando se redefinem as forças sociais, gerando espaços para desdobramentos do futuro" (L. Kowarick, "Os caminhos do encontro — reflexões sobre as lutas sociais em São Paulo", mimeo, CEDEC, 1983, p. 25).

saram a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade. Já nas comissões de saúde vimos a valorização das conquistas obtidas nos espaços dos serviços públicos. Na oposição sindical, a valorização da organização e da luta na fábrica. No sindicalismo de São Bernardo, a valorização da recuperação do sindicato como espaço público operário, e as greves e assembléias de massa como formas de afirmação política.

As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega. Em cada forma de organização se manifesta a obsessiva preocupação com a própria autonomia. Suas formas de expressão são as mais variadas, mas privilegiam as "ações diretas", através das quais manifestam suas vontades. Por isso tudo são muito intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis.

Os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade.

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros.

Eles mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema da representação política.

Através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas.

Hoje, quando a transição política do país se consuma, o que era promessa tornou-se história. As questões postas se resolveram de algum modo. Difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade, foram recolhidas e elaboradas de outro modo pela Aliança Democrática que constituiu a chamada "Nova República". Já a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB, um aparelho de Estado transformado começou a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica. Não cabe aqui a análise desse novo regime e das contradições que ele implica, entre a preservação de um sistema autoritário e a liberalização havida; entre a proclamação de objetivos de justiça social e a hegemonia do grande capital, que acarreta uma política de sacrifícios para os trabalhadores. Basta dizer que, de um modo ou de outro, este projeto foi vitorioso, nas batalhas políticas decisivas entre 1982 e 1984. Sua narrativa já constitui uma outra história.

O que nos interessa aqui é que, nesse sentido, o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso mesmo que hoje suas promessas são vistas frequentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação. Mas a verdade é que *toda* representação passada contém "ilusões", porque, sendo contemporânea dos acontecimentos que representa, não pode dar conta deles em sua totalidade, nos desdobramentos que ainda estão ocorrendo, e é levada, pelas necessidades da ação, a supor uma idéia geral sobre seu significado. Nesse sentido, se bem que não tenhamos mais as "ilusões" que tivemos há 8 anos, não podemos cancelar o fato de que efetivamente aqueles movimentos eram portadores

daquelas promessas e tiveram aqueles significados enquanto possibilidades postas numa situação aberta.

Eles foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal se haviam constituído como sujeitos políticos. O ritmo de suas histórias não era o mesmo que o da política instituída, e foi esta que fixou as datas. Levadas "precocemente" aos embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política.

Mas os movimentos sociais constituídos na década de 70, com as formas de expressão que eles instituíram, passaram a constituir um elemento da vida política do país. Suas promessas, inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas. E elas são, mesmo, condição para uma efetiva democracia entre nós.